

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mestrado em História-História, Poder e Práticas Sociais**

**DANUSA DE LOURDES GUIMARÃES DA SILVA**

**"UM PÉ AQUI E OUTRO LÁ":**  
**EXPERIÊNCIAS TRANSFRONTEIRIÇAS E VIVERES URBANOS DE BRASIGUAIOS**  
**(MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - 1990-2010)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2010**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mestrado em História-História, Poder e Práticas Sociais**

**DANUSA DE LOURDES GUIMARÃES DA SILVA**

**"UM PÉ AQUI E OUTRO LÁ":**  
**EXPERIÊNCIAS TRANSFRONTEIRIÇAS E VIVERES URBANOS DE BRASIGUAIOS**  
**(MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - 1990-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Professor Dr. Robson Laverdi.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

**2010**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

S586p Silva, Danusa de Lourdes Guimarães da  
"Um pé aqui e outro lá": experiências transfronteiriças e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR - 1990-2010) / Danusa de Lourdes Guimarães da Silva - Marechal Cândido Rondon, 2010.  
106 p

Orientador: Prof. Dr. Robson Laverdi

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2010.

1. Brasiguaios. 2. Migração - Brasil-Paraguai. 3. Memórias. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 325.981892  
302  
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

Dedico este trabalho ao meu esposo Amadeu e a minha cachorrinha Sofia pelo companheirismo, amor e por terem dito “você pode!”, a cada momento de angústia, crise e dor!

## AGRADECIMENTOS

Eu agradeço imensamente ao amigo e orientador Robson Laverdi, por toda atenção, dedicação e carinho com que me guiou ao longo da elaboração deste trabalho. Mas, principalmente, pela oportunidade de ter sido sua aluna, escutando cada palavra, aula, orientação proferida, com tanta energia, brilho e luz. Por ter propiciado, ao seu lado, o meu crescimento e transformado o modo como via e pensava o mundo historicamente. Muito obrigada, meu eterno professor!

Eu agradeço ao Julio, pelo companheirismo, pelo carinho e pela amizade, a cada momento deste trabalho, quando me convidada a participar dos seus artesanatos, seus chimas espumosos, as suas cervejinhas, os seus telefonemas, as suas graças, visando me ajudar a relaxar para depois prosseguir com mais um e mais um parágrafo. Amigo, você é um doce de pessoa! Valeu por tudo aí óh!

Eu agradeço aos meus pais pelo amor, companheirismo, incentivos, preocupações e curiosidades com a feitura deste trabalho. Valeu por terem me trazido ao mundo! Eu agradeço à minha irmã Lia e o meu cunhado Cezar por terem viabilizado meus estudos quando me buscaram no Paraguai e cedido um espaço na família para que eu pudesse ter a chance de estudar. Sou profundamente grata, pois, se não fossem vocês abrirem as portas, não teria tido a chance real de chegar aqui! Eu agradeço aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados e cunhadas.

Eu agradeço a todos os professores da linha, a professora Méri Frotscher, a professora Yonissa Wadi e a professora Geni Duarte, por todo o conhecimento adquirido, pelas indicações bibliográficas, pelas aulas e pelo carinho durante o processo.

Eu agradeço a todos os professores do curso de mestrado, Antonio Bosi, Rinaldo Varussa, Davi Schereiner, Sara Ribeiro, Carla Silva, Gilberto Calil, Paulo Koling, pelo comprometimento com a formação de cada aluno. Às contribuições da professora Sônia Mendonça para o projeto de pesquisa. E a secretária Iraci pela atenção e recepção durante todo o curso.

Eu agradeço, à minha grande amiga Marlene Rodrigues por todo apoio e amizade. E à minha grande amiga e, quase mãe, Iraci Urnau por todo apoio e incentivo.

Eu agradeço a todos os meus entrevistados pela experiência obtida, pela confiabilidade e disponibilidade ao longo da pesquisa.

Eu agradeço a todos os meus colegas da linha pelas discussões, distrações e amizade.

"UM PÉ AQUI E OUTRO LÁ":  
EXPERIÊNCIAS TRANSFRONTEIRIÇAS E VIVERES URBANOS DE BRASIGUAIOS  
(MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - 1990-2010)

RESUMO

Este trabalho discute experiências transfronteiriças de brasileiros retornados de migrações no Paraguai, conhecidos como , na cidade de Marechal Cândido Rondon, na região Oeste do Paraná. Tais sujeitos, em busca de terra farta e barata, se lançaram em massa pelo Paraguai entre as décadas de 1970 e 1980. Embora não se tenha um número preciso, estima-se que em meados da década de 1980 havia cerca de quinhentos mil brasileiros ocupando as regiões fronteiriças do Paraguai com o Brasil. No entanto, com mais intensidade a partir da década de 1990, iniciou-se o retorno desses sujeitos em razão de um conjunto de situações econômicas e políticas que os afetaram diretamente naquele país. Muitos dos quais se incorporaram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST. Nas últimas décadas, de forma expressiva, esses migrantes têm regressado aos municípios brasileiros fronteiriços com as regiões em que viviam no Paraguai. O modo como experimentam e se relacionam no meio urbano, assim como, o modo como lidam e atravessam tais fronteiras geográficas, sociais e culturais são questões abordadas neste trabalho. As narrativas sobre esses percursos revelaram trajetórias que vem se fazendo no “estando aqui” e no “estando lá”, negociando e convivendo com valores, identificações e pertencimentos sociais. Tais homens e mulheres buscam no urbano novos espaços de trabalho, assistência médica, previdenciária e escolarização. O retorno muitas vezes é motivado pelas mulheres, cujas expectativas ultrapassam as necessidades materiais. Desse modo vêm na cidade um campo de possibilidades de reverem suas posições frente às práticas, costumes e códigos estabelecidos entre as relações de gênero vividas em situações de fronteira. Suas memórias também expressam a existência de redes de sociabilidades construídas no tempo diante das muitas carências enfrentadas. Entre as quais, a necessidade de trabalho, que atualmente tem sido, no caso dos homens, como pedreiros e ajudantes de construção, e, das mulheres, como empregadas domésticas.

Palavras Chaves: migração, fronteiras, memórias

“ONE FOOT ON EACH SIDE”:  
TRANSBORDERING EXPERIENCES AND URBAN PRACTICES FROM “BRAZILGUAIOS”  
(MARECHAL CÂNDIDO RODON/PR – 1990-2010)

SUMMARY

This work is focused on transbordering experiences from Brazilian people that returned from migrations in Paraguay, known as Brasiguaios, in the city of Marechal Cândido Rondon, in the West of the Paraná State. These people, looking for large and cheap lands, went in big groups to Paraguay between the 1970s and 1980s. Although there is not an accurate number, it is estimated that there were about five hundred thousand migrants in the middle of the 1980s occupying the bordering regions of Paraguay with Brazil. However, in the 1990s, it started an intensive return of these migrants because of a set of economic and political situations that directly affected them in that country. Many of them joined the Landless Worker Movement - MST. The last few decades, in an expressive way, these migrants have returned to the Brazilian cities bordering the regions where they lived in Paraguay. The way how they experiment and relate to the urban context, as well as, the way how they deal and cross such geographic, social and cultural borders are issues approached by this work. The narratives about these experiences reveal trajectories that are being made by the fact of “being here” and “being there”, negotiating and coexisting with different social values, identifications and belongings. These men and women look for, in the urban context, new spaces for work, medical assistance, social security and education. The return is many times motivated by the women, whose expectations surpass the material necessities. Therefore they see in the city a possible field to review their position in front of the performance, customs and codes established between genders relations lived in the border situations. Their memories also expressed the existence of sociability nets constructed in a distant time in front of the many needs. Among the needs, there is the necessity of work that has currently been, in the case of the men, the occupation of masons and construction assistant and the women work as house servants.

Key-Words: Brasiguaios, migration, borders, memories

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 – MAPA DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS DO OESTE DO PARANÁ .....</b>	<b>18</b>
--	-----------

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

<b>MST: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.....</b>	<b>17</b>
<b>IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.....</b>	<b>18</b>
<b>SUS: SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.....</b>	<b>39</b>
<b>AIH(s)/SUS: AUTORIZAÇÃO PARA INTERNAÇÃO HOSPITALAR.....</b>	<b>40</b>
<b>SIS FRONTEIRA: SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE DAS FRONTEIRAS.....</b>	<b>45</b>
<b>SINE: SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO.....</b>	<b>68</b>



## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	11
<b>CAPÍTULO I:</b>	
“UM PÉ AQUI E OUTRO LÁ”: A FRONTEIRA SENDO PRATICADA.....	28
<b>CAPÍTULO II:</b>	
“UM VAI TRAZENDO O OUTRO”: EXPERIMENTANDO E SOCIABILIZANDO A CIDADE.....	52
<b>CAPÍTULO III:</b>	
“EU FICAVA NO PARAGUAI SÓ POR CAUSA DO MEU MARIDO”: HISTÓRIAS DE MULHERES NA CIDADE.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
HISTÓRICO DOS DEPOIMENTOS.....	97
<b>REFERÊNCIAS:</b>	
FONTES ORAIS.....	99
IMPrensa JORNALÍSTICA.....	100
MAPAS.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	100

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste trabalho reflito sobre a presença migratória de brasileiros vindos do Paraguai, conhecidos historicamente como , na cidade de Marechal Cândido Rondon, desde a década de 1990. Interessa aqui apresentar e discutir os modos como esses sujeitos vêm se inserindo nos espaços citadinos, as estratégias e as lutas que empreendem na busca por pertencimentos, espaços de trabalho, moradias, lazer e demais sociabilidades constituídas nesse meio.

A cidade de Marechal Cândido Rondon está localizada na porção Oeste do Estado do Paraná. Ela integra um conjunto de municípios que fazem fronteira com o Paraguai. Entre eles estão Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Missal, Santa Helena, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Mercedes e Guaíra. Além dessa região paranaense, há regiões do Mato Grosso do Sul que também dividem território com o país vizinho.

Em todas essas fronteiras, ocorre o trânsito permanente de migrantes brasileiros e também de paraguaios por diversas circunstâncias. Eles podem habitar no Paraguai e, nos últimos tempos, têm escolhido tais municípios brasileiros para retornar, tendo em vista, principalmente, a proximidade que continuam tendo com o país vizinho, já que a maioria, ao migrar, não se desfaz de suas propriedades e/ou outros pertences. Há também aqueles que continuam residindo no Paraguai, mas que vêm a esses municípios em busca de assistência médica, escolarização pública, trabalho, visitas a parentes, compras, assistência mecânica para maquinários agrícolas, entre outras razões.

Entretanto, é importante observar que cada uma dessas fronteiras se fez no tempo, tendo em vista as dinâmicas próprias de trabalho e de ocupação praticadas nas regiões, o que faz com que haja situações peculiares a cada um desses espaços transfronteiriços. Na fronteira entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Leste, por exemplo, há uma rede de turismo e comercialização de produtos entre as cidades, que são inexistentes na fronteira entre Marechal Cândido Rondon e Puerto Adela por serem municípios basicamente agrícolas.

Nessa direção, o recorte espacial passa ser fundamental em uma análise histórica desse movimento, pois, além de apontar particularidades entre esses espaços e regiões, há também o fato desses deslocamentos, entre o Brasil e o Paraguai, serem pendulares, quando se trata de migrações internacionais como é o caso, por exemplo, de migrantes brasileiros que migram para os Estados Unidos da América, em busca de melhores condições de emprego e salários.

Os municípios brasileiros que, com exceção de Foz do Iguaçu, são pequenos pólos agrícolas próximos ao Paraguai, têm em suas próprias constituições como municípios uma história atrelada a essas fronteiras. As fronteiras que delimitam o território paraguaio e o brasileiro em questão passaram a ter visibilidade e interesse econômico para o Estado, apenas no final da primeira metade do século XX. A presença do Estado de forma mais efetiva, ocupando e controlando a região, é relativamente recente. O movimento conhecido como “Marcha para o Oeste”, com Getúlio Vargas, é o que parece ter marcado com mais intensidade o interesse do Estado em ocupar e desenvolver economicamente a região.

O território, até então, era habitado por estrangeiros, como os paraguaios e indígenas que atravessavam as fronteiras nacionais, como se fossem linhas contínuas. Dessa forma, o trânsito constante entre as fronteiras não é praticada apenas pelo movimento mais recente de migrantes brasileiros, conhecidos como . Antes de esse espaço existir enquanto delimitação territorial entre os dois países, existiam outros sujeitos que a ela atribuíam diferentes sentidos e outras pertenças.

Evidenciar isso foi importante para a pesquisa por indicar que não se devia partir dos limites nacionais entre os dois países para compreender os deslocamentos transfronteiriços ali existentes. Mas, sim, partir das práticas, das vivências, dos sentidos que os sujeitos experimentam e atribuem a ele no tempo. Mais adiante veremos que quando os migrantes cruzam a fronteira, nem sempre estão preocupados com os limites nacionais estabelecidos. Para além dele parecem existir outras barreiras a serem enfrentadas.

Mas, para aprofundar a questão é preciso recuar um pouco para situar a ocupação desses espaços e compreender as razões que deram origem a esses deslocamentos de brasileiros entre as fronteiras brasileiras e paraguaias. Segundo aponta a historiografia local, entre as décadas de 1950 e 1960 o município de Marechal Cândido Rondon recebeu migrantes vindos de diversas partes do território nacional, com mais intensidade dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O movimento foi afastando os paraguaios que viviam e também trabalhavam para empresas argentinas que cultivavam, na época, erva-mate e extraíam madeiras nativas “ilegais” na região.<sup>1</sup>

O movimento intenso de migrantes para o município tinha o apoio do governo, que se pautava pelo discurso de que era preciso ocupar e desenvolver a região. Tratava-se da

---

<sup>1</sup> Em relação ao tema ver: GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização do Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói, UFF, Tese (Tese de Doutorado), 1997; MACCARI, Neiva Salete. *Migração e memórias: a colonização do Oeste paranaense*. Curitiba, UFPR, Dissertação (Dissertação de Mestrado, 1999).

“Marcha para o Oeste”, cuja finalidade política foi, entre outras, desenvolver, defender e conter a presença de estrangeiros em solo brasileiro.

Na época, a Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá revendia terras para os migrantes, em grande medida, alemães e italianos, vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O movimento priorizava os deslocamentos dessas etnias entendendo que dentro da lógica existente na época, esses sim levariam a “civilização” e o desenvolvimento à região, justamente por terem vindo de países “desenvolvidos” e “civilizados”, como a Europa. Tais sujeitos foram considerados e, ainda hoje, a historiografia local e os discursos políticos procuram ressaltá-los como sendo os desbravadores, os pioneiros que tiveram a missão, entre outras, de ocupar e expandir as fronteiras do Estado.

Disso decorre, mais tarde, a elaboração de um projeto de germanização para Marechal Cândido Rondon. Em relação a isso, o historiador Robson Laverdi, em seu livro *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas*<sup>2</sup>, trabalha no sentido de problematizar essa projeção da cidade como sendo originada por alemães. Ele lembra que naquele momento a cidade se municipalizava e buscava construir suas próprias identidades, referências políticas e econômicas frente ao país. O projeto de germanização da cidade vinha com o propósito de efetivar esses interesses políticos e, assim sendo, os alemães foram selecionados e apresentados como sendo os pioneiros do município. Essa era a projeção externa e interna que interessava às classes dirigentes construir e apresentar naquele momento.

Contudo, tal projeto silenciava experiências migratórias, principalmente as pobres e mal sucedidas, em detrimento de uma história oficial bem sucedida, coesa e harmônica. Os migrantes alemães passaram a ser (re)memorados como os únicos sujeitos na constituição da cidade. O apelo a essa identidade germânica se materializava, entre outras formas, na realização de uma festa anual, conhecida como Oktoberfest, em que se reencenava a dada cultura alemã, com danças, chope e comidas típicas, tradicionais da Alemanha. Além disso, houve todo um incentivo político, inclusive financeiro, para que as casas e os comércios fossem construídos em estilo enxaimel, modelo arquitetônico da Alemanha.

O trabalho de Laverdi problematiza essa história oficial e esse discurso germânico, muito cultuado, inclusive, pela historiografia local, saindo à procura de indícios e lacunas deixadas na arquitetura da cidade, nas práticas e nas relações da cidade, bem como na própria historiografia. Nesse percurso encontrou outros migrantes, não alemães, vindos de diversas partes do país que a ele recolocaram e, de certa forma, reivindicaram outra história, outros

---

<sup>2</sup> LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: Editora Aos Quatro Ventos, 2005.

sentidos e pertencimentos aquele espaço. São memórias de estigmas, conflitos envolvendo precárias condições de trabalho, desapropriações de terras, migrações forçadas, sonhos e expectativas. Todas vividas no município, mas ausentes na sua memória oficial:

No caso desses trabalhadores, suas trajetórias de desbravamento não tiveram um encerramento harmonioso, nem constam nos anais da conquista, diferentemente dos escolhidos como pioneiros, cujo final feliz é muito cultuado. Desse modo, as memórias daqueles agentes considerados mais bem sucedidos mereceram a posterização das versões oficiais, conquanto a vida e os dramas dos trabalhadores pobres e itinerantes foram silenciados.<sup>3</sup>

Essa explanação é válida por ajudar a situar os territórios em que os pisam, visualizam e de onde também são visualizados ao longo de suas travessias pela fronteira que demarca o município de Marechal Cândido Rondon e o vilarejo paraguaio. Tais migrantes, como veremos adiante, apontam indícios de que suas presenças na cidade nem sempre são bem-vindas. A fronteira com o Paraguai, inclusive, só aparece em algumas situações “limites”; no mais, é como se ela não fizesse parte do município.

A condição de fronteira parece fazer parte de um silêncio do município, aquilo que não convém lembrar. Ela apresenta situações que (des)caracterizam o modo como a cidade buscou se constituir. Além disso, há o fato desses espaços aparecerem, a nível nacional, na maioria das vezes, como “problemas” como o contrabando e a violência. Isso tem implicações políticas para a cidade e está aí a necessidade de “esquecer” a fronteira.

Contudo, a presença desses circulando pelos espaços do município lembra, de alguma forma, sua condição de país vizinho ao Paraguai. E junto a ela vêm os sujeitos que fazem parte de um processo histórico e inconcluso, iniciado na década de 1960, com mais intensidade, na década de 1970 e 1980.

É preciso lembrar que naquele momento Marechal Cândido Rondon recebia uma migração expressiva de trabalhadores vindos de todas as partes do país, com a expectativa de conseguir um pedaço de terra para viverem. No entanto, a partir da década de 1970, iniciou-se um conjunto de mudanças, em nível nacional, quanto aos modos de cultivar e sobreviver no meio rural. A modernização agrícola, entre outros fatores, implicou numa (re)organização do espaço rural, fazendo com que no município houvesse uma dispersão da população recém migrada.

Aliado a isso, houve a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na década de 1970 e início da de 1980 que, de forma desigual, redistribuiu e remanejou a população, deslocando

---

<sup>3</sup> Idem, p. 127.

novamente os sujeitos. Muitos desses foram para a área urbana e, outros, enfrentaram, mais uma vez, as novas frentes de ocupação, como foi o caso daqueles que migraram para o Paraguai e hoje são conhecidos como . A indenização paga pela inundação de áreas para a formação do lago de Itaipu, em alguns casos, não era suficiente para que eles pudessem comprar terras em outras localidades. No Paraguai, com o valor recebido, eles podiam triplicar suas propriedades, devido ao preço baixo das terras no país, naquele momento.

Esses brasileiros se recompuseram e se lançaram novamente em busca de terra farta e barata, conforme propaganda na época, para o cultivo agrícola e subsistência familiar<sup>4</sup>. O movimento também foi incentivado pelo governo, dessa vez o paraguaio, para receber a migração brasileira com o intuito de ocupar e desenvolver a fronteira Leste do país, até então pouco ocupada, nos termos que interessava ao governo. Em relação a esse processo, Marcia Anita Sprandel afirma:

No Paraná, foi construída a Usina Hidrelétrica de Itaipu, cujo reservatório alagou quando concluído, em 1982, 1.350 km<sup>2</sup>, sendo 780 do lado brasileiro e 570 do lado paraguaio. O lado brasileiro estava ocupado por 42.444 pessoas, destas, 38.445 na zona rural. A situação de tensão provocada por este projeto resultou em uma série de manifestações e mobilizações dos chamados “atingidos” por indenizações [in]justas. O Paraguai se apresentava então como uma opção para aqueles agricultores que arrendavam terras na área atingida pela construção da barragem, no Estado do Paraná.<sup>5</sup>

A migração foi marcada, em sua maioria por trabalhadores rurais, bóias-frias, empreiteiros, posseiros, pequenos proprietários de terra (de um a três alqueires) que foram se instalando em territórios paraguaios mais próximos das fronteiras brasileiras. Na época, havia as colonizadoras que cediam pequenos pedaços de terra aos migrantes em troca de uma porcentagem, por um determinado tempo e/ou o desmatamento da propriedade<sup>6</sup>. Havia também a compra dessas terras, mas a concessão de posse parece ter sido mais comum. Na

---

<sup>4</sup> Não houve a preocupação por parte de nenhum dos países envolvidos em controlar estatisticamente esses deslocamentos. O que temos são estimativas inseguras desses países, que afirmam um movimento entre 300 e 500 mil migrantes brasileiros entre as décadas de 1960 e 1980. A esse respeito ver: GRADILONE, Eduardo. *Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior*. I Conferência sobre as comunidades brasileiras no exterior. Rio de Janeiro, 17 e 18 de julho de 2008. O autor do texto foi Diretor do Departamento Consular de Brasileiros no Exterior nesse período e afirma que, a partir dos Relatórios Consulares Anuais da Divisão de Assistência Consular (DAC) do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior (DCB), nos resultados de consulta específica feita em meados de 2007 às Embaixadas e Consulados, os números indicaram que havia no Paraguai 315.965 brasileiros. Outros trabalhos, no entanto, estimam que nos anos anteriores esse número pode ter chegado a 500 mil, pois, muitos desses não tiveram a documentação como imigrantes, o que dificultou para o Consulado e outras instituições envolvidas ter o controle desse movimento.

<sup>5</sup> SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros de Além Fronteira: Paraguai. In: *V Congresso de Antropologia Social – Anais eletrônico*, 1997, s/p, disponível no site: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/laplata/LP4/15.htm>, acessado em 2007.

<sup>6</sup> Segundo narram, na época, a motosserra era muito cara, acabava de ser lançada. Então, realizavam o desmatamento com o uso de facão e outros instrumentos de corte e através de queimadas.

terra, lançaram-se ao cultivo da hortelã, período que relatam como sendo o mais farto de suas trajetórias.

Puerto Adela é um pequeno distrito agrícola de Salto Del Guairá<sup>7</sup>, capital do Departamento de Canindeyú. A população do vilarejo é, em grande parte, composta por brasileiros. Por serem a maioria, o idioma mais falado na localidade é o português. Todos os paraguaios entendem e pronunciam muito bem a língua portuguesa, já os brasileiros entendem, mas falam razoavelmente o espanhol.

O vilarejo já foi ocupado por muitos migrantes. Segundo moradores antigos, brasileiros e paraguaios, havia entre as décadas de 1970 e 1980 mais de 10 mil habitantes na região, contando com outros vilarejos ligados a Puerto Adela. Atualmente, segundo eles, pelo número intenso de retorno dos brasileiros, o vilarejo não abriga mais do que mil habitantes.<sup>8</sup> Em entrevista com o senhor Francisco Sarubi<sup>9</sup> - juiz de Paz em Puerto Adela desde 1956 e um dos responsáveis pela distribuição e encaminhamento dos imigrantes na época –, ele afirmou que em 1980, período mais intenso dos deslocamentos, chegavam em média cinco famílias por semana para se estabelecerem na região e, às vezes, nem ao menos conheciam ou sabiam que lote de terra iriam ocupar. Além disso, o entrevistado ponderou que uma única colonizadora na região, para se ter uma ideia do número de migrantes, foi dividida em 5.500 propriedades na década de 1980.

No entanto, os anos que seguiram a 1980 foram marcados pelo intenso retorno desses brasileiros motivados, entre outras razões, pelo processo histórico na região, de substituição da produção da menta pela da soja. Esse era o momento em que chegavam pessoas interessadas em grandes quantias de terra para a produção de soja. Frente a isso, as colonizadoras da região passaram a pressionar os posseiros a adquirirem as propriedades. No entanto, muitos deles não tinham condições financeiras para adquiri-las e foram desapropriados.

Havia também o fato desses agricultores não terem conseguido acompanhar as mudanças e os novos métodos de trabalho no campo. Nesses casos, vendiam suas terras a grandes fazendeiros, em prazos longos e a preços baixos. Contudo, as propriedades, em mãos desses sujeitos e com sucessivas boas safras, valorizaram e o que não pagaram nem R\$ 2 mil, hoje vale R\$ 45 mil, o alqueire. Em relação a esse movimento, Márcia Sprandel pondera:

---

<sup>7</sup> A cidade de Salto Del Guaira, nos últimos tempos, tem investido na comercialização de produtos. Mas, não é o caso dos seus Distritos, como Puerto Adela, que vivem sobretudo da agricultura.

<sup>8</sup> Há uma grande dificuldade em quantificar esses números. As informações sempre são relativas ao Departamento de Canindeyú. O vilarejo em específico é praticamente desconhecido no país. O que temos são dados imprecisos indicados pela própria população.

<sup>9</sup> SARUBI, Francisco. Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimaraes da Silva. Puerto Adela, 2008.

A soma destas dificuldades configurou para os chamados brasiguaios um novo processo de expropriação, que teria levado à sua “expulsão” do território paraguaio. Apresentando os motivos de seus deslocamentos, buscaram justificar a formação do acampamento. Ao governo brasileiro, exigiram o cumprimento de promessas referentes à realização de uma reforma agrária, da qual se consideravam beneficiários em potencial.<sup>10</sup>

Muito destes, como bem coloca Sprandel, foram acolhidos e passaram a constituir o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil (MST). No movimento esperavam, mais uma vez, conseguir terra em território brasileiro. Esse processo teve grande repercussão na mídia, bem como pelas pastorais e entidades de apoio que desencadearam debates acerca das condições sociais vividas por esses sujeitos.

É nesse contexto que surge o termo “brasiguai” para identificar as experiências de retorno, via MST. O termo foi a expressão e bandeira de luta dos migrantes e também assim foram representados pela imprensa, que levou a situação vivida por eles ao conhecimento de todo o país.<sup>11</sup> Muitos deles venderam ou entregaram seus bens adquiridos, ou simplesmente foram perdidos na própria migração, e se lançaram com a certeza de que seria o melhor ou único caminho para conseguirem ser pequenos proprietários em solo brasileiro.

Houve também um movimento importante em direção às cidades brasileiras, principalmente, para aquelas que ficam próximas ao Paraguai, como é o caso dos municípios do Oeste do Paraná. Esse caminho vem sendo constituído por famílias que venderam seus bens e com o dinheiro conseguiram comprar uma casa, uma chácara ou um pequeno lote urbano no Brasil. E também foi feito por aqueles que arrendaram suas pequenas propriedades de terra e passaram a residir em território brasileiro. Contudo, há ainda o caso de muitos que retornam ao país vivendo a pobreza, a precariedade e o desafio de recomeçar a vida depois de vários deslocamentos.

O movimento tornou-se mais intenso a partir da década de 1990, quando a presença “brasiguai” nessas cidades fronteiriças brasileiras é cada vez mais constante. A seguir, um mapa que situa os municípios brasileiros que têm recebido essa população no Estado do Paraná:

<sup>10</sup> SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. In: *Estudos Avançados*, nº 20, 2006.

<sup>11</sup> Ver: SONDA, Valdemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná Paraguai -(1973-1995) – Um estudo de caso*. Niterói, Dissertação de Mestrado, defendida em 2003 e *Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira*. Marechal Cândido Rondon/PR, Trabalho de Conclusão de Curso, defendida em 1996. SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. In: *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo, CEM, nº 36, janeiro-abril de 2000.





deslocamentos passados (re)elaborações, (re)significações e outros elementos simbólicos que explicassem e justificassem suas atuais presenças no urbano.

Por vezes, essas dimensões nem eram tomadas como passadas, mas como uma realidade presente, na medida em que foram demonstrando que parte deles ainda mantém vínculos e relações com o país do qual retornaram. Nesse sentido, há casos em que não há uma ruptura precisa entre a trajetória vivida no Paraguai e a vivida no Brasil, pois trata-se de experiências acontecidas num entre-lugar. A interlocução entre o tempo passado e o tempo presente narrados pelos sujeitos foi o que possibilitou compreender com mais profundidade os modos como eles significam suas lutas por pertencimentos e permanências na cidade e, de igual modo, também as experimentadas no Paraguai.

Nessa direção, as contribuições do crítico literário Hommi Bhabha ajudaram a compreender melhor tais dinâmicas numa interlocução mais viva entre o passado e o presente. Para o autor, os entre-lugares são meios, estratégias e possibilidades de atuação em realidades marcadas pela transitoriedade social e geográfica, como é o caso dos movimentos migratórios. Nas palavras do próprio autor:

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com o “novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um ‘entre-lugar’ contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O passado e presente tornam-se parte da necessidade, e da nostalgia, de viver.<sup>13</sup>

Os entre-lugares nos quais os migrantes vivem não são uma opção, mas são o possível no interior e à frente das necessidades e correlações de forças vigentes em seus meios. São desses entre-lugares também que falam e encontram meios de enfrentar o “novo” que a cidade inspira e ao mesmo tempo impõe. São essas experiências que este trabalho buscou apreender.

Desses deslocamentos que se fazem transfronteiriços surge uma paisagem híbrida, composta por múltiplas trajetórias individuais e coletivas, marcadas por intensas dinâmicas socioculturais de luta por sobrevivência e pertencimentos sociais. Nessa direção, a História Oral, como método e perspectiva de investigação, foi uma importante ferramenta que possibilitou apreender, a partir da produção dos testemunhos de vida, dimensões e práticas que muitas vezes escapam às outras formas de registro da vida social. Os relatos orais foram fundamentais ao serem confrontados com outras narrativas e interpretações de fontes diversas,

<sup>13</sup>BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 27.

como meio de adentrar e perceber os fios e interstícios que compõem a trama vivida nos limites das fronteiras.

O objetivo desde o início da pesquisa foi o de apreender a fronteira sendo praticada<sup>14</sup> pelos sujeitos que a percorrem cotidianamente no tempo. Nesse sentido, ela não representa uma simples delimitação territorial ou geopolítica nacional, mas sim uma paisagem atravessada e ultrapassada constantemente. Do mesmo modo, o deslocamento migratório desses homens e mulheres é entendido a partir de práticas interrelacionadas que se fazem ao mesmo tempo transformando e sendo transformadas frente às políticas nacionais. Estas que buscam definir e conter esse espaço transfronteiriço, que é por sua vez, plural e contraditório.

Tais práticas empreendidas reconstituem e desconcertam cotidianamente os sentidos fixos e compartilhados em torno da ideia de nação, terra natal e/ou território nacional, enquanto elementos que permeiam e significam as reais relações sociais. É preciso dizer que não se nega a existência de um “apego” ao nacional por essas pessoas. Chamo atenção para o fato de que sobreviver entre duas fronteiras significa, antes de tudo, pautar identidades em outros termos, como o de se identificar e/ou negociar com os dois universos culturais desses países, constituindo laços e redes que os possibilitam permanecer e pertencer aos “dois” territórios.

A essas dinâmicas culturais Stuart Hall discorre que: “em condições diaspóricas, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas”<sup>15</sup>. No caso dos , não se trata de uma diáspora, como Hall observa em suas pesquisas, mas de um movimento migracional em que tais sentidos também se (re)fazem culturalmente.

Em relação às experiências desses migrantes ao longo de seus deslocamentos pelas fronteiras brasileiras e paraguaias, existe uma bibliografia<sup>16</sup> considerável. No entanto, uma parte significativa dela se detém às características mais gerais do movimento. Muitos desses

<sup>14</sup>Este termo é usado por: MARTINS, José de Souza. *Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 2009.

<sup>15</sup>HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2003, p.73

<sup>16</sup>A esse respeito ver: SONDA, Valdemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná Paraguai (1973-1995) – Um estudo de caso*. Niterói, Dissertação de Mestrado, defendida em 2003; SONDA, Valdemir José. *Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira. Marechal Cândido Rondon/PR*. Trabalho de Conclusão de Curso, defendida em 1996; SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. *Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século*. Travessia: Revista do Migrante. São Paulo, CEM, nº 36, janeiro-abril de 2000; SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasileiros de Além Fronteira: Paraguai*. In: V Congresso de Antropologia Social – Anais eletrônico, 1997; SPRANDEL, Marcia Anita. *Brasileiros na fronteira com o Paraguai*. Estudos Avançados, nº 20, 2006; ALVES, J. L. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990; BATISTA, L. C. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; FERRARI, Carlos Alberto. *Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade*. Revista Pegada, vol. 8, n. 2, dezembro de 2007.

trabalhos se preocupam quase sempre em “denunciar” uma dada situação precária dentro do Paraguai que força os migrantes a retornarem ao Brasil. Nessa direção, esses trabalhos se aproximam, quase sempre, a uma investigação jornalística sobre o assunto, em grande parte traduzindo tais experiências em sua plenitude, pelo veio da vitimização.

Os trabalhos abordam o tema a partir de alguns pontos que julgam centrais para compreender e caracterizar o movimento em questão. Entre eles está uma ênfase na complicada relação entre e os então chamados “campesinos paraguaios”, bem como a ideia de retorno “forçado” de muitos desses migrantes para o Brasil. Esse é o caso, por exemplo, de um recente artigo que trabalha a problemática levantada. Nos termos apresentados pelo estudo:

Esse trabalho tem por finalidade chamar atenção da sociedade brasileira e, especialmente das autoridades constituídas sobre a questão dos brasiguaios na fronteira Oeste paranaense, brasiguaios esses que estão sendo eliminados do mercado de trabalho no Paraguai e, retornam para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Ocorre que, sem formação adequada para o mercado de trabalho no meio urbano, esses brasiguaios engrossam os bolsões de miséria nas periferias de cidades como Foz do Iguaçu e Cascavel, além de outras de menor porte no Oeste do Estado do Paraná, engrossam, da mesma forma, os acampamentos do MST ao longo das rodovias brasileiras, gerando problemas sociais que perpassam a capacidade das prefeituras dessas localidades.<sup>17</sup>

Os , como bem aponta o autor, retornaram em massa nas últimas décadas para as cidades brasileiras que fazem fronteira com o Paraguai. É esse acelerado processo, inclusive, que me senti movida a investigar. Muitos deles ampliam as fileiras por emprego e concorrem com os demais no mercado de trabalho informal nas pequenas cidades fronteiriças.

Não se trata de negar ou minimizar o fato. O problema parece se colocar quando o termo “brasiguai” é tomado como se sugerisse a existência de uma identidade grupal e coesa, bem como uma trajetória comum a todos aqueles que transitam em diferentes temporalidades, entre fronteiras e nações, brasileiras e paraguaias.

Penso que ao identificá-los a priori como , não se está levando em consideração a experiência social dos sujeitos, os modos como narram seus percursos, suas situações e suas resistências, entre os limites das fronteiras nacionais. É partir da história geral desses deslocamentos para compreender os sujeitos e não destes para apreender a constituição do movimento “brasiguai”. É como pressupor que o movimento existe antes dos próprios migrantes que o constituem.

---

<sup>17</sup> FERRARI, Carlos Alberto. *Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade*. Revista Pegada, vol. 8, nº 2, dezembro de 2007.

Este trabalho visa, antes de tudo, perguntar o que significa para eles serem identificados como , o que a referência revela e silencia acerca de suas trajetórias, quais são os usos que podem fazer do movimento, bem como, o modo como as instituições e demais pessoas o percebem. Investigar o modo como esses sujeitos pensam ser vistos pela sociedade é uma dimensão importante já que, na maioria das vezes, os movimentos sociais, como o próprio “brasiguai”, carregam consigo estereótipos frente à sociedade.

Os apelos dos movimentos sociais nem sempre são bem vistos pelas classes dirigentes do país. Há toda uma construção ideológica pejorativa que tenta “convencer” a sociedade, através da mídia e outros meios, a refutarem e rejeitarem as suas reivindicações. Nesse sentido, é preciso lembrar que o movimento “brasiguai” se fez atrelado ao MST, num momento que este buscava seu fortalecimento e os migrantes brasileiros vindos do Paraguai precisavam de apoio e um meio que viabilizasse seus retornos. Juntos puderam adquirir mais força em suas reivindicações frente às relações de poder e demais instituições que apoiavam o MST, na época. Digo isto, principalmente, por vários entrevistados terem afirmado que as lideranças do movimento, muitas vezes, eram conhecidos, voltavam à região em busca de novos adeptos.

A situação precária em que se encontravam os migrantes brasileiros acampados no Mato Grosso do Sul, reivindicando junto ao MST a reforma agrária, mesmo que os interesses divergissem<sup>18</sup>, foi, de certa forma, um marco histórico para eles, pela visibilidade frente à sociedade brasileira. Isso gera estranhamentos de toda ordem, por ser movimento, por não serem brasileiros e nem paraguaios, mas sim, .

Ser “brasiguai”, portanto, não é simplesmente ser um brasileiro que migrou para o Paraguai e depois retornou ao seu país. Ser “brasiguai” retornado no Brasil, implica, de alguma forma, assumir diferentes sentidos, posicionamentos e identidades que podem prejudicar suas (re)inserções sociais. É nessa direção que chamo atenção para os usos do termo. Não se trata de negar a existência do movimento “brasiguai”. Mas, apenas considerar que ele se fez a partir de sujeitos que experimentaram seus deslocamentos enquanto luta de classes, étnicas e também de gênero.

A partir da História Oral foi possível perceber que há diferenças entre chamá-los por “brasiguaios” e procurar entender se eles se reconhecem como tais. Tendo em vista a dinamicidade que envolve as trajetórias desses sujeitos, neste trabalho prefiro utilizar o termo

---

<sup>18</sup> Digo isso tendo como base os testemunhos de migrantes brasileiros que participaram do MST e retornaram ao Paraguai. Muitos desses migrantes não tinham a intenção de lutar por uma reforma agrária quando se lançaram ao movimento, eles queriam apenas um pedaço de terra. Isso gerava conflitos entre eles, os migrantes, inclusive, colocam-se contra os meios utilizados pelo MST, o acampamento, para alcançar seu propósito maior.

“brasiguai” entre aspas, indicando que se trata de uma categoria construída no tempo, frente a determinadas circunstâncias.

Trata-se de perguntar quem são de fato os que sempre aparecem como sendo vítimas dos camponeses e governos paraguaios. Quando se parte apenas do conflito étnico vivido por brasileiros e camponeses paraguaios se perde de vista as ações e presenças de grandes proprietários de terras brasileiros, inclusive, disputando os mesmos espaços. Quando se vitimiza os pequenos proprietários e demais trabalhadores pobres que circulam por essas fronteiras, se tem o risco de apagá-los enquanto sujeito de suas próprias histórias e se perde a historicidade desse processo inconcluso.

Neste trabalho problematizo também a noção de retorno como um processo definitivo. Há uma quantidade significativa de pessoas que retornaram ao Brasil, mas também há casos, em que elas também novamente regressaram ao Paraguai. Nesse caso, como posso entender o retorno? Como sendo algo fixo, indefinido ou inconcluso? Como eles se relacionam com a chamada terra natal?

Os relatos demonstraram que os retornos não assumem necessariamente uma ideia de “retorno à pátria brasileira”. Mas, apontam que os sentidos atribuídos à terra natal, às identidades nacionais, são sempre processos socioculturais perturbadores para eles. As tradições culturais, nesse sentido, não são imutáveis, mas passíveis de (re)elaborações face os contatos e circunstâncias vividas. Para Stuart Hall:

[...] A tradição funciona, em geral, menos como doutrina do que como repertórios de significados. Cada vez mais os indivíduos recorrem a esses vínculos e estruturas nas quais se inscrevem para dar sentido ao mundo, sem serem rigorosamente atados a eles em cada detalhe de sua experiência. Eles fazem parte de uma relação dialógica mais ampla com o “outro”.<sup>19</sup>

Tais migrantes aprenderam com o tempo a negociar e ao mesmo tempo se impõem frente aos embates vividos e que pressionam seus modos de vida nessa fronteira. Nessa direção, aqueles com quem dialoguei se revelaram sujeitos políticos, diferentes daqueles que, às vezes, são apresentados como sendo meramente vítimas de um sistema socialmente desigual.

Os relatos revelam existir um conjunto de práticas exercidas como estratégias, resistências, bem como a reconstituição de redes de sociabilidades entre os sujeitos. E demonstram que tais sociabilidades foram constituídas no passado quando estes chegaram ao Paraguai e precisaram “um do outro” para resistir às dificuldades encontradas no país, como:

---

<sup>19</sup> HALL, Stuart. op.cit. p. 70.

falta de atendimento médico, de escolas, de estradas, mercado, meios de transporte e igrejas. Para a construção desses espaços, que eram necessidades coletivas, precisaram se juntar não somente entre si, mas com os próprios paraguaios. Com a demanda da migração tinham mais forças para pressionarem o Estado a enviar professores, construir pontes e estradas para que pudessem habitar e transitar pela região.

Quando uma família chegava, segundo os relatos, não havia uma vaca para produzir leite e nem mercado para comprá-lo, não havia arroz, mandioca, feijão, verduras para que pudesse se sustentar. Os primeiros anos foram relatados como os mais difíceis, pois, seria o momento em que as famílias precisaram preparar a terra, aguardar o cultivo dos alimentos e a reprodução dos animais. Enquanto isso, afirmam que eram os vizinhos que forneciam a base para a sobrevivência, emprestando coisas, trocando dias de serviço ou até mesmo doando, em favor de uma boa vizinhança, alimentos que garantissem a estadia ou amenizassem as necessidades dos recém-chegados.

Vejo que são práticas culturais de uma vivência coletiva na luta pela sobrevivência num país estrangeiro. Essa experiência tecida no passado é retomada na vida na cidade, que também é outra fronteira a ser entrecruzada, frente aos desafios que esta os impõe. São essas sociabilidades vividas em grupo historicamente que têm sustentado suas permanências no urbano, na busca por emprego, pela moradia, educação e lazer.

É preciso dizer, no entanto, que essas redes de sociabilidades não são vividas como guetos entre migrantes e não-migrantes. Elas existem e estão abertas aos novos convívios e relações que os demais moradores da cidade podem oferecer. As permanências no espaço urbano dependem, tal como foram no passado, de suas integrações, diálogos, negociações e interações frente aos demais sujeitos que habitam a cidade.

Nessa direção, autores como Stuart Hall, Homi Bhabha, Raymond Williams, Edward Thompson e José de Souza Martins, Antonio Augusto Arantes, Abdelmalek Sayad foram importantes enquanto suportes teóricos na medida em que os relatos traziam elementos que precisavam ser apreendidos em suas dinâmicas históricas. No decorrer da pesquisa procurei entrecruzar, a partir desses autores, pressupostos teóricos envolvendo cidades, migrações, processos culturais, trabalho e memórias com as problemáticas que os relatos foram trazendo.

Enquanto suporte metodológico da memória e da História Oral, Alessandro Portelli, Alistair Thomson e Yara Aun Khoury foram auxílios para produzir e interpretar as fontes orais. As narrativas foram tomadas nos termos em que propõe Yara Aun Khoury: “como atos

interpretativos, como processos constantes de atribuição de significado, como expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida”.<sup>20</sup>

A cada encontro com os migrantes para as entrevistas ou para um diálogo informal, com os que eu conhecia ou não, sempre foi uma oportunidade de saber mais sobre suas experiências. Do mesmo modo, eles também me investigaram e criaram expectativas múltiplas acerca da pesquisa e também da minha trajetória enquanto migrante. Em alguns casos, chamaram os filhos para nos conhecer e parecia que queriam lhes mostrar que havia a possibilidade, assim como acontecera comigo, de conseguir oferecer aos filhos, apesar das dificuldades, um curso superior. Essas passagens me lembravam Alessandro Portelli quando afirma:

O campo de trabalho é significativo como encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos. E conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.<sup>21</sup>

As narrativas foram sendo produzidas ao longo de toda pesquisa. A partir da sistematização das questões de um relato, buscava outras para confrontar, entrecruzar e apreender os elementos individuais e socialmente compartilhados que elas apresentavam. Com migrantes que vivem na cidade obtive nove entrevistas (três com homens e seis com mulheres) entre 2008 e 2010. Além disso, aproveitei 14 entrevistas produzidas entre 2006 e 2007, com migrantes que ainda residiam no Paraguai. Na época, desenvolvia um projeto de pesquisa da graduação que visava compreender a imigração desses brasileiros no Paraguai.<sup>22</sup>

A escolha pelo tema de pesquisa talvez se justifique pelo fato de eu também ter vivido parte desse processo que, agora como pesquisadora, proponho investigar e considerar em termos históricos e historiográficos. Como filha de uma família de faço parte de um universo social que se convencionou chamar de segunda geração de migrantes. Talvez isso queira representar aqueles que cresceram no espaço imigrado pelos pais e assim estudaram e

<sup>20</sup> KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na História*. IN: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de. (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>21</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n° 14, 1997, p. 23.

<sup>22</sup> Essa pesquisa foi vinculada ao Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UNIOESTE/PRPPG sob o título *Trajetórias e experiências de trabalhadores brasileiros emigrados no Paraguai (Puerto Adela-PY – 1980 -2005)*. Ela também foi tema da minha Tese de Conclusão de Curso – TCC sob o título *Eu não queria ser paraguaio, eu queria ser imigrante: trajetórias de brasileiros em Puerto Adela – Paraguay (1970-2007)*.



aprenderam a amar os paraguaios e a “pátria paraguaia”, antes mesmo de amar os brasileiros e a “pátria brasileira”.

Além disso, o fato de também ter percorrido alguns caminhos trilhados por esses sujeitos que propus investigar ajudou e, ao mesmo tempo, complicou minha compreensão histórica desses deslocamentos. Ajudou-me no sentido de que algumas lembranças e situações vividas chamaram a minha atenção para práticas que são próprias do movimento. Além do mais, conhecia a localidade e algumas pessoas, ainda que eu tenha retornado para o Brasil ainda adolescente, que sabia que seriam fundamentais para mexer com algumas questões que o trabalho colocava.

No entanto, a tarefa foi mais difícil que eu pensava na medida em que precisava, enquanto pesquisadora, apreender as experiências desses migrantes enquanto problemática de pesquisa e não mais como um fato comum e rotineiro meu e de minha família. Toda investigação implicou também em tomar certa consciência histórica da minha própria existência social; e compreender em “termos científicos” valores, referências culturais cultivadas e as lutas empreendidas pelos meus pais e familiares e, depois, por mim, enquanto sujeitos desses entre-lugares fronteiriços.

Nesse momento, compreendo inclusive o que significava, por exemplo, para meus pais, diante de toda precariedade vivida, que eu estudasse e chegasse a um curso superior. E o quanto esse fator norteou todo o meu percurso trilhado até os dias de hoje, assim como as dificuldades que enfrentei, as expectativas e as decepções que vivi. Disso decorre a tarefa de também compreender sentimentos, modos de agir, posturas tomadas, pertencimentos ambíguos, como o de ter muitas saudades do Paraguai.

Talvez, inclusive, seja por isso que sempre acompanhei pesquisas que reduzem tais deslocamentos históricos à noção vazia de migração de . Tanto é que reitero a necessidade de recuperar a vitalidade e as dinâmicas desse processo também pelo fio de minhas experiências e memórias. E mais do que isso, como sempre tenho olhado com criticidade a imprensa quando mais silencia do que expressa embates que norteiam essas trajetórias. Trata-se, portanto, de me encontrar, de me situar no mundo, bem como resistir, assim como os entrevistados também o expressam em suas narrativas, às pressões da sociedade desigual que participamos.

Essa prática de pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “A fronteira praticada”, procuro situar os deslocamentos no entre-fronteiras. Nesse espaço discuto as relações transfronteiriças que esses sujeitos constituem e por elas também são constituídos historicamente. A partir de relatos orais e da leitura do jornal *O Presente* procuro

perceber o modo como a cidade de Marechal Cândido Rondon tem se situado em relação à sua situação de fronteira em que os migrantes são identificados historicamente como .

No segundo capítulo, intitulado “Vivendo a cidade: um pé aqui e outro lá”, busco pensar a presença desses migrantes vivendo a cidade. Neste espaço de discussão destaco as inserções sociais materializadas na busca por emprego, moradia, lazeres e outros pertencimentos sociais citadinos. Além disso, procuro discutir como os deslocamentos de retorno do Paraguai para a cidade implicam em cruzar uma nova fronteira, que é aquela do campo para a cidade.

Já no terceiro capítulo, intitulado “‘Eu ficava no Paraguai só por causa do meu marido’: histórias de mulheres ‘brasiguaias’ na cidade”, procurei pensar as relações de gênero que envolvem mulheres e homens nesse percurso migratório e em suas inserções citadinas. O objetivo foi compreender como tais deslocamentos provocam mudanças significativas nas relações sócio-familiares que envolvem os sujeitos. Neste espaço, apresento a intensidade com que as mulheres migram e recriam expectativas em relação às suas vivências na cidade, na busca pelo primeiro emprego, pelo primeiro salário, na reordenação dos papéis familiares, bem como, na luta e conquista pela casa própria.

## **CAPÍTULO I:**

### **“UM PÉ AQUI E OUTRO LÁ”: A FRONTEIRA SENDO PRATICADA**

Neste capítulo discuto como os brasileiros, uma vez emigrados para o Paraguai, passaram a lidar com os sentimentos constituídos historicamente em torno das identidades nacionais envolvidas. Busco também os modos como a cidade brasileira de Marechal Cândido Rondon foi se constituindo frente à sua situação de fronteira com o Paraguai, tendo em vista que esse espaço muitas vezes parece ser ultrapassado, como se ali não existisse um marco nacional.

Essas questões foram se impondo à pesquisa na medida em que os depoentes evidenciavam que suas presenças na cidade, os espaços de trabalho que ocupavam e as redes de sociabilidades que formavam estavam diretamente relacionados ao modo como experimentaram seus projetos migratórios. Em muitos casos se pôde constatar que suas trajetórias são marcadas por um viver entre fronteiras, sendo reconhecidos nacionalmente do lado de cá como simples emigrantes, aqueles que deixaram o país, no sentido de “traição à pátria”. E, do lado de lá, como imigrantes, aqueles que são estranhos ao país, que vivem ali temporariamente e/ou até mesmo são vistos como invasores do território.

Para compreender tal movimento foi necessário dialogar com migrantes que já haviam migrado para a cidade brasileira e com aqueles que ainda residiam no vilarejo paraguaio e que tinham, ou não, o desejo de também um dia deixar o país. Ter a dimensão dessas diferentes situações vividas propiciou à pesquisa perceber a fronteira sendo praticada e reinventada constantemente pelos sujeitos que a constituem.

Uma observação atenta da fronteira revela a dinamicidade dos deslocamentos que compõem o chamado movimento “brasiguai”. Entre essas dinâmicas está a própria travessia cotidiana entre o município paraguaio de Puerto Adela e Porto Mendes, distrito de Marechal Cândido Rondon. Essa travessia é feita pelo Lago de Itaipu com barcos de madeira de médio tamanho, conduzidos há mais de 50 anos pelos paraguaios conhecidos como Melgarefo e Nenê Paraguaio. Os barcos comportam, por viagem, cerca de 70 pessoas e a travessia do rio demora de 30 a 40 minutos, dependendo das condições climáticas. A chuva e o vento podem inviabilizar a travessia quando em clima de “vento sul”, expressão local utilizada pela população quando o lago está agitado para a travessia. Esses barcos, que são construídos por marceneiros no próprio vilarejo paraguaio, contam com um sistema motorizado à gasolina,

exposto no meio das embarcações, produzindo fortes ruídos. Não há nenhuma assistência ou instrumentos precisos como rádios, telefones e bússolas que possam auxiliar nas viagens, caso haja acidente pelo trajeto.

Os ruídos e todo risco que possa existir, no entanto, não atrapalham as conversas e as sociabilidades que se fazem ali dentro, durante e depois do percurso navegado pelo Lago de Itaipu. É a partir dessas sociabilidades, ora observadas e ora narradas, que pretendo discutir tal fronteira, que tem uma dinamicidade toda peculiar quando vista praticada pelos sujeitos no tempo.

Durante os dias da semana pude perceber sujeitos que, segundo expressão local, “cruzam” a fronteira em busca de serviços públicos de atendimento médico, recebimento de aposentadoria e de educação para os filhos em Marechal Cândido Rondon e demais distritos que compõem o município. A prática cotidiana de cruzar a fronteira em busca de assistência pública se faz necessária para os migrantes, na medida em que não a encontram no país migrado. Os municípios brasileiros são os mais próximos e viáveis para a população se dirigir. Os municípios paraguaios que disponibilizam tais recursos estão mais distantes e as estradas que os conduzem até lá são precárias. Várias delas não são asfaltadas, o que os leva a enfrentar situações ora de intensa poeira e ora de intenso barro.

Do mesmo modo, também não é difícil encontrar crianças que, diariamente e/ou semanalmente, cruzam o lago para estudar nas escolas públicas brasileiras. Muitas delas são deixadas pelos pais em casas de parentes ou amigos durante a semana, fazendo-os retornar nos finais de semana ao Paraguai. No vilarejo paraguaio há escolas públicas, muitas construídas pelos próprios migrantes, cujas aulas são ministradas por docentes paraguaios. No entanto, os entrevistados reclamaram da precariedade e insuficiência das instituições de ensino que, ao invés de progredir, acabam piorando pela retirada das crianças e famílias ao Brasil. A falta de alunos tem inviabilizado a existência de escolas em alguns vilarejos próximos a Puerto Adela, o que reforça também a necessidade das famílias virem ao Brasil.

Por esse mesmo espaço é possível encontrar, no início de cada mês, idosos que cruzam o Lago de Itaipu para receberem as aposentadorias no Brasil. Muitas pessoas, cansadas da lida braçal e de uma vida em deslocamento, têm buscado nos municípios brasileiros a aposentadoria por idade. Na maioria das vezes, são pequenos proprietários que entregaram suas propriedades aos filhos ou arrendaram para outros agricultores vizinhos. Eles geralmente se mudam para ficar mais perto dos serviços de saúde, facilitando o atendimento, caso aconteça algo que precisem ser socorridos com rapidez. O socorro, em casos de doença, trabalho de parto, picada de cobras e outras situações é demorado e, por vezes, fatal às vítimas

que, até atravessarem o lago, tomarem um meio de transporte a Marechal Cândido Rondon, à noite e com vento sul, já não chegam com vida.

Em relação aos aposentados é interessante observar que, geralmente, tiveram muita cautela ao serem entrevistados, pois, em suma, o INSS não poderia saber que foram ou são. Os migrantes, em sua grande maioria, não contribuíram com a instituição previdenciária ao longo de suas trajetórias no Paraguai. Alguns afirmam ter trabalhado no campo e perdido a documentação que comprovaria junto ao INSS certa contribuição antes de suas migrações. Muitos alegam que para conseguirem aposentadoria precisaram se dirigir a municípios que não fossem fronteira com o país vizinho. Segundo eles, a instituição fica atenta e costuma negar os pedidos de aposentadoria, caso desconfie que se tratem de .

Mas, a cidade pode representar também para muitos homens e mulheres a esperança de concluir, na cidade, um projeto migratório. Vir para a cidade pode significar concretizar a vitória de um projeto de vida elaborado há décadas, quando decidiram conquistar no Paraguai um pedaço de terra. O desejo de várias famílias ao decidirem sair do território brasileiro foi o de migrar, trabalhar e depois retornar com certa estabilidade financeira ao Brasil.

É possível também encontrar adultos e jovens, mulheres e homens, brasileiros e também paraguaios que buscam emprego sazonal, em períodos de plantio, colheita de fumo e mandioca, no lado brasileiro. O movimento geralmente é semanal. De segunda a sexta-feira os trabalhadores acampam nas lavouras e nos finais de semana retornam para suas casas no Paraguai.

Há também pais de família que aproveitam os finais de semana para visitar suas esposas e filhos que residem no Brasil. Nesse caso, em particular, a esposa migra com os filhos e o marido permanece no Paraguai. O movimento também pode ser inverso, o das esposas e filhos que cruzam o Lago para visitar seus esposos, geralmente em períodos de colheitas ou dias de festa no vilarejo paraguaio.

Ainda fazem parte do movimento diário na fronteira aqueles que atravessam o Lago para comprar alimentos, consertar maquinários e até mesmo visitar os parentes em outras cidades e Estados brasileiros. Há outros que fazem o contrário: em tempos de festas visitam parentes e antigos vizinhos que permaneceram no Paraguai. Há também situações em que famílias, após não terem conquistado estabilidade no Brasil como a desejavam, retornam ao vilarejo com seus pertences.

Dessa forma, a fronteira em questão vai sendo diariamente recriada pelos sujeitos, cujas experiências de deslocamentos se entrecruzam e, ao mesmo tempo, se desencontram, enquanto uma rede migratória complexa que interessa aqui apreender. A questão será refletir

sobre a importância de compreender esse espaço sendo praticado, na medida em que os migrantes vão vivenciando e fazendo desse lugar de fronteira seus territórios de luta pela sobrevivência social.

Os sujeitos em deslocamentos parecem recriar constantemente suas expectativas, sonhos e projetos de vida. Os movimentos migratórios são motivados por múltiplos fatores e por diferentes classes sociais. No caso dos “brasiguaios”, em sua maioria, visava no início alcançar um pedaço de terra no Paraguai. Muitos viam a possibilidade de ter seu primeiro pedaço de terra e deixar para trás as experiências enquanto bóias-frias, diaristas e arrendatários. Já outros eram pequenos proprietários, de dois a três alqueires, para os quais a migração significava poder ampliar um pouco mais seus bens.

Um fator importante que motivou a migração de tantos pequenos agricultores foi a mecanização do campo e as sucessivas crises agrícolas que os afetaram diretamente, entre as décadas de 1960 e 1970. Uma boa parcela desses sujeitos se lançou para as cidades e uma outra aventurou-se no Paraguai, para usar a expressão dos próprios entrevistados, na esperança de continuar sobrevivendo no campo.<sup>23</sup>

Nessa direção, houve agricultores que, ao longo do tempo, conquistaram extensas áreas, tornando-se grandes proprietários de terras. Mas, há aqueles que continuaram sendo pequenos proprietários. E outros que nem ao menos conseguiram seu primeiro pedaço de terra, como era a intenção, sendo hoje arrendatários, bóias-frias e posseiros.

Desses grupos, o movimento de retorno ao Brasil tem sido vivido por migrantes pobres que, às vezes, vendem suas terras aos grandes proprietários a longos prazos e a preços baixos. No país, muitos deles vivem, pela segunda vez, o motivo que os levou a migrar para o Paraguai um dia: a exclusão social gerada pela mecanização do campo e a entrada da soja, cuja renda não vem permitindo aos pequenos agricultores continuarem trabalhando no campo. Diante da situação, muitos se submetem a essas condições, que só favorecem os grandes proprietários que, ao término do pagamento da terra, geralmente em três ou quatro anos, já valem o dobro. Estes, em sua maioria, não chegam a residir no Paraguai: administram seus bens do Brasil. Há outros que residem lá periodicamente, apenas em períodos de plantio e de safra.

---

<sup>23</sup> A esse respeito ver: SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo, CEM, nº 36, janeiro-abril de 2000.

Este trabalho tem como foco as experiências de sujeitos pobres, pequenos proprietários de terras que tenham, no máximo, dez alqueires de terra<sup>24</sup>, posseiros, diaristas e arrendatários. É preciso demarcar isso pelo fato da imprensa, ao falar sobre os e mais precisamente sobre os conflitos por eles vividos no Paraguai, geralmente não tem a preocupação de especificar de que grupo social se fala. Dessa forma, ignorando a historicidade da própria categoria “brasiguai” – que foi cunhada para e pelos migrantes pobres num movimento histórico de retorno ao Brasil, muitos deles via Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST, no passado. Na maioria das vezes, os conflitos são apresentados como sendo de caráter étnico, entre brasileiros e paraguaios, ocultando o caso de grandes proprietários de terras que disputam áreas com os pequenos proprietários, sejam eles brasileiros ou paraguaios.

Entre os migrantes que vivem na cidade há também aqueles que não venderam suas propriedades no Paraguai. A prática, nesse caso, tem sido de arrendá-las por alguns anos a proprietários que desejam aumentar suas produções. Esse é um motivo para muitos escolherem migrar para municípios brasileiros que façam fronteira com a região antes habitada, facilitando o monitoramento e a visita aos seus bens, lá do outro lado.

Toda essa dinâmica existente entre as fronteiras brasileira e paraguaia – mais precisamente, neste caso, entre Marechal Cândido Rondon e Puerto Adela, que procurei descrever acima – pode ser definida como sendo movimentos transfronteiriços. Interessante observar que todos os entrevistados que residem na cidade rondonense expressaram ter mantido, de alguma forma, vínculos com o vilarejo paraguaio antes habitado. Isso me faz crer que existe uma prática de se manterem aqui e ao mesmo tempo lá. Não parece haver um movimento definitivo em direção ao município brasileiro e nem ao vilarejo paraguaio. O que parece haver é uma prática de viverem entre esses lugares.

A noção de fronteiras transfronteiriças, assim como a de transnacionais, tem sido discutida na academia como meio de expressar o caráter instável e maleável da fronteira, como vivemos atualmente, em que territórios, espaços e nações redefinem constantemente suas existências. A noção vem sendo utilizada como um modo de deixar entreabertos os espaços, constituídos e constituintes na interação entre fronteiras e migrantes. O termo permite mostrar como os movimentos migratórios são sempre incertos e inconclusos quanto

---

<sup>24</sup> Faixa econômica que tem procurado a cidade para viver.

às suas identificações, suas pertencas, ações e resistências frente às diferenças<sup>25</sup> multiculturais.<sup>26</sup>

As presenças cidadinas dos migrantes se pautam, em boa parte, no experimento. Para muitos deles, a cidade representa a continuação de uma luta por inserção social e/ou o desejo de oferecer aos filhos outro destino e outras possibilidades, que não sejam no futuro os deslocamentos. As suas inserções têm sido vividas, como vem demonstrando os depoimentos, no entre-fronteiras, na medida em procuram manterem-se na cidade sem desvincularem-se das relações construídas no vilarejo paraguaio.

Os constantes ir e vir, bem como os usos que os fazem desses espaços fronteiriços ao longo do tempo, não se faz como simples opção. Tornou-se necessidade, como foi dito, já que quando migraram para o Paraguai por lá encontraram muita terra, mato para derrubar e nenhuma estrutura de assistência pública, como escolas, hospitais, estradas, bem como um comércio onde pudessem adquirir alimentação.

Experimentar tais condições de vida, avalia José de Souza Martins, é viver nos limites da fronteira. A única forma de eles poderem ter assistência médica, até os dias de hoje, por exemplo, é atravessando o Lago de Itaipu e buscando nos municípios brasileiros, neste caso Marechal Cândido Rondon, o atendimento possível e que nem sempre é o ideal.

Essa situação e outras, como a necessidade de oferecer escolas aos filhos, de buscar trabalho temporário no campo ou na cidade, de um lado e de outro, parece de fato configurar um viver nos limites fronteiriços. Para além da fronteira nacional está a luta desses sujeitos por pertencimento à sociedade. Como propõem Raymond Williams:

Sempre que penso nas relações entre campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas de idéias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder – um sistema mais amplo.<sup>27</sup>

Um exemplo claro de como esses sujeitos transitam e significam suas experiências nesses e/ou por esses espaços fronteiriços, é o caso do relato do casal Pedro Dias e Georgina Dias, sujeitos no Paraguai desde a década de 1980. Quando movidos a falar um pouco sobre

---

<sup>25</sup> O princípio de diferença está sendo pensado aqui nos termos que propõem Stuart Hall. A diferença *sendo* sempre relativa, posicional e não binarismos antagônicos: Ver: HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

<sup>26</sup> O sentido multicultural envolve aqui todas as ações políticas, econômicas e culturais que os sujeitos vivenciam ao longo de suas trajetórias.

<sup>27</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 19.



suas inserções no Paraguai, o casal (re)lembrou da difícil situação em que precisaram atravessar a fronteira para salvar a filha, que ficara doente. Esse momento foi assim relatado:

Aqui era brabo por causa de doença. Uma vez a Dete mesmo, [filha mais nova], Deus ô livre, deu um ataque nela aí. Deu um ataque aqui e foi volta lá em Porto Mendes, na farmácia. Eu cortei essa água aí na escuridão com um motorzinho aqueles de... E eu ia devagarzinho, três horas de viagem com o motor, daqui lá. Deu um ataque nela umas horas da tarde aí e se mandemos. Aí subimos na boca do paranazão [Rio Paraná]. A sorte que tinha um vizinho nosso que morava aí do outro lado, ele tinha um motor rabetão. Daí encostei lá, paguei ele. Aí tinha cerração, clareava na frente do barco e não enxergava nada.<sup>28</sup>

O relato fala das dificuldades encontradas com a migração para o vilarejo paraguaio. Tais dificuldades também foram apresentadas pelos demais depoentes. Pedro e Georgina são proprietários de três alqueires de terra, que é destinada à produção leiteira e para agricultura familiar. O casal tem quatro filhas, atualmente todas casadas, mas destacaram que uma delas, quando criança, fora sempre muito doente. Eles afirmaram que atualmente não desejam retornar, pois as maiores dificuldades já foram superadas e agora dizem viverem mais tranquilos. Mas, a possibilidade não foi descartada. Talvez daqui a alguns anos, quando não aguentarem mais a lida com o campo, procurarão, segundo informaram, vender seus bens e residir como aposentados no Brasil.

No relato acima, o que chama atenção é o modo como o casal parece ter aprendido a lidar com as dificuldades encontradas no espaço fronteiro. Há algumas expressões que permitem apreender o modo como significam suas vivências. Quando o senhor Pedro afirma “eu cortei essa água aí na escuridão”, ele parece se referir não apenas a um rio, mas também a uma fronteira que precisou ser cortada e desafiada, por não ter existido outro meio de salvar sua filha. No entanto, o Paranazão, como se reportam ao lago, parece às vezes ser muito mais um empecilho para suas travessias do que cruzar as fronteiras nacionais ali envolvidas. A sua esposa complementa narrando o episódio ocorrido:

Daí na estrada nós olhava dentro do barco e achava que ela tinha morrido, mas não morreu, tava viva! Eu tava tudo molhada, molhada e eu não senti frio naquela hora. A minha blusa veio dentro do barco. Eu tinha que segurar ela, calçar o pé assim oh, dentro do barco, pra segurar porque ela ficou dura, né? E daí eu tudo molhada, não senti frio nenhum, nenhum! Eu sei lá, eu fico pensando, no mês de junho, naquele frio e eu tudo encharcada. Não senti frio nenhum de tá com ela ali, Deus o livre, tá lôco!<sup>29</sup>

<sup>28</sup> DIAS, Pedro. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela/PY: 30 de janeiro de 2007.

<sup>29</sup> DIAS, Georgina. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela/PY: 30 de janeiro de 2007.

Para a senhora Georgina, a situação de frio e o risco de acidentes, por ser à noite e ventar muito, não foi sentida, além da expectativa de sobrevivência da filha. Parece ser com esse mesmo entusiasmo que os sujeitos atravessam e vivem a fronteira constantemente.

O tempo da fronteira é o desencontro de múltiplas temporalidades que os migrantes atravessam em busca de pertencimento social. As expressões e metáforas utilizadas para falar dos momentos que se deslocaram entre fronteiras nacionais são instantes significativos para compreender os modos como percebem, penetram e lidam com esse espaço transfronteiriço: “cruzar o rio”, “atravessar pro lado de lá”, “eu cortei essa água aí no escuridão e subimos pela ‘boca do Paranazão’”, “a sorte que o homem tinha braço no lago”.

Os sentimentos constituídos historicamente em torno das fronteiras nacionais<sup>30</sup>, como o amor à pátria e ao território em que se nasce, são emblemáticos para os sujeitos. Os deslocamentos remexem e provocam valores tradicionais cultivados e servidos como bases de sustentação social pelas nações envolvidas. A pesquisa revelou que a identidade brasileira, cultivada pela sociedade, é vivida pelos migrantes como um sentimento incerto e indefinido. Parece haver um identificar-se dúbio em relação aos espaços que pertencem. Muitos dos sujeitos se identificam com a “nação” brasileira, mas nada os impede de também se identificarem com a “nação” paraguaia.

As experiências transfronteiriças acabam exigindo dos migrantes que seus sentidos e suas pertencas sociais sejam flexíveis diante da vivência entre fronteiras. Para eles, ser brasileiro e/ou paraguaio é uma questão ambígua e depende muito das circunstâncias materiais que se encontram.

A dúvida nacionalidade parece não se resolver com a documentação oficial, como a carteira de identidade e o registro de nascimento que, a priori, os reconheceria como sendo de uma ou de outra nação. No entanto, tais documentos oficiais não dão conta das relações e dos pertencimentos que esses sujeitos reelaboram constantemente vivendo entre fronteiras.

O relato de Cosmo de Oliveira ajuda a problematizar a questão quando narra sua trajetória. Ele, migrante brasileiro no Paraguai desde os anos de 1970, foi para o país vizinho junto com os pais e mais seis irmãos menores, de uma região de fronteira matogrossense para o Paraguai, aos seis anos de idade. O entrevistado vem de uma experiência como posseiro de uma pequena propriedade de três alqueires de terras há mais de 10 anos, na qual vive com a esposa e dois filhos pequenos. Atualmente, Cosmo afirma cultivar nesse lote alimentos de

---

30 Ver: HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

subsistência, como feijão, mandioca, milho, hortaliças, etc. Para suprir as demais necessidades básicas, o entrevistado trabalha como empreiteiro e diarista nas terras vizinhas.

No decorrer da entrevista chamou-me a atenção o fato de Cosmo insistir em falar na questão de sua nacionalidade. Ele afirmou que foi registrado pelos pais no Paraguai como tendo nascido nesse país quando, na verdade, nasceu no Brasil e não foi registrado como sendo brasileiro. Desse modo, o entrevistado é legalmente paraguaio e se mostra angustiado por ser brasileiro e não possuir a documentação legal que lhe possa garantir a cidadania.

Há uma prática entre esses sujeitos de registrarem seus filhos como sendo paraguaios. Isso se configura como estratégia, caso seus bens materiais venham a sofrer ameaças, por parte do governo, de camponeses ou outros. O fato de terem filhos “paraguaios” lhes assegura, de alguma maneira, certas vantagens frente a uma situação conflituosa, que não é rara acontecer, envolvendo suas propriedades.

No entanto, eles procuram também registrar seus filhos no Brasil, país em que de fato nasce a maioria. A prática de ter duas cidadanias, cujos registros constam que uma mesma criança nasceu no Brasil e no Paraguai, é considerada ilegal. A cidadania brasileira também lhes parece importante adquirir para garantir aos filhos assistência pública e também satisfazer os sentimentos de pertença nacional dos pais.

No caso de Cosmo é um pouco diferente. Ele deseja a cidadania brasileira, mas não tem a documentação legal que a comprove. Não seria demais pensar que o entrevistado pudesse desejar ter, assim como os demais, os dois registros, o que lhe garantiria nacionalidades. Afinal, quando lhe perguntei a que nacionalidade pertencia, pensou e disse:

É... o Brasil, né? Porque não... não adianta eu dizer que sô paraguaio, né? Porque eu não sô mesmo e... e... se quiser que eu seja enquanto eu tô aqui, eu também sô, né? O que manda é a pessoa saber viver e conviver com tudo mundo, né? É isso!<sup>31</sup>

O entrevistado é brasileiro do ponto de vista do seu nascimento, mas é paraguaio do ponto de vista documental. É pelos interstícios desse processo que o entrevistado parece atuar e sobreviver. Quando diz “se quiser que eu seja [paraguaio] enquanto eu tô aqui, eu também sô”, ele mostra sua situação e posição política nesse espaço transfronteiriço. Para Cosmo, que vive sem documentação legal para (permanecer no Brasil) e diante do risco de um dia perder sua posse de terra (para ficar no Paraguai), essa posição parece necessária.

---

<sup>31</sup> OLIVEIRA, José Cosmo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela/PY: 27 de janeiro de 2007.

Desse modo, ele parece jogar e/ou negociar com as duas nacionalidades às quais, de uma maneira ou outra, pertence. Essa posição limite nasce da necessidade de sobrevivência no espaço. Enquanto paraguaio – do ponto de vista documental – Cosmo pode ter mais argumentos, caso o verdadeiro dono brasileiro da terra resolva retomá-la. E, caso o proprietário consiga retomar a terra, ele avalia que precisará retornar ao Brasil. Esse retorno, segundo informou, poderá ser feito e sustentado legalmente, já que apesar de ser “paraguaio”, seus filhos possuem a cidadania brasileira.

A experiência migratória e as dificuldades que foram encontrando ao longo do trajeto levaram essas pessoas a buscar meios de sobrevivência entre duas fronteiras. Isso significa viver tanto do lado de cá, como no lado de lá, rompendo barreiras entre o que se considera legal e ilegal pela sociedade.

A “boa convivência” também está presente nos relatos e parece ser uma prática importante por eles cultivada nas lutas e inserções sociais. É claro, não se trata de uma convivência harmônica, mas de uma convivência política entre aqueles que precisam sobreviver no mesmo espaço. A fronteira é um espaço de conflitos, mas é também um espaço de sociabilidades. A relação entre brasileiros e paraguaios, por exemplo, apresenta conflitos, mas existem traços fortes de convivência e dependência entre eles. Como um depoente declarou: “eles compartilha com nós e nós compartilha com eles.”

No entanto, a prática de viverem aqui e lá resulta também em estranhamentos por parte das instituições públicas e, de certa forma, pelos habitantes de Marechal Cândido Rondon. Os , como se reportam aos migrantes, parecem ser vistos como aqueles que perpassam os valores supranacionais, como o de ser brasileiro ou ser paraguaio, fazendo uso de estratégias e criando situações consideradas “ilegais” pela sociedade. Há todo um discurso que, como veremos abaixo, não considera a fronteira e seus fluxos como partes da constituição do município.

Nessa direção, considero pertinente o diálogo com Abdelmalek Sayad quando esse trata dos olhares desconfiados sobre sujeitos que transitam pelas fronteiras. Para ele, a problemática deve ser remetida à constituição do nacionalismo e dos elementos/estratégias de coesão social que dão forma e contornam os territórios nacionais historicamente. Os deslocados são tomados, nesse sentido, como aqueles que rompem esses elos sociopolíticos e que, portanto, estão:

Dissociados de toda ordem nacional, tanto a da imigração quanto a da emigração – da primeira de forma certa e como por definição, desde o primeiro dia e durante toda a imigração; da segunda e de forma progressiva

na medida em que se prolonga a emigração, ou seja, como por carência devido à ausência acarretada pela emigração -, e porque essa dupla dissociação fez dele uma espécie de homem abstrato [...] pois escapa a todas as determinações concretas, empíricas, histórica e territorialmente, socialmente, politicamente e culturalmente especificadas, pois está liberto de todos os laços que o identificariam.<sup>32</sup>

A entrevistada Serenita, cuja narrativa trabalho mais profundamente nos demais capítulos, reside em Marechal Cândido Rondon desde 2009. Ela fala em um determinado momento da entrevista sobre as expectativas que tinha em relação ao viver citadino, antes de migrar. Interessada na questão, perguntei se essas expectativas haviam sido confirmadas quando passou a viver na cidade:

**Danusa:** Mas e aí, Serenita, como a cidade te recebeu?

**Serenita:** Ah... tipo, eu acho que a cidade não me recebeu. [...] Eu sentia algumas vezes, quando eu fui falar com as pessoas que eu vim do Paraguai, né? Todo mundo ficava te olhando, tipo assim... parece que não confiava na gente, entendeu? Parece que não confiava em colocar pra dentro de casa. É isso que eu sentia. Porque eu vinha do Paraguai. Eu acho que o pessoal daqui não confia muito no pessoal que vem de lá.

**Danusa:** Como assim?

**Serenita:** É... eles, eles enrolavam e descartavam. Falava: não, eu precisava de uma pessoa assim, mais tem que ter referência e coisa e tal. Colocava um monte de impedimento, entendeu? Até que por último, as últimas vezes, eu nem falava mais que eu vim do Paraguai. Teve uns dois ou três lugares que eu não falei que vim do Paraguai.

A desconfiança que a entrevistada relatou foi compartilhada de outras formas pelos demais entrevistados. Durante o trabalho de campo, aguardando o ônibus para ir ao Paraguai, pude ouvir uma conversa entre uma moradora da cidade e uma migrante. Num determinado momento, a moradora perguntou para a outra onde ela residia. Esta prontamente afirmou que morava em Porto Mendes, quando na verdade vivia em Puerto Adela, no Paraguai. Essa foi uma questão intrigante desde o começo da pesquisa. O que a levava a omitir sua trajetória no Paraguai?

Outra circunstância que chamou atenção foi dentro do barco, numa travessia em direção a Puerto Adela, quando uma migrante disse à conhecida: “o que adianta a gente dizer lá que não veio do Paraguai? Eles olham pros nossos pés e a bunda suja e já sabem que é mentira”.

O que ocorreu, a partir desse relato, foi pensar no porquê a sujeira identificaria esses sujeitos como vindos do Paraguai. A sujeira, nesse caso, e o fato de muitos mentirem sobre

---

<sup>32</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 272.

suas residências, podem estar diretamente associados ao modo como a fronteira vem sendo apresentada à população dos municípios na região. O Paraguai, na maioria das vezes, é lembrado como o país da impunidade, da insegurança e do regresso em relação ao Brasil. Além do mais, ainda está presente entre a população dos dois países as lembranças e os ressentimentos da guerra histórica entre o Brasil e o Paraguai, cuja “vitória” do nosso país é justificada, na maioria das vezes, através de um conjunto de estereótipos que prega a inferioridade do Paraguai.

Tais discursos estão presentes na imprensa que aqui investigo e nas instituições públicas quando o assunto tratado envolve a fronteira com o Paraguai, os paraguaios e os no município. Pude acompanhar bem nesse trabalho o modo como essas discriminações são vividas concretamente por todos aqueles que ali constituem a sua existência social.

Para compreender o modo como esses estranhamentos se fazem para além dos depoimentos, fui buscar na imprensa local se havia vestígios desses embates sociais. Nessa direção, a leitura do jornal impresso O Presente foi significativa, na medida em que, vez ou outra, ele discute a presença “brasiguai” no município brasileiro, principalmente quanto aos usos “indevidos” do sistema público de saúde por estes.

Durante a leitura pude perceber que a fronteira com o Paraguai aparece no impresso, na maioria das vezes, a partir de duas circunstâncias. A primeira, já apontada, é em relação aos usos “indevidos” do sistema público de saúde pelos . A outra é a violência advinda do Paraguai: o contrabando, assaltos, tráfico de drogas, que surgem como um problema social que precisa ser contido.

A presença “brasiguai” disputando vagas para atendimento médico nas filas dos postos de saúde e hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido pautada pelos secretários de saúde pública e diretores dos hospitais do município e noticiada no periódico. A discussão aparece, na maioria das vezes, quando vêm à tona as insuficiências e precariedades da saúde pública de Marechal Cândido Rondon. Dentro disso, a questão dos supostos usos indevidos pelos dos atendimentos destinados à população local aparecem como agravante do problema.

Os noticiários, quando se referem à ampliação e/ou precarização do setor de saúde, dificilmente deixam de notar os como os principais agravantes, como aponta em entrevista ao jornal O Presente, o então médico e diretor do hospital conveniado ao SUS, Dietrich Seyboth:

Um outro ponto crítico que precisa ser solucionado, conforme Dietrich, é o caso dos , que não constam das estatísticas do IBGE, mas que são atendidos na rede

hospitalar conveniada ao SUS. “Estas pessoas não foram consideradas na fixação nas cotas das AIHs [Autorização para Internação Hospitalar], mas usam o sistema”, finaliza o médico.<sup>33</sup>

As cotas das AIHs liberadas para atendimento público em Marechal Cândido Rondon, segundo Dietrich, são calculadas a partir do número de habitantes informados pelo IBGE. Contudo, as estatísticas informadas não estariam dando conta de quantificar a mobilidade transfronteiriça que envolve o município. Como já vimos, os deslocamentos são marcados por constantes idas e vindas entre as duas fronteiras. Assim sendo, a presença “brasiguaiia” disputando as vagas de atendimento estaria prejudicando os usuários de “direito” na cidade.

Antes, é preciso dizer que o periódico *O Presente* não está sendo tomado aqui como a mais pura expressão cidadina de como os migrantes são vistos na cidade. Mas, ele é uma importante referência por ser um dos principais veículos de informação impresso no município. Desde 1991, ano em que foi criado, o jornal discute e, ao mesmo tempo, constitui narrativas, discursos e embates políticos.

É preciso reiterar que o jornal *O Presente*, quando traz a público a questão dos usos do sistema público de saúde pelos , o faz tendo como parâmetro entrevistas com secretários da saúde pública, donos de hospitais e médicos que atendem a população local e migrante na cidade.

O município não possui hospital público. Ele se utiliza de hospitais particulares que foram credenciados ao SUS para atender as demandas da população. Há tempos se reitera a necessidade, por parte dos políticos locais, de construir um hospital público, com verbas federais. Contudo, o projeto não se efetivou e o motivo alegado, na maioria das vezes, é a dificuldade que os líderes encontram para negociar as verbas junto à instância federal. Isso, em tese, estaria causando a demora na concretização do projeto.

Mas, para além disso, é preciso considerar uma possível disputa política local em manter, de alguma forma, a situação da saúde pública em mãos de hospitais particulares credenciados ao SUS. É possível levantar essa hipótese pelo fato de os proprietários e/ou suas famílias dos hospitais em questão atuarem também, há tempo, nos campos dos poderes Legislativo e Executivo do município. Um deles, inclusive, Ítalo Fumagali, proprietário do único hospital que hoje atende via SUS, é atualmente vereador da cidade.

---

<sup>33</sup> Hospital rondonense limita internamentos às AIHs. Pacientes podem ficar sem atendimento. *Jornal O Presente*. Marechal Cândido Rondon, nº 144, 26 de agosto de 1994, p. 19.

Tais situações são fundamentais para compreender os modos como a questão da saúde pública é levada e veiculada pela imprensa no município que, evidentemente, não questiona possíveis interesses por detrás da saúde pública. Anunciar os como usuários indevidos do atendimento médico destinado à população, causando filas e piorando a já combatida saúde pública é, de alguma forma, um meio de desviar ou minimizar a essência do problema que envolve a saúde local.

A questão não parece ser apenas a desatenção e o desinteresse por parte da estrutura política do país em relação à assistência médica pública, mas parece indicar que pode haver grupos de interesses produzindo discursos e ações que também interferem na solução e/ou melhoria do problema social em questão.

A imprensa, nessa direção, vez ou outra anuncia possíveis descredenciamentos dos hospitais ao SUS, alegando a falta de pagamento dos atendimentos prestados, a insuficiência de cotas para atendimento, bem como o mau pagamento dos médicos vinculados. Para situar a questão, atualmente o Hospital Fumagali voltou a ameaçar as instituições governamentais sobre um possível descredenciamento ao SUS, caso não haja nenhuma proposta que atenda suas reivindicações. Em relação à situação, o jornal O Presente, no dia 10 de agosto de 2010, informou:

O diretor do Hospital Fumagali, de Marechal Rondon, Ítalo Fernando Fumagali, emitiu ontem (09) nota à imprensa sobre a decisão de não mais descredenciar a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a nota, foi realizada audiência em Curitiba envolvendo o secretário estadual de Saúde, Carlos Moreira Junior, ocasião em que duas questões foram acordadas. “Para compensar a extrema defasagem de remuneração estabelecida pela ‘tabela do SUS de 1999’, solicitamos que o Estado passasse a realizar o pagamento de procedimentos ambulatoriais, o que até então não era feito. Pedimos ainda que pacientes que não são de nossa competência, como os casos envolvendo alta complexidade, não sejam encaminhados para nós”, explica. Fumagali afirma que não voltou atrás em sua decisão de fazer o descredenciamento do hospital do SUS, apenas adiou a ação em razão da inoportunidade da data (07 de setembro) pela proximidade às eleições e porque não vislumbrou nenhuma solução satisfatória para o problema.

A prática de, de vez em quando, chamar atenção do município para possíveis descredenciamentos não é exclusiva do Hospital Fumagali. O Hospital Rondon também o fazia, antes do descredenciamento, assim como o Hotel Psiquiátrico Filadélfia, que também recebe verbas do governo para atendimento público local e regional. Interessante notar que este, inclusive, pertence à mesma família proprietária do Hospital Rondon, a família Seyboth.



Dessa forma, a razão do diretor do hospital e também vereador Ítalo Fumagali “adiar” o descredenciamento, tendo em vista possíveis negociações com o secretário estadual de Saúde, aponta indícios de que esses anúncios visam mais amedrontar a população, que teme ficar sem atendimento público, e pressionar o governo para atender seus interesses. O fato de um possível “adiamento” do processo em nome de uma data oficial e da campanha eleitoral, já parece mostrar uma articulação entre interesses pessoais e políticos em torno da problemática assistência médica pública que envolve o município.

Tenho considerado esses elementos ao analisar o periódico que, de uma forma ou de outra, está imerso nessas relações e não questiona se, de fato, os são o problema da questão envolvendo a saúde no município. A problemática é retomada em 16 de dezembro de 1994 quando o mesmo jornal traz como matéria de capa o seguinte tema: “Atendimento aos “brasiguaios” piora a já combatida saúde pública”. A equipe do jornal pautou-se num possível diálogo com Ítalo Fumagali, médico e proprietário do Hospital Fumagali, e Rodolfo Vilela, secretário municipal de Saúde da cidade, na época. A matéria está inserida num momento em que se discutia a municipalização da saúde pública. E nesse momento assim foi informada:

Filas quase dobram esquinas. Gente dormindo ao relento na frente dos laboratórios. Cenas como estas fazem parte do dia-a-dia dos rondonenses que necessitam de atendimento da previdência social. “É uma tragédia”, diz o médico Ítalo Fumagalli. [...] Mas o grande problema dos municípios da região é o fato da população brasiguaiia se utilizar do serviço de saúde brasileiro. Para o atendimento deles acabam por ser destinados de 30 a 40% da cota estabelecida pelo Ministério da Saúde Pública para a população oficial de Marechal Cândido Rondon.<sup>34</sup>

Neste caso, mais uma vez, a presença “brasiguaiia” foi noticiada como sendo um problema para o município, mas que não cabe a ele resolver. O problema é remetido ao Ministério da Saúde, ou seja, à ordem pública federal.

Contudo, em relação a esse “grande problema” do município, medidas já foram tomadas visando conter as pessoas que fazem uso desse atendimento. A Unidade de Saúde 24 Horas de Marechal Cândido Rondon, por exemplo, estabeleceu o cadastro de usuários. Para tanto se exige, além do RG e CPF, um comprovante de endereço, em nome da pessoa ou declaração que comprove a sua residência na cidade.

A medida parece visar peneirar os usuários que, sem o cadastro junto ao posto, não podem mais ser atendidos. Os migrantes, diante disso, têm criado estratégias para conseguir

---

<sup>34</sup> Atendimento aos brasiguaios piora a já combatida saúde pública. *Jornal O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 16 de dezembro, p. 01.

driblar a exigência. Entre elas, eles têm procurado por conhecidos na cidade, muitos deles antigos moradores e vizinhos no Paraguai. Os conhecidos alteram seus comprovantes em nome do colega que, tendo isso em mãos, pode efetivar seu cadastro junto à Unidade de Saúde 24 Horas, em Marechal Cândido Rondon.

Ao implantarem o sistema de cadastro público dos usuários locais fica implícito que os que vêm do Paraguai não têm direito ao atendimento e não há mais necessidade de perguntar a essas pessoas se são ou não da cidade. Pois, se possuem o cadastro, moram na cidade, embora muitas vezes se desconfie disso, como eu própria pude presenciar como acompanhante de um paciente, num dos hospitais conveniados ao SUS.

Nessa ocasião, eu estava junto e ajudei a socorrer o ferido, pois, era um conhecido da minha família. A primeira situação emblemática foi o fato do pronto-socorro alegar que não podia buscar o paciente. A filha do paciente e eu tivemos que buscá-lo às margens do lago em Porto Mendes, onde ele, depois de uma difícil travessia à noite, aguardava por socorro. Depois de termos chegado ao pronto-socorro, o paciente foi encaminhado ao hospital para tirar um raio-x do ferimento. Após horas de espera, o funcionário responsável pela realização do exame lhe perguntou ironicamente: “se você mora no Paraguai porque você não usa o atendimento médico público de lá?”.

Até então, na pesquisa, conhecia esses estranhamentos por parte dos hospitais e prontos-socorros para atender a população migrante, através dos relatos que ouvia. Mas não havia, no entanto, sentido ainda a intensidade desses embates. Mais forte ainda foi a resposta dada pelo paciente ao funcionário, quando num gesto nervoso retirou sua identidade da carteira e disse: “mas eu sou brasileiro!”.

Para o paciente, o fato de ser migrante não devia importar e/ou incomodar o funcionário, pois ele era brasileiro e a sua carteira de identidade lhe garantia isso, em termos oficiais. Já para o funcionário, o documento parecia não lhe dar o direito ao atendimento. Ele parecia revelar o contrário: é como se o paciente fosse um brasileiro que tivesse abandonado a pátria e que voltava sempre quando precisava dela. Esse era o tom que parecia estar implícito na sua fala. No entanto, me parece haver aí a possibilidade dele também estar cumprindo regras do hospital, já que reproduzindo tal discurso, o hospital e o município teriam uma justificativa quase “moral” para negar aos migrantes o direito de usufruir atendimento médico público na cidade.

O interessante é que os migrantes passam a ser bem-vindos em períodos eleitorais e aí sim passam a ter direitos, como se fizessem parte da população do município. Eles recebem atendimento médico e até mesmo assessoria, caso necessitem de aposentadoria. Tais

migrantes são tão importantes ao ponto de candidatos a vereadores, prefeitos e deputados chegarem a ir para o vilarejo paraguaio convidar a população para exercer sua “cidadania”.

Os migrantes parecem aproveitar esses raros momentos não só para cumprir seus deveres como “cidadãos brasileiros”, mas para negociar interesses particulares com os candidatos, que vão desde conseguir aposentadoria, exames médicos, dentista, até mesmo trabalho na cidade. Diante disso penso que, por trás da prática de negar atendimento médico aos “brasiguaios”, pode haver também interesses políticos, já que essa necessidade pode servir como instrumento de barganha em períodos eleitorais.

A senhora Georgina ajuda a entender os embates enfrentados por eles atualmente. Logo após ter contado sobre a experiência de cruzar o lago em busca de atendimento médico no Brasil para a filha doente, enfatizou que havia sido “muito bem tratada” em Marechal Cândido Rondon. Tal colocação chamou-me atenção, pois, pareceu que ela estava retomando um passado para explicar e comparar uma situação colocada no tempo presente. Diante disso preocupei-me em entender o exposto, perguntando sobre como estava o atendimento médico na sua avaliação. Ela, com um gesto de desapontamento e confusão, interpretou: “Hoje é complicado. Hoje não é mais aquele atendimento, olha... de jeito nenhum. Hoje é bem diferente. Tu chega agora, eles não perguntam se tu é do Paraguai ou da onde tu é. Mas se tu não tem dinheiro, tu não tem nada.”<sup>35</sup>

O depoimento desafia a pensar que “hoje é complicado” porque com o sistema de cadastro público para atendimento aos usuários do município, não há mais a necessidade de perguntar se o usuário é ou não do Paraguai. Essa informação oficialmente já foi confirmada quando se solicitou o comprovante de endereço para o cadastro de usuários da cidade. Do mesmo modo, em relação ao paciente ferido que tive a oportunidade de acompanhar, o atendimento geral não perguntou de onde ele vinha, assim como a entrevistada acima declarou, mas afirmou que o SUS não cobria aquele tipo de necessidade e foi preciso pagar para receber o atendimento.

Em entrevista, o secretário de Saúde da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon afirmou que a presença de e também paraguaios fazendo uso do sistema público de saúde é uma questão emblemática e histórica para o município. Desde 2002, segundo ele, o Ministério da Saúde implantou o “SIS”, que tem como objetivo encaminhar para todos os municípios fronteiriços com o Paraguai uma verba de R\$ 120 mil para atender exclusivamente a população migrante.

---

<sup>35</sup> DIAS, Georgina, op.cit.

No entanto, segundo ele, a verba é insuficiente diante da demanda de migrantes em busca de auxílios para realizar exames, consultas e internamentos. A Secretaria Municipal de Saúde, informa o secretário, junto com o Departamento de Assistência Social, tem procurado atender, na medida do possível, toda a demanda que se concentra principalmente nos pequenos distritos do município, como Porto Mendes e Iguaporã.

Outra questão que a leitura do jornal *O Presente* apresentou à pesquisa, para além dos usos indevidos pela população migrante do setor público, foi a de que parece haver um silêncio do município e do periódico quanto à sua posição e constituição enquanto lugar de fronteira com o Paraguai. É como se a fronteira não fizesse parte. Ela aparece apenas em momentos em que interpela a cidade, sob forma de violência e contrabando.

A condição de fronteira, quando apresentada, é feita como algo negativo para o desenvolvimento da cidade. Quando os conflitos inerentes a esse espaço insistem em aparecer para a sociedade mais ampla, eles são classificados como casos de violência e polícia, casos à parte, em que o de “fora” invade o de “dentro”.

O jornal *O Presente* organiza suas matérias em editoriais específicas: editorial, o ponto de vista, a política, o geral, a policial, esportes e os classificados. A fronteira, na maioria das vezes, aparece na policial, onde se relata o roubo de carros, de maquinários agrícolas, contrabando de equipamentos de informática, cigarros, agrotóxicos, o tráfico de entorpecentes e armas, entre outros.

Em 25 de novembro de 1994, o periódico trouxe como matéria de capa a seguinte reportagem: “Agricultores abandonam propriedades às margens do lago por causa da insegurança”.<sup>36</sup> Neste dia, a principal reportagem do noticiário era sobre um assalto que ocorreu no distrito de Porto Mendes. As famílias estavam abandonando suas propriedades, segundo o periódico, por causa da “falta de segurança e os constantes ataques de bandoleiros que instalaram verdadeiro clima de medo e horror na região”.

Na década de 1990, o município foi vítima de vários assaltos praticados por quadrilhas que viviam no vilarejo paraguaio de Puerto Adela. Nesse período, tanto os moradores do município quanto os do vilarejo no Paraguai sofreram com a violência e o medo. O periódico fazia a cobertura jornalística de cada episódio da “violência na fronteira” e mostrava a aflição dos agricultores, que viam suas famílias sendo amarradas e violentadas e seus bens sendo levados pelos assaltantes ao Paraguai.

---

<sup>36</sup> Agricultores abandonam propriedades às margens do lago por causa da insegurança. *Jornal O Presente*. Marechal Cândido Rondon, nº 157, de 25 de novembro de 1994.

Mas, a partir dos depoimentos, é possível perceber que essa insegurança também era vivida pelos migrantes. Além de conviverem calados com os assaltantes no vilarejo, pareciam ter vergonha da população brasileira, na medida em que também transitavam pela fronteira e podiam ser associados à onda de violência na região. O editorial do jornal, naquela mesma edição, comentou a falta de segurança no lago: “conviver com a falta de segurança é o maior desafio imposto ao cidadão que reside às margens do Lago de Itaipu [...] assistimos essa estupidez sem poder fazer nada”.<sup>37</sup>

Nessa direção, o jornal O Presente foi uma ferramenta que possibilitou apreender indícios de como a fronteira e os que vivem nela vêm sendo, pelo menos em parte, percebidos pelo município. É claro que o periódico por si só não responde aos modos como a cidade lida com sua situação de fronteira. Mas, é possível, através dele, ao menos perceber que a relação que se estabelece é tensa, principalmente, em relação às lideranças políticas e as instituições públicas. Estas que, de alguma forma, são responsáveis pelo desenvolvimento do município frente aos demais e dentro do próprio Estado.

A cidade tem todo um planejamento econômico e político, cujo desenvolvimento poderia ser afetado negativamente pela fronteira, no que se refere à representação externa. Parece haver todo um discurso projetado para fora, de que o município se destaca por apresentar um dos melhores níveis socio-econômico do Estado.

Além disso, na cidade se buscou construir e hoje procura se manter um projeto de germanização. O município, a partir da década de 1950, recebeu migrantes de todas as partes do país e, mesmo antes, era ocupado por paraguaios, indígenas e argentinos. Ele se constituiu a partir de diferentes trajetórias, marcadas por constantes deslocamentos, expectativas e frustrações, assim como é até hoje. No entanto, toda essa dinamicidade foi silenciada em detrimento à afirmação de uma identidade harmônica e hegemônica alemã. Em relação a esse tenso processo, Laverdi afirma:

Nos mais diferentes espaços sociais sobrevivem imagens muito fortes de tensões, discriminações e racismos vividos pelos novos chegados à região, no período imediatamente posterior ao fim do período de colonização empreendido pela Maripá. Algumas delas ajudaram a compor uma aura de mistério, generalizadora, em torno das experiências vividas por esses trabalhadores. [...] Sob sentidos muito amplos, nos anos 1970, as diferenciações foram marcadas por uma nítida divisão entre os que podiam e deveriam ser considerados colonos e os não colonos. A partir da segunda metade dos anos 1980, com a maior visibilidade do projeto de germanização, especialmente em Marechal Cândido Rondon, e da pressão pela afirmação de identidades étnicas na região, um outro tipo de distinção passou a

---

<sup>37</sup> Idem.

evidenciar hierarquias entre aqueles que possuíam ou não uma maior identificação com a ascendência alemã.

Dentro desse processo, em que se buscava enclausurar o município a partir de uma seletividade humana, guiada pela etnia e pela classe, evidentemente que a fronteira e seu fluxo não poderiam ser considerados parte constituinte. Isso pode estar diretamente ligado ao modo como hoje a cidade lida com a sua fronteira. Os , o contrabando, os assaltos são frutos dela que interpelam o município ignorando as referências étnicas que ele construiu para si, visando projetar-se afora.

O fato dos espaços de pertencimento estarem muito bem demarcados entre os “nós” e os “outros” acaba gerando estranhamentos quando os “outros” interpelam os espaços do “nós”. As tensões que nascem das disputas são vividas pelos “outros”, em forma de humilhações, como foi o caso do funcionário do Hospital Filadélfia que, em síntese, mandou o paciente procurar atendimento médico no seu “lugar”. Há o caso também de funcionários públicos que tratam mal ou recusam atendimento aos migrantes, muitas vezes, afirmando que as cotas estabelecidas para determinado fim já foram completadas ou que não são cobertas pela instituição.

Há que se considerar, no entanto, que os migrantes perpassam esses olhares desconfiados e lutam por seus espaços, seja nas escolas em que seus filhos estudam, nos bairros onde vivem dezenas de famílias “brasiguaias”, nos espaços de trabalho onde disputam emprego com os demais trabalhadores, nos postos de saúde e hospitais buscando atendimento médico, seja nos pontos em que se reúnem aguardando ônibus para os levarem de volta ao Paraguai ou a Marechal Cândido Rondon.

Parece-me que é frente a esses olhares desconfiados que os migrantes, às vezes, ocultam suas vivências pelas fronteiras brasileira e paraguaia. É frente a essa desconfiança, talvez, que os migrantes buscam reverter, realçando suas experiências para o trabalho braçal. Como fez Valdecir, quando afirma ter procurado seu primeiro emprego na cidade e dito ao empregador que pagasse pelo seu trabalho o que achasse merecido.

Apesar dos migrantes se sentirem constrangidos, eles lutam para atravessar esses discursos e associações cotidianamente e através de diferentes formas: resistindo, criticando, se ausentando, omitindo sobre suas inserções nessa fronteira e/ou até mesmo rindo, como fez a senhora quando dizia a outra sobre o fato da “bunda suja” identificá-las como sendo do Paraguai.

Nessa direção, a cada momento houve a insistência dos entrevistados em afirmar que aguentavam mais o serviço pesado em relação aos demais trabalhadores da cidade. Como foi

o caso de Crescêncio, que nem mudou ainda, mas afirmou saber que “a turma [frigoríficos] preferem pegar mais gente que vai aqui do Paraguai, porque os da cidade trabalham um pouquinho e cai fora”. São formas encontradas por eles para demonstrar que são merecedores de estarem ali reivindicando um lugar cidadão. Como aponta o sociólogo José de Souza Martins:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. A fronteira é o lugar da descoberta do outro e do desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro das temporalidades históricas.<sup>38</sup>

Os sujeitos sobrevivem entre esses dois países aprendendo a lidar, entrecruzar e até mesmo jogar com expectativas, pertencimentos, identidades e barreiras fronteiriças. A senhora Mallmann expressou isso quando narrou sua inserção na cidade:

A gente ensina e aprende ao mesmo tempo. E lá foi muito maravilhoso, eu tô cozinhando coisas que eu aprendi ao longo desses 34 anos e tô aprendendo também com as cozinheiras antigas lá. Levo as coisas que eu sei, faço e aprendo também as coisas do estilo deles, pois, cada um é diferente e olha...<sup>39</sup>

Entretanto, não há a pretensão, a partir da leitura do jornal *O Presente* e das experiências narradas pelos migrantes, afirmar haver dois pólos antagônicos muito nítidos – versus moradores de Marechal Cândido Rondon – embora as autoridades públicas pareçam, às vezes, se colocar assim. Apenas chamo a atenção para a existência de embates e conflitos na disputa por espaços de pertencimento nesse campo de experiências vividas enquanto lutas de classes, étnicas e também de gênero.

Mas, é preciso considerar que o jornal *O Presente* não parece ter muita circulação entre a população pobre. Ele parece ser mais lido pela classe média e rica do município. Os trabalhadores, em sua grande maioria, se utilizam dos programas de entretenimento e noticiários veiculados pelas rádios.

Nessa direção, existe um programa transmitido pela rádio AM Educadora, conhecido como “Time das Panelas”, que tem sua programação voltada em grande parte à população “brasiguaiá”. O programa existe desde 1986 e vai ao ar todos os dias pelas manhãs. Segundo informou o apresentador Délcio Luiz, o nome surgiu a partir de uma pesquisa popular e a programação tinha como objetivo homenagear seus principais ouvintes, como donas de casa e

<sup>38</sup> MARTINS, José de Souza. Op. cit., p. 133.

<sup>39</sup> MALLMAN. Op. cit.

empregadas domésticas, que pelo horário do programa, estavam lidando com o almoço da família.

O locutor Délcio Luiz contou que quando assumiu o programa, há 24 anos, o Time das Panelas era mais voltado ao entretenimento e ainda não tinha muita audiência nos municípios paraguaios fronteiriços com a região. Quando assumiu, pensou em abrir um espaço para que os pudessem se comunicar com as famílias e amigos no Brasil. Essa era uma dificuldade para essa população que ele já conhecia:

Eu tinha muitos parentes no Paraguai, inclusive, me casei com uma mulher de lá. E aí, o sentido foi a necessidade de comunicação das pessoas, né? Porque existiam milhares de pessoas nessa região de fronteira, mais especificamente, Marangatu, Puerto Adela, Katuete, enfim, a região do departamento de Canindeyú. Então eu sentia, poxa vida, as pessoas não tinham outra maneira, a não ser o rádio, não tinha celular, não tinha tv, raramente se via uma antena parabólica.

Através do espaço reservado, as pessoas ligavam de todas as partes do país. Os migrantes participavam ao vivo, homenageando, enviando recados, procurando por parentes, que desde suas emigrações não tiveram mais notícias, informando falecimentos familiares, entre outras circunstâncias. Délcio recorda:

Então, foi pensando nisso que eu criei esse horário de recados que, no começo, a procura era tão grande que eu tinha o programa inteiro, de três horas, só pra recados. Tocava uma música, aí voltava: vamos lá, mais um ouvinte, de onde é? É de SP, é de Minas, é de Belo Horizonte, do Brasil inteiro. Esse espaço foi realmente uma marca, há décadas e é até hoje, né? Da década de 80 e meados da década de 90, com certeza, comandou a maior audiência das rádios, tanto AM como FM, na região. Depois, foi chegando os celulares no Paraguai. Aí perdemos um pouco de espaço. Mas, até hoje tem uma audiência grande nessa região de fronteira.

Com a chegada dos celulares, o número de recados diminuiu consideravelmente, mas não deixou de ser um dos programas prediletos da população. O locutor Délcio Luiz ocupa um espaço especial nas memórias dos migrantes pelo papel que desempenha há anos. É preciso considerar, no entanto, que o proprietário da rádio, Werner Wanderer, ocupou por décadas cargos públicos na cidade, como prefeito e vereador, e também foi eleito deputado estadual e federal.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Ver: KOLLING, Paulo José. Sociedade e Política em Marechal Cândido Rondon. In: *Revista Tempos Históricos*, vol. 10, 2º semestre de 2007. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/issue/view/26/showToc>.



Mas, para além dos interesses políticos que podem estar mediando a programação da rádio, o fato é que o Time das Pannelas possibilitou aos migrantes ter algum contato como pessoas distantes e com os próprios migrantes quando vinham para o município e precisavam comunicar algo aos que ficaram do lado de lá. Como por exemplo, informar se as mulheres que tinham saído em trabalho de parto lá do vilarejo haviam tido seus bebês ou não, comunicar a situação clínica de internados que, muitas vezes, saíam mal de saúde do vilarejo e os parentes e amigos não sabiam se tinham sobrevivido.

Para as famílias que estavam isoladas em meio ao mato, longe de qualquer estrutura, o programa de rádio e, mais especificamente, o locutor Délcio Luiz, passou a ser uma referência importante na vida desses migrantes. Este fez muitas visitas ao Paraguai e relata:

Olha, francamente, tinha uma época que quando eu ia pro Paraguai, me sentia como se fosse um artista, a recepção era grandiosa. Eu chagava do Paraguai e trazia junto um saqueiro assim de açúcar, cheio de recadinhos dentro, pessoas que queriam mandar música, fazer uma homenagem e tal. Era minha vida, poxa, a semana inteira: tenho uma correspondência, no final de semana eu estive em Marangatú, Troncal 4, Puerto Adela, vamos atender a mais uma correspondência...

Na entrevista, perguntei se ele imaginava o quanto significava isso para os . Segundo Délcio, nesse processo os migrantes também haviam dado muito sentido à sua vida: “Era, foi e vai ser sempre a minha vida, né? Eu, graças a Deus, tudo o que consegui até hoje pelo rádio, foi a partir desse tipo de trabalho voltado para eles. E que hoje, muitos residem aqui em Marechal Cândido Rondon e continuam me ouvindo.”

Interessante observar que os migrantes inseriram Délcio Luiz em suas redes de reciprocidades, de necessidades, de ajudas, de gratificação, ao ponto de muitos, quando ficavam doentes, não irem diretamente ao posto de saúde, mas para a rádio para que esta os encaminhasse.

Esta não foi uma afirmação direta de Délcio. Enquanto ele narrava situações dramáticas de feridos que havia acompanhado, pude perceber que era ele e sua equipe, muitas vezes, que intermediava o atendimento médico para os migrantes. O que nos indica que através da influência de Délcio e da rádio, eles poderiam sentir-se mais confiantes e seguros quanto às possibilidades, de bem ou mal, serem atendidos na cidade. Mas, o caso que teria mais lhe chocado, segundo informou, foi:

Eu acho que uma das coisas mais tristes que eu observei na minha vida, foi quando veio uma pessoa de Puerto Adela, com um garotinho de oito ou nove anos, o pai: “olha, tô trazendo meu filho, ele foi picado por uma cobra, um

urutu pegou ele”. Até chego me arrepiar. Oh, boa sorte! Levamos ele pra Toledo e, umas duas semanas depois, ele trouxe o menino pra mim ver, com um braço amputado, perdeu o braço. Então, foi uma das coisas mais marcantes da minha vida, triste pra caramba, um moreninho cheio de vida e tal. E o interessante é que as pessoas eram tão sofridas, acostumadas com tanto sofrimento lá, que parece que pra elas, uma coisa dessa não era um abalo tão grande. Então, o menino sorrindo: “ó tio...”. Com a manguinha da camiseta pendurada... Esse foi um dos fatos mais tristes que eu não pude fazer nada.

O programa, desde a década de 1990, parece também estar cumprindo outro papel importante na vida desses migrantes. No terceiro capítulo, apresento o depoimento de Margarete que, quando decidiu vir para a cidade, afirmou ter tido duas certezas naquele momento, a de que não voltaria a morar no Paraguai e de que conseguiria um emprego através do programa Time das Panelas. Ao que tudo indica, migrantes, ao retornarem, têm procurado pelo programa para conseguir emprego. Além disso, há o caso de pessoas que procuram doações e também aquelas que têm interesse em trocar ou vender um móvel usado por outro, o chamado troca-troca.

Nesse capítulo busquei pensar um pouco sobre os (des)caminhos transfronteiriços percorridos por homens e mulheres, crianças e idosos. Tive a intenção de pensar as experiências do viver entre-fronteiras compartilhando e recriando um universo multifacetado de identificações, sentidos, pertencas, sonhos, frustrações. Todos perpassados na e pela fronteira nacional.

No próximo capítulo, procuro perseguir as experiências específicas do viver na cidade de Marechal Cândido Rondon, identificando seus percursos em busca de trabalho, casa própria, das relações de sociabilidades que estabelecem entre si, dos conflitos e da interação com o espaço e os demais personagens citadinos.

## **CAPÍTULO II:**

### **“UM VAI TRAZENDO O OUTRO”: EXPERIMENTANDO E SOCIABILIZANDO A CIDADE**

A presença de homens e mulheres retornados do Paraguai em Marechal Cândido Rondon tem como base um conjunto de experiências e práticas sociais marcadas por intensos deslocamentos entre as fronteiras do Brasil e do Paraguai. A vinda desses para a cidade representa para eles mais um desafio e outra fronteira a ser entrecruzada socialmente em suas trajetórias. Neste capítulo, importa refletir sobre os modos como esses sujeitos experimentam a inserção cidadina, tomadas a partir de relatos sobre suas lutas por trabalho, moradia e pertencimento social.

Durante a pesquisa procurei dialogar com migrantes que ainda vivem no Paraguai, que nutrem ou não desejos e expectativas de vir para a cidade e com aqueles que já efetivaram a migração. As diferentes experiências entrecruzadas acabaram sublinhando elementos importantes entre as expectativas e a experiência real de inserção na cidade. A permanência no espaço acaba revelando, muitas vezes, outra cidade, mais distante e mais difícil daquela esperada enquanto expectativa anterior. Tratam-se de dois momentos: o da cidade idealizada e o da cidade vivida, mas que, por sua vez, não se encontram separadas das diferentes percepções e escolhas no presente.

A vinda para a cidade pode ser um sonho, como veremos no terceiro capítulo, principalmente para as mulheres. Mas, também pode ser motivada por várias carências encontradas no meio rural paraguaio em que os sujeitos viviam. A falta de empregos para os que necessitam trabalhar como diaristas e empreiteiros, o desejo de oferecer aos filhos a escolarização, bem como a falta de atendimento médico, foram as dificuldades mais apresentadas por eles.

Nessa direção, para homens e mulheres que vivem em grupos familiares, por exemplo, Marechal Cândido Rondon é visualizada como um espaço que proporcionaria aos filhos escolarização e, no futuro, uma profissão. Essas crianças já pertencem, em grande parte, à terceira geração de . São filhos de migrantes que nasceram no Paraguai ou foram com os pais quando ainda eram pequenos. A segunda geração, na maioria das vezes, é composta por sujeitos que não foram alfabetizados ou não completaram o ensino básico até a 4ª série. Esse é

um dado importante na medida em que a falta de escolaridade foi apontada por eles como sendo o fator que os leva a ter que suportar as carências encontradas na cidade.

Diante disso, os migrantes manifestaram o desejo de que seus filhos concluíssem o ensino médio e seguissem adiante num curso superior. Ter uma profissão, uma formação, foi colocado por todos como sendo substancial para que os filhos possam desfrutar de uma vida mais estável economicamente e sem migrações. Em relação a esse desejo, a entrevistada Serenita diz: “Eu pensei: ‘não, eu vou embora pra dar estudo pros meus filhos’. Porque eu não pude ter estudo. Eu pensava que a melhor coisa que você tem pra dar pra um filho é o estudo”.<sup>41</sup>

A necessidade de propiciar uma estabilidade para os filhos é reflexo da luta incessante desses sujeitos pelas fronteiras. Essa estabilidade significa, muitas vezes, apenas ter uma profissão, uma renda e um lugar estável para a família viver. Na cidade, muitos precisam aprender novos ofícios, o que no mercado formal torna-se difícil, tendo em vista a idade e, principalmente, a falta de escolarização, exigidos como requisitos mínimos na competitividade por trabalho. É no mercado informal que parecem encontrar mais espaço para se manterem no espaço citadino. Mas, essa permanência está sempre ameaçada, a cada mês, na medida em que não conseguem adquirir proventos suficientes para a subsistência familiar, o que os levaria novamente ao Paraguai.

No campo paraguaio, do mesmo modo os migrantes vivenciaram a incerteza de que seus bens fossem de fato seus, frente às práticas de falsificação de documentos e de dupla propriedade e conflitos com campesinos. Além disso, há o viver entre fronteiras, entre dois territórios nacionais, cujos valores, pertencimentos, identificações, sempre estão em jogo, em negociação, nos momentos que precisam se posicionar frente às diferenças. Tais trajetórias são marcadas pela instabilidade, daí o desejo de oferecer aos filhos a escolarização que foi apresentada como sendo o meio para alcançar a estabilidade.

Ao narrar tal desejo, muitos deles expressaram certo ressentimento em relação aos pais e as suas escolhas, por terem seguido o caminho da migração, deixando-os sem estudos. Diante desses sentimentos, eles parecem projetar aos filhos os seus anseios, o que consideram ser o meio mais “adequado” para se trilhar caminhos opostos aos seus, vida afora, na busca incessante por um espaço digno de se viver.

---

<sup>41</sup> CAMARGO, Serenita. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

Em relação à expectativa, perguntei a Valdecir o que ele pensava que a escolarização traria para o futuro dos filhos, tendo em vista que mesmos os “estudados” também encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Depois de pensar um pouco, respondeu:

Se você tem estudo, não vou dizer assim que não sofre. Só que desde você chegar e pedir um emprego... Não é que a gente se sente discriminado, mas ao mesmo tempo, a gente fica sem aquela vontade de... chegar e dizer: “eu quero emprego!”. A primeira coisa que vão pedir no caso: “qual é o grau que você estudou?”. “Não, eu nunca estudei”. “Então, vá quebrar pedra!”.

O depoente afirmou ter estudado até a 3ª série do ensino básico, antes de migrar para o Paraguai. Mas, logo depois, disse ter apenas seis anos quando migrou. Frente a isso, percebi que não teria dado tempo, pela idade declarada, de chegar a cursar a 3ª série. Posso considerar que ele tenha se confundido, mas pode haver também certo constrangimento em declarar que havia feito apenas a 1ª ou, até mesmo, nenhuma série. Além disso, é preciso considerar o fato de eu não representar apenas uma entrevistadora para ele, mas alguém de seu meio que conseguiu superar a carência e naquele dia o entrevistava. Essa situação pode ter interferido no modo e na intensidade com que ele relata a importância da escolarização para os filhos.

Além disso, no depoimento acima, ele fala em discriminação aqueles que não estudaram ou tiveram pouco estudo. Embora a formação profissional não seja a garantia de uma vida bem sucedida, no escopo das relações contemporâneas ela confere certa estabilidade, que o entrevistado alega não possuir. No entanto, essa carência não imobilizou o entrevistado. Ao contrário, os possuem várias estratégias de luta visando a sobrevivência social, mesmo que para isso tenham que atuar pelas brechas possíveis, como pertencer ao mercado informal e viver instavelmente entre as fronteiras. João Fernandes, por exemplo, ainda vive no vilarejo e afirma se sentir triste por não poder viabilizar estudo aos filhos:

É... pelo menos que eles aprendessem enxergar... vê as coisas, fazer um negócio mais diferente. Quem tem estudo fica mais fácil. Então, porque hoje em dia, a roça não tá fácil. Um dia você pode pegar emprego. Mas daí não tem estudo. Daí tem que fazer que nem eu, tem que trabalhá na roça. E acha uma terra pra plantá que cada vez tá ficando mais difícil. Daí o meu sonho é ensiná esses aí<sup>42</sup>.

A necessidade de vir para o município brasileiro em busca de escolarização para os filhos se dá pelo fato, segundo os migrantes, do ensino no vilarejo paraguaio ter apenas o ensino fundamental e, ainda assim, ineficiente. Além do mais, como apontado, o

---

<sup>42</sup> GONÇALVES, João Fernandes. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Carapã: 24 de janeiro de 2007.

deslocamento intenso e contínuo dos migrantes para o Brasil tem inviabilizado a manutenção das escolas, que acabam fechando por não receberem alunos suficientes. Isso dificulta ainda mais a vida das famílias que ainda residem no vilarejo paraguaio.

Mas, a cidade pode também significar a continuidade de uma luta, principalmente para os que já não encontram trabalho ou meios necessários para continuar vivendo do campo, em terra própria, arrendada ou como agregado no Paraguai. Esse é o caso de pequenos proprietários e outros trabalhadores que viviam como bóias-frias ou diaristas em propriedades de grande extensão no país vizinho.

João Fernandes, por exemplo, ainda não migrou para o Brasil. Ele mora num vilarejo próximo a Puerto Adela, tem dois alqueires de terra em que planta soja. Um dos filhos trabalha durante a semana em Porto Mendes, no Brasil, e retorna nos finais de semana para casa. Atualmente, ele planeja migrar para a cidade, mas “quando sair tem que sair firme”. Enquanto isso, ele vem sondando e comparando as possibilidades de um lado e de outro da fronteira:

A gente trabalha, vai fazendo empreitada. Mas isso é um preço toda vida meio baixo, não compensa. Pra ir trabalhar por dia também não compensa, se comparar com o Brasil em que a gente trabalha em real. Aqui o guarani caiu, não tá valendo quase nada. Ó, a diária aí hoje, oito horas por dia, está na faixa de quarenta, trinta e cinco mil [guaranis]. Isso é pra roçar, carpir, qualquer coisa aí, soja, qualquer coisa que vai fazer, a diária é essa. Só que enquanto no Brasil é pago vinte e cinco real, aqui a gente ganha nessa faixa. Veja bem quanto vale contra vinte e cinco real!<sup>43</sup>

Essa é uma avaliação compartilhada por muitos dos entrevistados. A diferença de preço de uma diária entre um lado e outro é substancial. Trinta ou quarenta mil guaranis, quando convertidos em moeda brasileira, não chega ser quinze ou vinte reais. Enquanto que trabalhando no Brasil eles conseguem vinte e cinco reais que se convertido para a moeda paraguaia corresponderia a mais de cinquenta mil guaranis. Para eles, trata-se de uma diferença considerável e tem grande peso na decisão de migrarem.

Há também os sujeitos que não podem mais cultivar suas terras. É o caso de pequenos proprietários que não detêm equipamentos e condições materiais para financiar a produção agrícola, nos termos da agricultura comercial atualmente praticada naquele lugar. Para os trabalhadores que não possuem terras, existe a falta de serviço, que vem diminuindo cada vez mais com a concentração fundiária. Em relação a isso, João Fernandes afirma: “então, se torna uma dificuldade pra pessoa. Pra trabalhar por dia ou pra empreitada, não sai

---

<sup>43</sup> Idem.

ganhando quase nada, mais... quem precisa, por pouco, por mais, tem que trabalhar. Então, tem que se virar, se submeter”.<sup>44</sup>

Esse processo de produção, ao ser cada vez mais mecanizado, acaba reduzindo o número de contratados e exigindo um trabalho qualificado e informatizado que esses sujeitos alegam não possuir. Dessa forma, os migrantes e seus filhos, que há décadas vivem da lida com a terra, são aos poucos obrigados a buscarem novos espaços de trabalho. Esta dimensão marca com relativa intensidade a suas vidas, pois passam a buscar na cidade outros ofícios como meio de sobrevivência.

A vinda para a cidade não encerra para essas pessoas uma vida de deslocamentos. Caso essa experiência não venha a ser bem sucedida, voltar ao Paraguai ou migrar para outras frentes de ocupação é sempre latente. O que sinaliza mais uma dimensão indeterminada, incerta e insegura, não significando a conclusão, mas sim a continuação de uma luta por um lugar na sociedade.

Existe uma rede de relações e sociabilidades que sustenta esse movimento. Mais do que simplesmente imagens e ideias, elas são vividas concretamente, na medida em que vão conquistando seus espaços citadinos. A vinda desses migrantes para o município vem sendo vivida em rede social. Uns vão trazendo outros, são experiências socialmente compartilhadas. Esta é uma prática cultivada ao longo dos deslocamentos pelas fronteiras em meio às dificuldades encontradas pelo caminho. Tal dimensão surgiu espontaneamente em todos os relatos produzidos. Margarete, por exemplo, que reside em Marechal Cândido Rondon desde a década de 1990, expressa como os conhecidos foram chegando à cidade:

Fomos trazendo, de pouco a pouco, as outras [risos]. E hoje, olha só Porto Mendes e Rondon, é só brasileiros, brasiguaios que vêm de lá pra cá. É aquela intercambiação, um vai pra lá e outro vem pra cá. Só que ultimamente tem mais que vem de lá pra cá do que indo de cá pra lá.<sup>45</sup>

A prática em que “um traz o outro” tem uma historicidade que ultrapassa as vindas para a cidade. Ela foi forjada há décadas quando encontraram “um no outro” a força para suportar as dificuldades, os valores, as culturas diferentes encontradas no país vizinho. Essa união é retomada na vinda para o município e ela cumpre, assim como no passado, a função de uma inserção coletiva que parece abrandar as tensões e os aprendizados colocados pelos deslocamentos.

---

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> MALMANN, Margarete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

Segundo os relatos, aqueles que haviam deixado o país retornavam para passear e/ou buscar a família e nesse mesmo movimento levavam junto dezenas de outras famílias. Havia o argumento de que no Paraguai a terra era farta e barata, bem como enalteciam “a boa receptividade” dos paraguaios para com os brasileiros. Margarete narra as expectativas que moveram seus pais a emigrar para o Paraguai naquela época:

**Danusa:** E o que vocês buscavam no Paraguai?

**Margarete:** Ah, melhoria, melhoria, qualidade de vida. Porque onde nós morava em Três Barras, não dava mais, as coisas assim, não dava mais assim, não produzia mais como no tempo passado. E daí tem aquela... Ah, porque no Paraguai é plano e no Paraguai não tem pedra, não tem morro, não tem isso e não tem aquilo.

**Danusa:** Quem dizia isso?

**Margarete:** O pessoal que vinha do Paraguai pro Brasil. E daí a gente colocou aquilo na cabeça e daí o meu irmão veio pra conhecer e, acho que depois que o meu irmão veio, acho que demorou um ano e pouco. Daí veio um outro irmão, levou até a minha irmã junto e daí logo nós viemos atrás, uns quatro, cinco meses depois, nós viemos.<sup>46</sup>

O relato de Margarete articula uma interrelação entre experiências de deslocamentos entre fronteiras físicas e imaginadas, seja de uma nacionalidade para a outra, ou então do campo para a cidade. A busca por “melhorar a qualidade de vida” sustenta as várias idas e voltas que os sujeitos fazem. Dessa vez, em direção ao espaço citadino.

A presença de migrantes no urbano tem se constituído a partir de incessantes lutas em relação ao trabalho, equipamentos urbanos, direitos sociais e sociabilidades na cidade. É possível identificar a constituição de territórios e redes entre eles como meio de conhecer, enfrentar e se inserir no espaço, muitas vezes estranha às suas práticas, valores e costumes. Tratam-se, nas palavras de Antonio Arantes, de territórios flexíveis<sup>47</sup> nos quais os sujeitos se reconhecem a partir de um conjunto de experiências coletivas, no sentido de conquistarem, ainda que nas margens, um lugar no mundo.

Tenho compreendido a questão também desse modo. Os relatos parecem evidenciar que pertencer a determinados territórios são formas e estratégias desses sujeitos se legitimarem e buscarem garantir seus pertencimentos nos espaços em disputas ao longo do tempo.

Nessa direção, o loteamento Independente, pertencente ao bairro Vila Gaúcha, em Marechal Cândido Rondon, por exemplo, tem sido um desses lugares procurados por

---

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> ARANTES. Antonio Augusto. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000, p. 107.



“brasiguaios” para viverem próximos uns dos outros. Nesse bairro, havia no momento da produção das entrevistas cinco famílias que, em casa própria ou alugada, vieram do Paraguai em tempos diferentes. Isso levou os demais moradores, segundo os entrevistados, a nomearem o espaço como sendo o bairro dos .

Interessada em apreender as razões desse agrupamento, perguntei a Serenita por que escolheu viver no bairro, já que ela tinha a possibilidade de residir em outros espaços, inclusive mais próximos do centro e, ela respondeu: “Ele [o proprietário da casa] já quis dar preferência pra mim morar lá. Porque ele já sabia que eu tava vindo do Paraguai. E sabia que era conhecido. E lá é um bairro que o pessoal é quase tudo do Paraguai”.<sup>48</sup> Diante disso, indaguei se o fato de haver famílias conhecidas tinha sido um elemento relevante na sua escolha por aquele bairro e o porquê disso ser importante para ela. Depois de pensar um pouco, assim respondeu: “pra continuar o mesmo ambiente que a gente tá acostumada a viver, vamos levando todo mundo junto”.<sup>49</sup>

A inserção cidadina vivenciada em grupos é um elemento comum entre os movimentos migratórios e parece influenciar diretamente, no caso dos , a forma como se integram no urbano. No passado, a ida para o país vizinho em grupo se fez necessária como forma de imporem suas presenças frente aos paraguaios e suportarem as adversidades, num território que, do ponto de vista dos limites nacionais, não pertencia aos brasileiros.

Essas famílias brasileiras em território paraguaio buscaram coletivamente justificar suas estadias no país reafirmando que a política paraguaia do momento incentivava suas idas por acreditar que os trabalhadores brasileiros iriam desenvolver o setor agrícola do país. É com essa missão, como bons trabalhadores que levariam o desenvolvimento ao país, que esses migrantes adentraram no país vizinho. Parece-me que é com essa postura que eles vêm se colocando frente aos paraguaios. E é a partir desse mesmo “lugar” que eles se afirmam, interagem e negociam seus valores e suas referências culturais ao longo do tempo.

É interessante observar a questão em detalhes, pois é com essa mesma justificativa, a de bons trabalhadores, que os “brasiguaios” vão buscar se inserir nos espaços de trabalho frente aos demais trabalhadores, agora estando na cidade. Valdecir Zanchetta, por exemplo, um pedreiro que vive na cidade desde a década de 1990, diz: “O pessoal que vem de lá do Paraguai vem com vontade de trabalhar. Você pegar piação aqui da cidade é tempo perdido. É

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Serenita Camargo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

<sup>49</sup> Idem.

daqueles que só querem cumprir o horário, chegou seis horas, já querem ir embora. A pessoa que já vem do Paraguai, ela vem pra trabalhar mesmo, não tem preguiça.”<sup>50</sup>

Na cidade, eles encontram situações adversas e distintas das que viviam no Paraguai. Tais realidades são também fronteiras que precisam cruzar. Nesse sentido, a convivência com iguais num mesmo bairro parece abrandar a travessia. Os primeiros a chegarem podem ter conhecimentos e experiências que encurtam ou amenizam a travessia para aqueles recém chegados.

Entretanto, a questão das redes e sociabilidades cidadinas merece uma atenção especial na medida em que ela também precisa ser relativizada. As relações entre não são harmônicas, mas parece haver uma correlação de força entre eles, como forma de se inserirem no urbano. Essas relações são vividas imbricadamente e, como nos sugere Arantes:

[...] mais do que territórios complementares e bem delimitados por fronteiras simbólicas de traçado inequívoco, essas configurações podem ser entendidas como zonas de contato. [...] em que os lugares sociais assim constituídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros, como se formassem um gigantesco e harmonioso mosaico. A meu ver, eles se superpõem e entrecruzam-se de forma complexa.<sup>51</sup>

Dessa forma, é preciso cuidado. As sociabilidades brasiguaias devem ser entendidas a partir dos seus movimentos dinâmicos de inserção na cidade, localizadas numa temporalidade específica. Pois, talvez daqui a alguns anos, essa prática já não exista mais entre eles ou ela tenha sido reelaborada. Mas, interessada em compreender as dinâmicas constituídas em torno das sociabilidades, perguntei a Serenita como aconteciam os contatos e os vínculos entre vizinhos, sendo que assim ela expôs:

Eu acho que assim. Que nem um vem de lá. Tipo, a gente vê que é sofrido, que precisa vir embora. Vai ajeitando um lugarzinho perto. Se tem lá uma casinha vaga, o pessoal vai indicando. E foi assim que todo mundo foi se amontoando naquele lugar. Porque lá, naquela rua mesmo que eu moro ali, eu acho que deve ter umas quantas famílias, tipo: umas oito famílias, mais, que é do Paraguai lá. Tudo mora lá.<sup>52</sup>

A prática de ajeitar um “lugarzinho” próximo aos conhecidos que já estão há mais tempo na cidade parece cumprir uma função importante na inserção cidadina. O próprio

<sup>50</sup> ZANCHETA, Valdecir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.

<sup>51</sup> ARANTES. *Op.cit.*, p. 107.

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Serenita Camargo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

diminutivo “lugarzinho” parece apontar para as adversidades encontradas pelos recém chegados. Este não encontra um lugar, mas um “lugarzinho”, arrumado pelos demais. Toda a mudança terá que ser vivida pelo próprio migrante. Mas, o conhecimento e a ajuda dos colegas facilitam a fixação urbana. E viver a cidade significa para eles encontrar um emprego, escola para os filhos, além do sonho de construir suas próprias casas. Mais do que “levar todo mundo junto”, portanto, a entrevistada parece deixar transparecer certas carências e limites dessa inserção que se faz “possível” para os sujeitos.

A relação que Serenita estabelece, por exemplo, com a vizinha de frente à sua casa, também “brasiguia”, possibilita perceber o valor que as sociabilidades têm entre eles. A vizinha se chama Tânia. Ela chegou à cidade na década de 1990 e até os dias de hoje trabalha como empregada doméstica. Atualmente, tem sua própria casa e outra que construiu para alugar, cujo dinheiro afirma ter sido proveniente do arrendamento de sua terra no Paraguai, ao longo desse período. Possuir a própria moradia significa, nessas relações, um grande avanço na vivência urbana. Para a entrevistada, o trabalho fixo e a conquista da casa própria são sinônimos de estabilidade que muitos só alcançam após um longo tempo vivido e à custa de muito trabalho. Para expressar esse desejo, Serenita buscou inspiração na vizinha Tânia:

Interessante se você pudesse entrevistar o Nene e a mulher dele. Porque um dia a Tânia tava me contando como ela passou na vida dela quando morava no Paraguai. E que ela vinha do Paraguai com criança pra vacinar, o sofrimento dela no rio com barquinho. Nossa, ela é uma pessoa superinteressante. Um dia ela passou a tarde inteira me contando lá. E, depois, logo quando ela chegou aqui no Brasil, que eles não tinham casa, não tinham nada, ela trabalhava, trabalhava. Agora, já tem a casa que eles moram, tem casa pra alugar, vivem super bem mesmo. [Silêncio] Não é à toa que eles conseguiram, mas com sofrimento, tudo o que eles conseguiram até hoje... É legal.<sup>53</sup>

A experiência da vizinha só “é legal” para Serenita porque lhe mostra que, apesar das dificuldades encontradas, antes e durante a estadia, também pode vir a conseguir o mesmo ou algo semelhante com o tempo. Para a Serenita, a estabilidade só pode ser alcançada com a casa própria, assim como o esposo encontrar um trabalho que o possibilite vir também para a cidade, além dos filhos poderem no futuro cursarem o ensino superior.

Mas ao sugerir que eu entrevistasse a vizinha, Serenita não estava apenas indicando uma testemunhante para minha pesquisa. Nas entrelinhas de sua narrativa, ela parece acreditar que Tânia seria a pessoa certa para eu entrevistar e não ela própria. É como se a vizinha já

---

<sup>53</sup> Idem.

tivesse vencido seu projeto migratório e colocado um fim para a vida de constantes deslocamentos. A sua história (começo, meio e fim) já estaria concluída, na medida em que havia conquistado uma relativa estabilidade. Diferente da vizinha, Serenita ainda tem um caminho a enfrentar para alcançar esse mesmo fim e, portanto, avalia que ainda não estaria apta ou não seria a pessoa mais indicada para narrar a “história dos brasiguaios”.

As sociabilidades estão presentes em todos os espaços: na busca pelo emprego e pela moradia. Foi possível também perceber a existência de grupos de trabalho na área da construção civil. O ofício de pedreiro tem sido uma das possibilidades de emprego para os migrantes. A maioria vem para a cidade sem conhecer o ofício, mas a fixação urbana depende do aprendizado que de alguma maneira provoca a reordenação cultural, nesse caso, das relações de trabalho. Valdecir é um dos sujeitos que precisou aprender a ser pedreiro. Ele já é residente há mais tempo na cidade. Em relação ao pessoal que com ele trabalha quando consegue uma casa para construir, explicou: “Só que hoje, hoje que eu tenho mais conhecimento do pessoal daqui, se chegar alguém pedir serviço e dizer que veio do Paraguai, 100% eu dou serviço, porque eu sei que o pessoal que vem de lá, vem com vontade de trabalhar”.<sup>54</sup>

Essa “vontade de trabalhar” seria uma das qualidades que os entrevistados afirmam possuir e que foi enfatizada por todos. Talvez, essa forma de se posicionar seja uma das justificativas encontradas para legitimarem suas presenças disputando campo de trabalho com os demais pedreiros. Para Valdecir, por exemplo, o trabalho que realiza como pedreiro é leve se comparado com a lida pesada da roça no Paraguai:

Hoje, no caso, o serviço que eu tenho hoje, que muitos falam que é um serviço mais pesado, como o de pedreiro, pra quem viveu o que eu vivi na época dos dez anos até os vinte cinco, trinta anos. Eu acho que esse serviço de pedreiro é a coisa mais leve que tem, não tem serviço pesado. É você que tem que ter um pouco mais de dedicação, vê como é que é... mais pesado? Pra quem acostumou a trabalhar no cabo do arado é serviço leve!<sup>55</sup>

O depoimento também expressa as precariedades vividas no Paraguai. Entre elas, está o fato da maioria dos entrevistados terem trabalhado na infância. Essa prática é considerada necessária porque, segundo eles, é a partir do trabalho que essas crianças e adolescentes aprendem a valorizar às coisas e afirmarem-se na fase adulta como homens e mulheres honestos. A valorização positiva do trabalho não parece ser apenas necessária para o

---

<sup>54</sup> ZANCHETA, Valdecir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.

<sup>55</sup> Idem.

sustento econômico, individual ou familiar dos sujeitos, mas valores constitutivos de suas próprias identidades, suas referências culturais, dentro da sociedade.

A valorização do trabalho ou a ética do trabalho não está presente apenas no movimento “brasiguai”. Essa é uma característica que, de alguma forma, norteia os projetos migracionais. O trabalho de Davi Schreiner analisa experiências de assentados na região Oeste do Paraná e também indica existir a formação de uma cultura do trabalho.<sup>56</sup>

Em relação a isso, a entrevistada Margarete, por exemplo, disse que não foi difícil conseguir emprego na cidade, pois:

As pessoas da cidade preferiam moça do interior pra morar nas casas [...] Porque as moças do interior sabiam mais cozinhar vários tipos de comida, cuidar melhor da casa, cuidar as crianças, porque as meninas da cidade não sabiam fazer isso, assim os patrões falavam.<sup>57</sup>

Atualmente a entrevistada é contratada temporariamente pela prefeitura, contando com um cargo de indicação política que exerce como cozinheira de uma instituição educacional. Ela vive na cidade desde 1993, trabalhando, até pouco tempo atrás, como empregada doméstica. Para ela, o Paraguai não lhe oferecia mais “futuro”, daí a decisão de se mudar sozinha para a cidade, sem conhecer ninguém, deixando seus pais, irmãos e o trabalho de peão nas roças vizinhas.

A crença de que na cidade os patrões preferem gente que vem do meio rural também está presente nos relatos. Ao pensar assim, talvez eles não estejam se reportando apenas aos empregadores, mas aos demais trabalhadores que com eles disputam, de forma mais direta, os espaços de trabalho. Por esses serem escassos, procuram justificar, como se houvesse a necessidade, o merecimento por estarem ali.

No entanto, não há a intenção de supor que os estranhamentos levam a formação de guetos entre esses trabalhadores. Apenas chamo atenção para certos sentidos compartilhados pelos entrevistados que apontam olhares desconfiados em relação aos que “vêm de fora” por quem “está dentro” da cidade.

No relato de Valdecir essa questão surgiu através da forma como ele narrou a sua e trajetória de trabalho e de sua esposa. Ele migrou para a cidade em 1993 com sua família e três filhos. A esposa, segundo informou, durante todo esse tempo trabalhou como empregada doméstica em apenas dois lugares. Ele teria aprendido o ofício de pedreiro e hoje é um mestre

<sup>56</sup> SCHREINER, Davi Félix. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. Toledo: Editora Toledo, 1997.

<sup>57</sup> MALMANN, Margarete Barcelos. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 8 de julho de 2009.

de obras. Ao chegar à cidade, precisou aprender a ser pedreiro e afirmou ter sabido que sua permanência dependia dele também ser honesto e em “mostrar” serviço. Essa característica de seu trabalho o levaria a construir uma rede de referências:

Porque se chega alguém e fala, “quem que fez?”, a pessoa vai te falar: “foi o Nenê”. É coisa pequena, mas ao mesmo tempo, se transforma grande porque eu acho que é uma satisfação pra gente, você chegar pedindo uma informação ou pedir uma referência: “não, pode pegar porque é cara que trabalha!”. A gente tem que valorizar um pouco o nosso trabalho.<sup>58</sup>

Esse parece ser o modo como Valdecir buscou sua inserção. Para ele, as boas relações, os vínculos que foi estabelecendo entre os moradores, foram fundamentais para a sua inserção cidadina. Mas a postura não era apenas visando conseguir trabalho, mas é o próprio meio que ele encontrou para justificar o seu direito à cidade. O seu primeiro emprego e/ou sua primeira chance de “mostrar serviço”, assim foi relatado:

Eu fui pedir serviço pra um pedreiro e ele falou pra mim: “quanto você quer por dia?”. Daí eu falei: “eu quero trabalhar, aí o que você achar que eu mereço ganhar, você me paga”. E trabalhei 12 dias e a partir daí ele me chamou pra trabalhar as meia com ele.<sup>59</sup>

O relato versa sobre o modo como os sujeitos precisam interagir, negociar e se colocar frente aos valores e às relações estabelecidas entre os moradores fixos do meio urbano. Tendem, por sua vez, serem reconhecidos como e, portanto, como aqueles que fazem usos políticos dessas fronteiras na medida em que não se decidem sobre a permanência lá ou aqui. Isso gera estranhamentos que os migrantes buscam superar através da ética do trabalho, no “bom serviço”, na honestidade.

Diante disso é que as redes de sociabilidades entre trabalhadores carpinteiros têm se colocado como substancial em seus cotidianos. O jovem Admilson Hartwig é um bom exemplo dessas relações. Ele vive há dois anos na cidade. Atualmente, é casado e tem um filho. Foi ele quem me possibilitou perceber, em uma das visitas feitas ao seu espaço de trabalho, que todos ali que trabalhavam junto a ele, ainda que de regiões diferentes, eram brasileiros vindos do Paraguai.

A partir disso, percebi que havia uma rede de informações constituída por eles. Admilson, quando migrou, procurou por Valdecir e, hoje, juntos, quando são procurados, priorizam contratar serventes também vindos do Paraguai. Não foi difícil mapeá-los: bastou

<sup>58</sup> ZANCHETTA, Valdecir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 07 de abril de 2010.

<sup>59</sup> Idem.

encontrar Admilson para estabelecer contato com outros migrantes. Além deles geralmente saberem os locais de trabalho, ficam sabendo quem está chegando à cidade, quem não conseguiu permanecer e está retornando ao Paraguai ou migrando para outros lugares.

Nesse sentido, quando perguntei a Admilson se era coincidência o fato de todos os seus colegas de serviço terem vindo do Paraguai, ele respondeu: “Isso daí é porque a gente já tem confiança de trabalhar junto. Porque se você vai pegar o pessoal daqui, trabalha um mês ali e eles já te metem na justiça e te ferram. Eles querem direito e coisa”.<sup>60</sup>

Além de constatar a existência de uma rede de ajuda entre esses trabalhadores, é interessante perceber como eles vão conhecendo e lidando com as práticas da cidade. No Paraguai, não tinham direitos trabalhistas garantidos, mas no meio urbano, eles estão mais presentes para eles. No caso de Admilson, o seu trabalho consiste em buscar clientes que desejam construir suas casas a preços “mais acessíveis” do que encontrariam dentro do mercado formal. Para isso, o entrevistado que empreita o serviço também precisa de mão-de-obra barata e, conseqüentemente, precisa de cautela ao contratar auxiliares desconhecidos que possam vir a reivindicar seus direitos trabalhistas.

Em relação à contratação dos auxiliares, por exemplo, Admilson afirmou que sempre busca o pessoal que vem do Paraguai:

Ali é amizade e a gente conhece todo mundo. Daí chega aqui [os novos migrantes] e como que vai ser? Tem um serviço aí e tal? Pego uns dois ou três dias, depois eles vão procurar um outro, mas enquanto eles não encontram, eles continuam trabalhando. Que nem o Virino quando ele veio para cá. Ele é chapeador, enquanto ele não achou serviço, ele trabalhou comigo.<sup>61</sup>

Muitos desses migrantes vêm sem um emprego definido. Como dito por Margarete, a maioria deles vem se “aventurar” na cidade com expectativas que, se não cumpridas, podem retornar ao Paraguai. O serviço de servente de pedreiro, nesses casos, pode ser temporário até que consigam outro trabalho.

Além do mercado de trabalho informal, como assim têm sido nomeadas algumas noções sociológicas, há nos ares da ambiência urbana as promessas de empregos pelo setor agroindustrial da cidade.<sup>62</sup> O setor tem contratado uma parte considerável dessa mão-de-obra.

---

<sup>60</sup> HARTWING. Edmilson. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, abril de 2007.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Em relação a essas promessas de emprego que estão presentes na cidade, ver: CARVALHAL. Marcelo. *O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital*. Marechal Cândido Rondon, 2007.

Para os que detêm apenas a experiência de trabalho com a terra, a demanda por empregos ofertados pelas empresas agroindustriais coloca-se também como uma possibilidade que vem viabilizando suas mudanças. Entre as empresas que têm empregado essa mão-de-obra, dentre outros, estão a fábrica de biscoitos Faville e o frigorífico de aves Coopagril, importantes plantas industriais constituídas nas últimas décadas na região.

Os migrantes que ainda permanecem no Paraguai e alimentam a expectativa de mudar para a cidade dependem, muitas vezes, de conseguir trabalho nesse setor. Crescêncio, por exemplo, é um pequeno agricultor que reside no Paraguai desde 1970. Enquanto narrava sua trajetória e comentava sobre a presumível migração para a cidade, falou sobre a experiência de colegas que afirmam estar trabalhando com “sucesso” no setor agroindustrial emergente: “Ele falou [Osmar] que a turma [donos/gerentes] prefere pegar mais gente que vai daqui do Paraguai porque os da cidade trabalham um pouquinho e cai fora”.<sup>63</sup>

Para Crescêncio, que sempre trabalhou no manejo de gado, encontrar e/ou aprender outra atividade em que possa se “encaixar” é fundamental para a sua decisão de mudar para a cidade. Neste plano, cabe sublinhar que existe certo planejamento, baseado muitas vezes em relatos de outros trabalhadores que migraram há mais tempo, mas que voltam ao vilarejo para visitas ocasionais.

Nesse caso, sempre há a tendência de que falem bem de suas relações de trabalho cidadinas. É justamente essa crença de que os são bem-vindos no setor agroindustrial e, conseqüentemente, pelo município, que leva Crescêncio a aspirar a migração. Como afirma Tania, ao narrar o modo como motivam as pessoas a virem: “Ah fulano, vamos pra lá. Lá é mais melhor, lá você tem o teu salário. Lá o movimento já é diferente. Lá é mais bonito. Lá a gente encontra um lugar mais legal!”.<sup>64</sup>

No entanto, esses sujeitos conhecem bem as relações de trabalho marcadas, muitas vezes, por salários baixos e a ausência de seus direitos no setor agroindustrial do município. Em relação à situação, Ivonete Zanchetta pode contribuir para a discussão. Depois de ter mudado para Santa Catarina, com seu marido e duas filhas pequenas, a entrevistada afirma ter se separado do esposo e vindo com as crianças para Marechal Cândido Rondon. Ela, que chegou na década de 1990, lembrou das condições de trabalho que teve de se submeter num dos frigoríficos para sustentar seus filhos, que já eram três naquele momento:

---

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Crescêncio. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela/PY, 2003.

<sup>64</sup> ZANCHETTA, Tânia; ZANCHETTA Valdecir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.



Aí, Deus meu, era sofrido! Porque lá era um serviço muito cansativo. Um serviço assim que... muito em pé você ficava e na mesma posição. Você trabalhava assim, tipo... que nem nós entrava três horas da tarde, aí as seis horas nós tinha um intervalo de 15 minutos pra ir no banheiro e tomar água e daí às 10 horas nós tinha janta e daí nós só saía de lá depois, tinha vez que nós saía duas horas da manhã, duas e meia. E era o tempo inteiro em pé, não sentava. Então, era bastante cansativo o serviço ali. É por isso que eu hoje tenho tanta dor nas costas, dor no meu braço. É direto, direto, com o mesmo movimento. Era muito difícil.<sup>65</sup>

A experiência laboral, segundo informou, durou quase dois anos e foi suficiente para ela abandonar o emprego e desejar não mais voltar àquela planta industrial. Além do cansaço em função dos esforços repetitivos, ela alega que havia o excesso de trabalho que a empresa resolvia com o então denominado “banco de horas”. Ao que parece se trata de uma estratégia que, ao invés de pagar pelas horas extras, os dirigentes concedem folgas ocasionais para os funcionários. Aliado a isso, havia o pagamento de um salário baixo que, segundo a entrevistada, não passava na ocasião de R\$ 480,00. Desse valor afirma que eram descontados ainda parte da alimentação, transporte e convênio médico quando essas despesas deveriam ser arcadas pela empregadora.

O fato de se encontrar separada do marido e com os filhos para sustentar, segundo verbalizou, fez com que se submetesse a essas condições de trabalho. Até recentemente declarou ter sido empregada doméstica e que preferia exercer essa atividade laboral a outra no passado:

Eu tinha muita gente do Paraguai que trabalhava comigo lá e que ainda tá até hoje lá. Mas eu, se fosse pra mim voltar... não. Eu sofri bastante ali dentro também. Pra você ver, eu vinha pra casa, eu chegava 3 horas da manhã, na época o meu piá pequenininho tinha 3 aninhos, eu chegava em casa, ele já tinha ido dormir 8 horas da noite. Quando chegava seis e meia, sete horas, ele levantava. Então ele levantava, ele queria café, ele queria uma coisa e outra, e daí ele me chamava: “mãe eu quero comer, mãe eu quero ir ao banheiro”. Então, eu tinha que levantar. Só que daí eu não dormia, como eu ia largar o piá sozinho dentro de casa e ia dormir. Acho que é melhor doméstica.<sup>66</sup>

Talvez o discurso entre os migrantes de que os trabalhadores da cidade não aguentam o serviço pesado do frigorífico esteja também relacionado à prática de exploração por parte dessas empresas. Os , na maioria deles, tiveram muito pouco ou nenhum contato com as leis

---

<sup>65</sup> ZANCHETTA, Ivonete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

<sup>66</sup> Idem.

que lhes concedem direitos trabalhistas. No país em que viviam as precárias condições de trabalho e a exploração salarial sempre fizeram parte da trajetória de boa parte desses sujeitos. Nessa direção, as empregadoras podem estar “preferindo” os “brasiguaios” por “aguentarem” mais o serviço, no sentido de que estes suportam às vezes os salários baixos e a negação de seus direitos, por já não lhes restarem muitas alternativas.

Em outra direção, parece haver uma reordenação sócio-cultural quanto aos modos de lidar com o trabalho, com a vizinhança e as demais relações do seu meio. No vilarejo, as mulheres geralmente atuavam cotidianamente como donas de casa e/ou lidando com a terra. Os homens geralmente viviam do trabalho com a terra e do pastoreio do gado bovino. Em torno disso, havia, por exemplo, uma concepção de tempo muito particular às práticas constituídas naquele espaço. As noções de tempo citadino parecem ser um elemento de choque, no sentido de estranhamento para eles ao mudar para o urbano.

As atividades laborais do dia-a-dia eram realizadas para Valdecir de acordo com suas necessidades. Ele avalia, assim como outros entrevistados, que o trabalho do campo era mais árduo do que o da cidade. No entanto, eles podiam ter de certa forma o controle do tempo, pois, conforme Valdecir verbalizou, eram eles que definiam o tempo para realizar as tarefas. No urbano, ao contrário, ele sente que é o horário comercial que define suas atividades ao longo do dia. A sensação passada por eles é a de que passam a ser comandados por um tempo pré-fixado que lhes retira a autonomia em seus afazeres. É nesse sentido, inclusive, que significam muitas vezes o espaço citadino como sendo um lugar que os prende e restringe suas liberdades: “Lá você não se dá conta que tá trabalhando. É bem melhor do que você trabalhar com esse horário marcado. Você tem que cumprir o horário...”<sup>67</sup>

Parece que o fato desses sujeitos poderem organizar o seu próprio tempo significa, também, trabalharem para si, não serem supervisionados, não terem de obedecer a superiores. Isso no caso daqueles que eram pequenos agricultores, como é o caso de Valdecir. É como se a rigidez do tempo lhes retirassem autonomia, seus modos de ver e exercer suas atividades cotidianas.

Nessa direção, para as mulheres, a luta pelo primeiro emprego, como o de empregada doméstica, parece exigir delas uma readaptação socio-temporal rápida. Serenita relatou elementos que sinalizaram o quanto foi difícil e angustiante esse processo. A sua permanência dependia dela encontrar trabalho. No entanto, por não ter tido experiência nesse labor, a necessidade se agravava: “eu chegava lá no SINE [Sistema Nacional de Empregos], pegava o

---

<sup>67</sup> ZANCHETA, Valdecir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.

número de telefone que tava precisando de diarista, de empregada doméstica. Aí eu ligava, a primeira coisa que pedia era referência que tinha trabalhado em outro lugar. E aí acabava...”.<sup>68</sup>

“E aí acabava” a chance de conseguir a vaga pelo fato de na cidade se exigir uma referência de trabalho. Esse hábito dos empregadores parece dificultar o primeiro emprego para as migrantes. No caso da maioria, suas referências pessoais são basicamente rurais e se resumem como sendo donas de casa e auxiliares do marido na lida com a terra. Só que tais experiências não servem como referências trabalhistas no espaço urbano.

Para superar a falta de referências, Serenita afirma ter contado sobre sua trajetória de vida no Paraguai para muitas pessoas que ofereciam as vagas de emprego: “Ah, eu falava a verdade. Eu falava assim: ‘Eu morei tantos anos no Paraguai, nunca trabalhei aqui em Marechal, faz pouco tempo que vim pra cá’. Explicava que era pra trazer os meus filhos pra estudar e tal”.<sup>69</sup>

O que chama atenção é o fato da entrevistada afirmar que teria feito a opção por “eu falava a verdade [...] eu morei tantos anos no Paraguai”. Isso instiga a pensar que havia outra possibilidade à sua vista, a de mentir ou ocultar sobre sua trajetória migrante, caso sentisse que ela pudesse pesar negativamente na decisão pela contratação. Mas, ao decidir “contar a verdade”, a entrevistada também poderia estar defendendo que a fronteira e seus frutos não se resumiam apenas à violência, como vem sendo percebida pela cidade, mas também por pessoas honestas, mães e pais de famílias que, como ela, precisavam de uma chance para mostrar trabalho. Em troca, por não possuir referências, ela afirma ter narrado sua trajetória: “eu contava a minha história e falava que precisava”.

Essa parecia ser a única referência que Serenita podia oferecer naquele momento. E foi insistindo dessa maneira que encontrou a primeira ocupação:

Eu cheguei lá no SINE e tava lá olhando. Bem na hora, o cara [funcionário do SINE] veio grudar o papelzinho em que precisavam de uma diarista, uma vez por semana. Aí eu nem deixei o cara colar o papel lá. Aí eu falei: “moço, não cola. Deixa eu ir falar com a moça?”. Daí ele não colou. Daí eu peguei o papelzinho do cara, atravessei a rua, era naquele consultório em frente do SINE. Só atravessei a rua assim, cheguei lá e falei pra moça [empregadora]. Eu cansada porque a outra [uma outra candidata] já tava com o zóio em cima querendo a vaga. Daí a primeira coisa que ela falou pra mim: “precisa de uma referência de onde você já trabalhou”. Daí eu falei: “pelo amor de

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Serenita Camargo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

<sup>69</sup> Idem.

Deus!”. Aí contei de novo pra ela: “eu vim pra cá do Paraguai e preciso de um trabalho”. Daí ela olhou pra mim e falou: “eu gostei de você, vou te dar essa oportunidade. Porque assim mesmo aconteceu comigo quando eu vim pra cá”. Ela falou: “eu ralei bastante pra conseguir o meu primeiro trabalho. É por isso que eu vou ficar com você”. Aí eu comecei a trabalhar na casa dela e tô até hoje lá.<sup>70</sup>

A entrevistada afirmou ter procurado o SINE em busca de trabalho todos os dias da semana e nesse movimento acabou fazendo amizade com os funcionários da instituição, cuja amizade lhe viria a facilitar uma oferta. O SINE, segundo informou, disponibiliza diariamente uma listagem de empregos para a cidade e região. A entrevistada conta que num certo dia pediu para o funcionário não colar a lista até que ela chegasse ao local que ofertava a vaga, visando diminuir o número de interessados. O funcionário, diante do pedido, teria feito o solicitado e, com isso, ela conseguiu o emprego:

Por que era muita gente procurando emprego, entendeu? Menina, às vezes nós pegava um número, nós saía ligar de duas ou três, na mesma hora. O pessoal... É muito disputado esse negócio de serviço.<sup>71</sup>

Serenita disse que a busca pelo primeiro emprego alterou profundamente suas práticas, já que nunca havia trabalhado para outros. Essa mudança, que discuto melhor no próximo capítulo, levou-a a retomar seus estudos e ocupar novos lugares dentro da organização socio-familiar que habitava. O seu relato possibilitou compreender os diferentes embates e posições que os podem adotar frente à sociedade não migrante e os desafios impostos pelo novo espaço.

Já o relato de Antenor é significativo para pensar os modos como esses sujeitos também se relacionam com os demais moradores citadinos. O entrevistado, no alto de seus 60 anos, afirmou ter vivido vários deslocamentos entre o Brasil e o Paraguai, sendo vítima de duas desapropriações de terra. Atualmente, diz não desejar mais voltar para o país vizinho, já que nunca teve “sorte” na luta para conseguir sua propriedade.

Sua vinda teria sido necessária frente os conflitos envolvendo seus lotes de terra. A cidade e o retorno ao Brasil talvez tenham sido as únicas possibilidades para ele conquistar um “lugar” para viver. No momento da entrevista, a conquista desse “lugar” dependia da sua expectativa em aposentar-se num futuro próximo. Enquanto ela não se cumpre ele diz: “vou me virando”, cortando grama, vendendo picolés, limpando lotes, vendendo mandioca, mexendo com reciclagem e, recentemente, confeccionando e vendendo casinhas de cachorro.

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Idem.

Foi interessante perceber o modo como Antenor observou e recriou sua sobrevivência no meio urbano. A sua experiência de trabalho, segundo versou, sempre foi a lida com a terra. Com as desapropriações, ele afirma ter vindo sem rumo para Marechal Cândido Rondon para morar com sua filha. Na cidade precisou aprender outras atividades laborais que garantissem seu sustento. Assim ele relatou sua experiência:

Eu comecei a catar papelão assim, reciclagem, melhor dizer. Aí eu trabalhei e não tava dando quase nada e aí comecei a vender picolé. [...] Depois eu vi a turma cortando grama e achei que dava bastante lucro. Pensei, vou comprar uma máquina. Comprei a máquina de cortar grama também, então, se não pode fazer uma coisa, faz outra.<sup>72</sup>

É com esse espírito: “ah! se a gente tem vontade de fazer, a gente faz” que parece ter seguido buscando sua permanência. No entanto, ele demonstrou que aprender novas atividades laborais até os dias de hoje não é apenas visando sua sobrevivência material, mas também parece ser a sua própria vitalidade, na medida em que relata com muita intensidade seus aprendizados. Talvez seja essa a forma que ele encontrou para lidar com a perda da terra e tornar mais prazerosa a vida na cidade.

O aprendizado ele adquire olhando atento às práticas e hábitos cotidianos que cercam o bairro Augusto, um dos periféricos e pobres de Marechal Cândido Rondon, onde ele vive. Foi observando outros ao seu redor que cortavam grama como forma de adquirir algum ganho que ele se deu conta de que também poderia fazê-lo. Além disso, afirmou ter descoberto que esse poderia ser um meio de conhecer a cidade e de fazer passar o tempo.

Entretanto, aprender outras atividades laborais parece não ter sido suficiente para Antenor encontrar seu lugar na cidade. Ele teve a preocupação de conquistar outros espaços, como ter uma boa relação com a vizinhança do bairro, com os donos das pequenas mercearias, além dos próprios colegas “brasiguaios” que estão presentes no seu meio. Além disso, apesar de ter dito nunca ter gostado de bailes enquanto morava no Paraguai, atualmente diz participar de um grupo de terceira idade onde mora. Ele também encontrou Elvira, sua atual companheira, viúva que sempre vivera no meio rural e que há pouco tempo passou a residir no espaço urbano. Juntos, apesar das diferentes trajetórias, estão aprendendo a experimentar o meio cidadão.

A participação de Antenor nos encontros do grupo de terceira idade, para além de uma distração e um lazer, parece ter sido um meio encontrado para conquistar a confiança das

---

<sup>72</sup> FARIAS, Antenor Ribeiro. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

peessoas, pertencer e interagir com demais moradores do bairro. Mais do que isso, talvez essa interação com a vizinhança esteja sendo uma experiência rica que ele relata com brilho nos olhos e entusiasmo como algo que está “dando certo” em sua vida: “eu não tava acostumado a dançar, eu fiquei muito tempo lá no Paraguai e lá eu não ia em baile. É bom, bom demais.”<sup>73</sup>

O bairro é o “lugar” em que parece poder afirmar que ele pertence. O fato de ser conhecido no bairro como um homem trabalhador e honesto, características que ele reiterou por vezes no relato, talvez signifique muito mais do que para seus colegas do grupo. Para Antenor isso significa reconhecimento, um ganho diante de tantas perdas e humilhações que já tivera em sua trajetória. Especialmente aquela que relatou em relação às duas desapropriações que participara como perdedor de sua posse e de seu pertencimento naquele meio no Paraguai

Para Antenor, que trabalhou uma vida inteira sozinho em busca de um pedaço de terra para sobreviver e cuja luta não lhe rendeu o buscado, encontrar um lugar dentro das relações que possa dizer que é seu, pareceu ser muito significativo. Pois, nesse espaço as pessoas o reconhecem como parte integrante do grupo. Talvez seja por isso que os encontros e bailes da terceira idade foram relatados com um sorriso largo pelo entrevistado: “o dono, o dirigente lá [do clube de idosos], eu chego lá e ele já vem dar a mão pra gente e chamar pra dentro e tudo... Dá prazer da pessoa ir. Começa à tarde lá, passa rápido a tarde”<sup>74</sup>.

Neste capítulo buscou-se pensar a inserção de em Marechal Cândido Rondon a partir dos seus próprios relatos, observando o modo como lidam com os desafios que a cidade lhes impõe, suas estratégias de luta e pertencimentos. Assim, procurou mostrar a multiplicidade de sentidos e significados que o urbano parece assumir para os migrantes ao criar expectativas e ao vivê-la em sua plenitude, em seus diferentes espaços, como os de trabalho, moradia e direitos sociais. Evidenciou também a construção de redes e sociabilidades entre esses homens e mulheres como meio de poderem se inserir e enfrentar as muitas fronteiras que ainda precisam atravessar em suas trajetórias.

No próximo capítulo, discuto as histórias de mulheres que experimentam o urbano de forma distinta dos homens. Para estes, a migração tende a ser narrada como um caminho necessário pela falta de trabalho e de escolarização para os filhos no vilarejo paraguaio. Para elas, além dessas necessidades familiares, elas percebem o novo espaço como um meio de também vivenciarem conquistas individuais importantes no plano das relações sociais.

---

<sup>73</sup> Idem.

<sup>74</sup> Idem.

### **CAPÍTULO III:**

#### **“EU FICAVA NO PARAGUAI SÓ POR CAUSA DO MEU MARIDO”: HISTÓRIA DE MULHERES “BRASIGUAIAS” NA CIDADE**

Neste capítulo trato das participações feminina e masculina no viver citadino, a partir do modo como interpretam e significam suas experiências em interface entre os viveres rural, no Paraguai, e urbano, no Brasil. Trata-se de perceber como a migração articula um conjunto de práticas e valores constituídos nas relações entre os gêneros envolvidos.

Os testemunhos indicaram que as vivências citadinas são experimentadas e significadas de formas distintas pelas mulheres e homens. A vinda para a cidade, para além de uma busca por melhores condições de vida, também pode significar no plano individual, às mulheres principalmente, a possibilidade de empenhar-se na conquista de novos espaços frente à família e à sociedade em que pertenciam e a que passam a pertencer.

Ao que tudo indica, o primeiro trabalho das mulheres pode significar mais do que a subsistência familiar. A escolarização, para além de um investimento profissional, parece representar desafios e possibilidades que as permitem serem mais do que vêm sendo dentro dos espaços e das relações deixadas para trás no vilarejo paraguaio. Já para os homens, a cidade foi significada, contrariamente, como espaços de privação e controle de seus costumes, espaços de lazer e trabalho.

Inicialmente, vale a pena destacar as expectativas e os desafios que as mulheres se colocam no processo da migração de uma área rural do Paraguai para a área urbana no Brasil. A migração foi recordada, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, como momentos difíceis em relação aos esforços empreendidos na luta pela inserção. As mulheres, no entanto, tendem a amenizar essas dificuldades, narrando a cidade como um espaço que possibilita a elas vivenciarem conquistas individuais importantes.

O diálogo com as mulheres e homens migrantes, a princípio, pode parecer experiências exclusivamente individuais. Contudo, há situações versadas nos testemunhos que, quando lidos de modo interrelacionado, indicam que as experiências são socialmente compartilhadas.

Entre as mulheres, o relato de Eliane foi muito instigante. Ela afirma ter saído do Paraguai quando ainda era jovem, para trabalhar como doméstica em Marechal Cândido Rondon, há mais de dez anos. Na época, era solteira, trabalhava e residia na casa de seus

patrões e, em suas folgas, retornava ao vilarejo paraguaio para visitar a família e os amigos. A razão que a levou a sair do campo foi o fato de não haver espaços de trabalho, além da roça, em que ela pudesse ter o seu próprio ganho, bem como a falta de espaços de lazer:

É lá não tem espaço pras mulheres. E trabalhar na roça é também puxado. Seria mais fácil pra homem. E também chegou certo tempo que até os rapazes não quiseram ficar mais. Por causa de que o salário, o dinheiro deles, é só no tempo da colheita. Queria sair num final de semana, num baile ou alguma coisa e não tem dinheiro. E aqui, o Brasil, não tem muitas coisas [oportunidades de trabalho]. Mas pelo menos, cada final do mês você tem o seu dinheiro. Então, é um pouco mais fácil.<sup>75</sup>

As atividades laborais dessas mulheres no vilarejo paraguaio parecem ser até os dias de hoje cuidar da casa e dos filhos, assim como lidar com a roça da própria família ou trabalhar como peões nas propriedades vizinhas. Do mesmo modo, os espaços de lazer, conforme relatou Eliane, eram os campeonatos de futebol, um entretenimento mais voltado à classe masculina, em que as mulheres às vezes participavam como torcedoras.

Nos testemunhos colhidos, a questão apontada por Eliane de que “lá não tem espaços pras mulheres”, reaparece na fala também de outras mulheres. Conforme relatou, a mudança não teria sido fácil frente aos costumes e modos de viver locais. Uma das principais dificuldades encontradas em sua chegada à cidade foi a convivência:

Eu saí de lá. Eu vim pra cá. Trabalhei de doméstica muitos anos, muito tempo. E a luta da gente também não é fácil, é complicada. A gente saiu da roça, não sabia nada porque o trabalho na roça e em casa é diferente do que numa cidade. Na casa de outras pessoas e ainda pessoas ricas, pessoas enjoadas, tem que ser tudo no mínimo detalhe. E daí eu aprendi tudo com as minhas patroas. E o que eu tinha pra mostrar pra elas era, a única coisa, a minha simplicidade e a minha honestidade. Então, com o longo do tempo, ela foi me ensinando, foi me ensinando e sou o que sou hoje. Agradeço aos meus pais e também a quem me ensinou a vida da cidade.<sup>76</sup>

Esse “sentimento de gratidão” às patroas parece nascer das dificuldades encontradas para as migrantes se adaptarem aos novos modos de vida. Como referência dessa fase inicial para Eliane, assim como foi para outras entrevistadas, esteve a recordação das primeiras empregadoras. Isso se deve, ao que parece, por estas terem propiciado a oportunidade de emprego que precisavam quando chegaram à cidade. Para estas mulheres, as patroas poderiam

<sup>75</sup> PEREIRA, Eliane Marcia de Jesus. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 07 de julho de 2009.

<sup>76</sup> Idem.



recusar o emprego tendo em vista que elas vinham de outro país, sem referências pessoais e sem experiência com o trabalho.

A honestidade e a simplicidade foram valores que estas mulheres ressaltaram como tendo sido as únicas referências úteis em suas lutas por emprego. Esses valores serviram, de algum modo, como uma barganha na medida em que não possuíam referências concretas de trabalho. Serenita, por exemplo, migrante na cidade há menos tempo, parece também ter feito uso dessa artimanha quando afirmou: “eu achava que, tipo assim, eles iam confiar em mim. Eu contava a minha história e falava que precisava e que eu nunca tinha trabalhado. Tipo, se quisesse me pegar como experiência, no começo assim, pra conhecer o meu serviço”.<sup>77</sup>

Apesar dessas adversidades, a entrevistada estava decidida a não desistir da vivência urbana. As dificuldades citadinas se mostraram preferíveis àquelas que viviam na lida com a roça no Paraguai. Eliane, assim como Margarete, declarou não ter gostado do Paraguai porque não se identificava com o meio rural habitado. Em relação a esses sentimentos, Margarete relatou:

E lá no Paraguai tinha um... Era engraçado... Porque aqui a gente trabalha fora. Limpar uma casa ou que nem agora, eu sou funcionária pública. Eu sou cozinheira lá... É diferente do que eu fazia lá no Paraguai. Eu trabalhava de peão na roça, catava algodão e ficava com as unhas assim toda ruidinha. Mas, às vezes eu ganhava de um homem pra catar. Mas assim... às vezes tinha que bater o orvalho da manhã com pau pra ir pra roça. E às vezes tomava chuva e aquele solão rachando nas costas. É claro, nós trabalhava, tinha um dinheirinho. No final de semana limpava a casa, vinha pro Brasil, se maquiava, tudo bonitinha. Daí na segunda ia pra roça de novo e queimava tudo do sol de novo.<sup>78</sup>

A entrevistada disse ter chegado à cidade também quando jovem para trabalhar como empregada doméstica. Pelo fato de não gostar do vilarejo, lá permaneceu apenas até atingir a maioridade. O que lhe motivava, segundo verbalizou, era o desejo de encontrar um “cantinho” para viver, um trabalho, uma família, um lugar para pertencer.

A entrevistada afirmou ter ido para o Paraguai aos 13 anos, com seus pais e mais seis irmãos. Ela lembrou que a família passou por inúmeras dificuldades até conseguir construir uma casa para viver e as plantações começassem a produzir. A principal perda para ela, nesse movimento migratório, foi deixar os estudos para habitar um país, cujas condições sociais eram mais precárias das que tinha no meio rural brasileiro.

<sup>77</sup> CAMARGO, Serenita. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

<sup>78</sup> MALMANN, Margarete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

As condições adversas experimentadas pela família levaram-na a ter que trabalhar na roça desde a adolescência. Uma atividade que considerou rude para as mulheres, tendo em vista a força braçal que exige. No entanto, alega que isso não teria impedido-a de ter se esforçado ao máximo, chegando às vezes a ter vencido os homens que junto a ela trabalhavam nas colheitas de algodão.

A determinação que teria empregado para superar as dificuldades encontradas no seu dia-a-dia são dimensões que, segundo ela, definiram toda a sua trajetória. A cidade que vai narrando como sua é constituída por pessoas, possibilidades e desafios. Todos os problemas vivenciados teriam se transformado, então, em momentos de superação. Essas marcas narrativas estão presentes também em outros relatos. Por mais difícil que seja suas inserções, essas mulheres afirmaram jamais desistir da cidade.

Nessa direção, passei a perceber que elas apresentavam leituras muito positivas sobre a cidade, por vezes até idílicas, que me levavam a pensar que, ao valorar desse modo esse espaço, podiam também estar, de alguma forma, negando o meio rural em que viviam no Paraguai. Em suas falas, em contraposição à cidade-sonho que narravam, parecia haver ressentimentos. É como se no meio rural elas não pudessem se sentir pertencentes aos lugares que compartilhavam. Como declarou Eliane: “não tinha espaço para as mulheres”.

O relato de Margarete leva a pensar o que significaria para ela atravessar a fronteira nos finais de semana para pintar as unhas e se maquiar para ficar “bonitinha”. Esse gesto não parece responder apenas à sua vaidade feminina. A partir da própria construção do relato, ao alimentar a sua vaidade ela poderia estar também impondo a sua presença como mulher, já que naquelas relações a lida na roça parece ser uma atividade voltada para os homens.

O trabalho na roça é considerado algo a ser exercido pelo sexo masculino. Isso está presente nos relatos e parece fazer parte dos valores constituídos entre os moradores de Puerto Adela. No entanto, é comum encontrar mulheres e suas filhas que os auxiliam nessa atividade laboral, assumindo inclusive uma dupla jornada, na medida em que também ficam responsáveis pela casa e o cuidado dos filhos.

Margarete, quando afirma que “às vezes eu ganhava de um homem pra catar”, talvez estivesse contestando, de alguma maneira, o costume de lá reconhecer os homens como detentores dessa habilidade e, por isso, merecedores do reconhecimento da população, como dominantes. A narradora parece questionar esses referenciais ao afirmar que, enquanto mulher, se fazia presente nessas relações e até chagava ser mais habilidosa que eles.

Nessa direção, outro aspecto importante apontado pelos testemunhos é o de que muitas mulheres, ao lembrarem o passado, não valorizaram como significativo suas estadias

no meio rural paraguaio. A cidade foi narrada como sendo seus lugares de pertencimento. Já os homens, ao contrário, valorizaram o vilarejo paraguaio e vêem o urbano como lugar de privação e ausência de seus costumes.

Tais desencontros entre homens e mulheres instigam pensar, ainda que nas entrelinhas, sobre como deve ser viver naquele ambiente rural enquanto homem ou mulher. Quais eram suas posições, seus espaços de identificação, suas práticas e seus valores, que fizeram com que a maioria dos entrevistados, no caso das mulheres, romantizasse o viver urbano e, no caso dos homens, o viver rural? Margarete, ainda falando sobre sua vivência do outro lado da fronteira, afirmou:

Eu sempre falava que queria ter um cantinho aqui no Brasil. Se eu ficasse lá, eu ia acabar ficando lá e isso eu não queria pra mim. Porque de jeito nenhum eu queria ficar lá morando, meu Deus, eu tinha trauma. Aí eu falei: “não, eu vou pro Brasil. Vou atrás de um trabalho pra mim, pra mim adquirir alguma coisa, pra mim ficar lá”.<sup>79</sup>

Poder residir na cidade sempre foi um sonho. Interessante observar que mesmo um “cantinho” já lhe parecia bastar para realizá-lo. Mas, esse “cantinho” parece representar mais do que a casa própria e um trabalho. A expressão parece indicar que ela buscava também um lugar para ser, pertencer e reivindicar, já que, conforme disse, se permanecesse no Paraguai “ia acabar ficando lá”.

Margarete lembrou que quando cruzou o rio levou apenas uma “trouxinha” de roupa. A única certeza que tinha era de que não voltaria mais ao Paraguai para trabalhar na roça. Quando partiu, tinha a expectativa de conseguir trabalho no mesmo dia, através do programa de rádio Time das Panelas. Ela noticiou o interesse por emprego e aguardou nas dependências da rádio os possíveis empregadores interessados.

O que chamou atenção no relato é o modo como as mulheres podem se lançar à mudança, dispostas a vivenciá-la sem voltas. Fiquei interessada em saber como ela se pensou que se instalaria na cidade, já que não tinha um emprego definido e, muito menos, parentes que pudessem acolhê-la. Ela afirmou acreditar que através do programa de rádio dificilmente ficaria sem emprego, como de fato acontecera. Mas, caso não tivesse conseguido o trabalho, então ficaria na casa de uma aposentada que conhecera através do seu filho, que trabalhava importando carvão para o Brasil e a família de Margarete era um dos seus fornecedores. Essa mulher lhe concedia estadia sempre que precisava.

---

<sup>79</sup> Idem.

O fato de os migrantes terem conhecidos em Marechal Cândido Rondon, principalmente, quando não possuem parentes para recepcioná-los, parece ser comum entre eles. Os conhecidos são recorridos geralmente quando há a necessidade de consultas e exames, bem como para acompanharem alguém que esteja internado para tratamento médico. No caso das consultas, a grande maioria é realizada via atendimento público, pela Unidade de Saúde 24 horas, que atende os pacientes através de um sistema de distribuição de senhas, o qual ocorre muito cedo e as consultas e exames são limitados. Há casos em que, para garantir uma senha, as pessoas chegam ao posto de atendimento antes das 5 horas da manhã. Isso faz com que precisem dormir na cidade, na casa de conhecidos ou parentes.

Foi confiando nessas estratégias que Margarete se lançou na busca de um “cantinho” para viver. A entrevistada, atualmente casada, com dois filhos e cozinheira de uma creche, faz questão de ressaltar isso em relação ao que fazia no Paraguai. Ao pensar, depois que pedi para que fizesse uma avaliação de todo o seu percurso, Margarete respondeu:

Eu não sei. Aqui eu me senti em casa. Eu logo tive contato com as pessoas e logo as pessoas me aceitaram. Sem me conhecer as pessoas já me deram trabalho, me acolheram pra dentro de casa. Não sei, aqui eu tive um... Aqui eu encontrei pai, mãe, irmãos, amigos. Tudo aqui.<sup>80</sup>

A cidade teria lhe propiciado viver tudo aquilo que sonhara. Mais do que isso, é como se a cidade e as relações que encontrara tivessem oferecido a ela a oportunidade de sair de um espaço em que não encontrava aceitabilidade. No urbano, sozinha, em meio a estranhos, declarou ter encontrado pai, mãe e irmãos e que foi aceita socialmente. Mas por que não deveriam aceitá-la? O que poderia existir enquanto uma marca negativa que pudesse fazer com que a sociedade local ou a rural não a aceitasse?

Trata-se talvez de haver um conjunto de regras, práticas e valores praticados no vilarejo paraguaio, em que as mulheres tendem, dentro daquela organização social, a serem percebidas como agentes, se subordinadas aos espaços de seus maridos e à sua família. A possibilidade de viver na cidade parece intensificar as tensões já existentes, entre as posições ocupadas por cada gênero entranhadamente no percurso trilhado. Esse conjunto de valores parecem ser remexidos e reorganizados, fazendo com que homens e mulheres tenham leituras diversas sobre suas vivências, seus modos de serem e pertencerem, remodelando e dando sentido ao tempo presente.

---

<sup>80</sup> Idem.

É preciso notar que no campo dessas tensões as mulheres não são passíveis frente aos costumes locais. Ao contrário, penso que a cidade passa a ser um espaço importante para elas, justamente por lhes proporcionar meios em que possam atuar, conquistando lugares que talvez não fossem possíveis em outras dinâmicas, como no caso do vilarejo paraguaio. A própria afirmação declarada por Margarete que “às vezes eu ganhava de um homem pra catar” já simboliza, de alguma forma, a existência de tensões e resistências nessas relações de gêneros que foram narradas.

Nessa direção, compartilho das reflexões de Maria Odila Leite da Silva Dias, quando entende que as relações de gênero são produzidas imbricadamente entre os homens e as mulheres, cotidianamente. Tais relações não são vividas à parte, como se fosse parte de um binômio. O esforço de apreender essas dinâmicas tem sido nessa direção, como processos tensos em que os envolvidos são agentes que disputam suas pertencas sociais:

O estudo do cotidiano nas sociedades em transformação, ao resvalar por experiências de vida, escapa ao normativo, ao institucional, ao dito, ao prescrito e aponta para o vir a ser, para papéis informais, para o provisório e improvisado, em geral para o vivido, o concreto, o imponderável e o não dito, sobretudo quando confrontados com regras, valores herdados e papéis prescritos.<sup>81</sup>

As mulheres entrevistadas parecem terem nascido dentro de uma cultura em que os homens são vistos como líderes familiares e as mulheres como suas subordinadas. Em torno disso, foi instituído todo um conjunto de normas e valores éticos e morais que legitimam e definem lugares sociais específicos para homens e mulheres. No entanto, é visível, a partir dos testemunhos, que essas posições não estão dadas: as mulheres seguem lutando, constituindo estratégias que as permitem driblarem e escaparem dessas relações.

Serenita, por exemplo, assim como Margarete, narra com a mesma intensidade o que ela própria chama de “aventuras” na cidade. Do mesmo modo, ela também não gostava de viver do outro lado da fronteira: “eu ficava no Paraguai por causa do meu marido. Tava lá só por causa do Nêgo. Só ficava por causa dele mesmo. Ele sabe disso, porque eu nunca gostei de morar lá.”<sup>82</sup>

A entrevistada faz parte do rol das famílias em que só migram a esposa e os filhos, o esposo permanece no Paraguai para viabilizar recursos para suas permanências na cidade. A sua vinda, segundo ela, passou a ser desejada desde o primeiro momento em que sua família

---

<sup>81</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. IN: *Revista Estudos Feministas*, nº 2, 1994, p. 377.

<sup>82</sup> OLIVEIRA, Serenita Camargo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

foi para o país vizinho. Assim como Margarete, a ela também não coube nenhuma escolha frente à decisão de sua família migrar, já que na época era ainda adolescente.

Com o tempo, ainda jovem, afirmou ter retornado várias vezes ao Brasil, mas não conseguira acostumar-se longe da família e acabava regressando ao Paraguai. O urbano representava um espaço onde pudesse trabalhar, estudar e obter, de alguma forma, a independência familiar. Ao conhecer o seu esposo, Serenita passou a ter dois caminhos diferentes a seguir. Um deles era continuar sua luta na busca por um espaço citadino e outro, casar-se, constituir uma família e, com isso, adiar seu projeto de vir para a cidade, já que o seu esposo não pretendia regressar.

As mulheres entrevistadas mostraram, principalmente aquelas que vivem a mesma situação de Serenita (em que o marido permanece no Paraguai), que a decisão de mudar para a cidade desorganiza, de certa forma, a estrutura familiar. Os maridos, segundo suas mulheres, não desejam migrar e não se dispõem a ficar longe dos filhos. Nessa direção, migrar pareceu ser um projeto delas que aos poucos vão encontrando meios e estratégias de convencê-los a, pelo menos, deixá-las virem com os filhos.

A trajetória narrada por Serenita é significativa para a discussão. A decisão de ir para a cidade foi exclusivamente dela. Para conseguir fazer valer sua decisão, precisou convencer o esposo da necessidade desse movimento, que ela justificou como sendo para levar os filhos para estudar:

Eu sempre dizia: “Nêgo, eu vou embora pro Brasil”. Parece que... ele sempre falava, aqui é bom [...] Eu acho que ele queria que os piás estudassem lá, ficassem lá nessa vida que ele leva, ser um peão igual a ele. [...] Eu quero muito que os dois façam uma faculdade, que eles tenham estudo.<sup>83</sup>

O seu desejo de morar na cidade aliou-se ao de que seus filhos pudessem estudar. Ela afirmou nunca ter desistido de um dia migrar, mas enquanto seus filhos eram pequenos e teoricamente não precisavam estudar, ela parecia não ter muitos argumentos que sustentassem a decisão de migrar, frente ao seu esposo e familiares. Afinal, dentro das relações que ocupava, como poderia deixar o esposo sozinho, visando buscar a sua independência financeira? Como ele poderia aceitar tal decisão? Mas, com o crescimento dos filhos e a necessidade de levá-los para estudar ela passava a ter uma boa justificativa para convencer o esposo. A independência financeira seria como um pano de fundo, encoberto pela necessidade de escolarização dos filhos. Em relação a isso ela relatou:

---

<sup>83</sup> Idem.

Ele [esposo], uma semana antes, não acreditava que eu vinha embora. Não acreditava. Eu falei pra ele: “eu vou embora, eu vou morar lá, vou levar os meus filhos pra estudar lá”. Ele dava risada da minha cara: “você não vai nada. Você vai ficar velhinha aqui no Paraguai”. Aí assim, em março quando começava as aulas, aí eu falei: “Nêgo, eu vou pra Marechal arrumar casa pra morar. Ele falava que “não, você não vai não”. Eu falei: “eu vou sim!”.<sup>84</sup>

O marido não esperava que ela fosse ter coragem para se lançar sozinha à cidade. Ele brincava com a sua decisão, pois, não estava disposto a ficar longe dos filhos. A partir do momento em que percebeu que de fato ela mudaria, ele teria mudado o argumento e começado a dizer que então preferia a separação ao desmembramento familiar. No relato em questão, sua versão:

Porque quando tava na semana que eu arrumei a casa e que eu fui. Daí ele falou bem assim pra mim: “Então, agora, nós vamos dividir as coisas, você pega uma coisa e eu pego outra. Vamos dividir bem certinho, é meio a meio”. Eu falei: “ah! beleza, então vamos dividir”. Aí quando ele viu que eu ia igual, ele aceitou: “Então tá, se você quer ir vá, quando eu puder comprar uma casa, eu compro”. Mas aceitou no último [instante] assim.<sup>85</sup>

Para Serenita, a ameaça de separação por parte do esposo era uma estratégia para tentar desmobilizá-la. No entanto, apesar de ter temido a possibilidade da separação, afirmou que não podia e nem desejava ceder, mantendo-se firme na decisão. Ela conta que já havia cedido quando decidiu viver no Paraguai, abrindo mão de seus sonhos. Por ele, como apontou, deixaria que seus filhos fossem “peões como ele”. Isso inclusive questionando e desmerecendo a posição do marido.

Mas o que chama atenção no relato é que a sua vinda para a cidade com os filhos era, de alguma forma, uma estratégia quase invisível para convencer o marido de um dia também migrar. Ela afirma ter apostado que a saudade que o marido pudesse sentir dela e dos filhos acabasse forçando-o a vir. Até porque, durante todo o relato, a situação de ficar sozinha foi colocada como provisória: “pra ser completamente feliz, eu queria que ele viesse embora pra cá”.<sup>86</sup>

A estratégia de fazer com que através da saudade dela e dos filhos o esposo pudesse desejar a cidade parece estar dando certo, porque agora ele também desejaria vir: “Eu sei porque quando ele vem aqui, ele vem aqui em casa, eu vejo que parece que ele não quer ir, ele fica se enrolando assim, sabe?”.<sup>87</sup> Interessante também observar o modo como ela entende a

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Idem.

pertença do marido quando afirma: “Quando ele vem aqui em casa”. Veja, não é pra casa e sim aqui em casa. Ela parece estar se referindo aos modos como vê e/ou como pensa que o marido vê a situação da família nessa separação geográfica.

Para talvez consolidar o seu desejo de trazê-lo para a cidade, ela parece estar investindo no argumento de que a família precisa agora de uma casa. O primeiro passo, segundo ela, já foi dado:

Aí que bom, guria, eu nem acredito! Se não fosse eu ficar na cabeça do Nêgo, o Nêgo não tinha comprado. Porque pagar aluguel é barra. Eu sempre falava pra ele: nós temos que comprar um lote ou uma casa, sair do aluguel. Aí de tanto eu insistir...”<sup>88</sup>

Interessante também perceber que a decisão de Serenita de mudar parece não ter gerado conflitos somente com o esposo, mas com toda a família dele e outras pessoas do meio. A atitude foi considerada estranha às práticas e aos valores da sociedade em que vivia. Para a entrevistada, a sociedade pensaria em como uma mulher casada poderia deixar o marido e viver sozinha na cidade. Essa não era uma atitude bem vista, afinal, quem faria almoço para ele? Quem cuidaria da casa enquanto ele trabalhasse? O que as pessoas diriam?

É possível perceber uma reorganização familiar. O esposo de Serenita, que antes apenas trabalhava fora na lida braçal de seu emprego, agora precisa cozinhar, lavar a roupa, limpar a casa, tudo sozinho. Isso estabelece para ele uma dupla jornada, assumindo o que antes à sua mulher cabia. Já para Serenita parece haver uma tripla jornada, pois, além de trabalhar fora e cuidar da casa, alega precisar ser o pai e a mãe das crianças na ausência do marido.

O processo parece desorganizar as relações familiares existentes. Essa experiência precisa ser aprendida, o que implica num rearranjo do cotidiano, em que algumas práticas permanecem, enquanto outras são significativamente alteradas, marcando uma nova temporalidade em suas trajetórias. Serenita fala da intensidade dessas mudanças: “no começo, assim, foi estranho, porque tudo, tudo, depende de mim... É uma responsabilidade dobrada”.<sup>89</sup>

Serenita afirmou que tem esperanças de que um dia o marido aprenda algum ofício e venha também viver na cidade. Mas, a questão é mais complicada, no caso de seu esposo Ivair, que parece ter trabalhado com o pastoreio de gado durante toda a vida, sendo difícil a inserção no mercado de trabalho citadino. Além disso, é esse trabalho que permitiria a estadia

---

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Idem.



da família no meio urbano. Atualmente, disse que o marido é o responsável pelo aluguel da casa onde moram, enquanto ela cobre as demais despesas, como mercado, água e luz.

Tais circunstâncias narradas por Serenita são importantes para perceber as tensões que a migração transfronteiriça parece engendrar. No relato é possível perceber que o ato de migrar implica, tanto para mulheres como para os homens, a revisão de seus papéis em relação à família e ao meio em que viviam. As mulheres não migram apenas para abandonar o trabalho árduo do campo, mas também encontram na migração um meio de burlar as tensas relações que são marcadas, na maioria das vezes, pela tentativa de submissão ao marido, quanto aos seus papéis dentro dessas relações familiares. A força empreendida na luta para Serenita e demais mulheres parece ter mexido suas vidas em todos os sentidos. No momento da entrevista, era como se não houvesse limites para Serenita: o tempo perdido precisava ser recuperado.

Nessa direção, é interessante compreender que a principal fronteira que essas mulheres precisam ultrapassar não é necessariamente aquela que envolve as duas nacionalidades entre o Brasil e o Paraguai. Estas parecem ser ultrapassadas como se fossem linhas contínuas. Já a principal fronteira a ser cruzada são aquelas que remexem com as práticas e valores socialmente constituídos.

As intenções de Serenita: “eu quero aproveitar, quero trabalhar, quero estudar. Quero tentar fazer o que eu não tive oportunidade de fazer lá”<sup>90</sup>, são, segundo Maria Odila Dias: “como pontos, nós, focos de resistência, móveis e transitórios, que não provocam o levante de indivíduos ou grupos de uma maneira definitiva. Mas que são clivagens que se deslocam no cotidiano rompendo barreiras, realinhando, modelando e recortando o viver dessas mulheres”.<sup>91</sup>

Para Serenita, assim como para Margarete, conquistar espaços, fazer valer as suas intenções planejadas fazem com que tomem a cidade como desafio, aventura, enfim, possibilidade: “só que agora eu trabalho, eu me mato de trabalhar. Mas, eu me sinto realizada de tá trabalhando. Você ter o teu ganhinho e saber que depois você vai ter...”.<sup>92</sup> A frase incompleta nos revela que o seu “ganhinho” pode ser pequeno em termos quantitativos, como parte do sustento da família. Mas, é valioso por representar simbolicamente o

---

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Op. cit.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, Serenita Camargo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

reconhecimento de um lugar, talvez só seu, que lhe permita ser frente à família e a sociedade que lhe cerca:

Nossa! Foi muito legal, pois eu nem carteira tinha [de trabalho]. O primeiro registro é esse que eu estou trabalhando. É muito bom. Eu não tinha o CPF [Cadastro de Pessoa Física], não tinha título no começo. Eu fiz tudo depois que eu vim pra cá. Agora já tenho a minha carteira assinada... É isso aí.<sup>93</sup>

Os documentos lembrados parecem lhe conferir uma nova identidade, legitimando uma presença na cidade. O primeiro registro na carteira de trabalho é importante para ela, porque através dele passou a ser “oficialmente” um sujeito portador de direitos enquanto trabalhadora. Mas, o registro pode significar mais do que isso, no plano das relações humanas. É como se ele legitimasse o direito de ser ela própria, independente da presença do marido, como sujeito dominador das relações do seu novo meio, como o era nas anteriores.

Talvez seja por isso que Serenita, assim como Margarete e Eliane, romantize a cidade: “ai, viver nessa cidade é tudo de bom, sabe? Eu acho que Rondon é uma cidade legal de se viver”.<sup>94</sup> E frente a isso parece que elas manifestam a preferência pela cidade como espaço de atuação e existência social ao vilarejo em que antes viviam.

Ivonete aponta elementos que permitem fundamentar essa questão. Ela é casada e atualmente tem quatro filhos. Ela viveu no Paraguai dos cinco aos 30 anos de idade e, segundo informou, tinha 15 anos quando “fugiu” de casa para viver com o namorado. Ao migrar do Paraguai em direção a Santa Catarina, já tinha dois filhos pequenos. A entrevistada afirmou que sempre trabalhou na roça, viera de uma família muito pobre e quando casou, continuou nessa lida, além de cuidar da casa, dos filhos e do trato de animais.

O relato de Ivonete foi triste. Confesso ter me emocionado com ela, pois, para além de estar me concedendo uma entrevista ela parecia ter encontrado alguém para desabafar seus problemas. No momento da entrevista, ela dizia estar sofrendo pelo fato de, recentemente, ter brigado com a filha mais velha, que havia saído de casa para viver com a família do tio, também morador na cidade:

Eu sempre lutei, lutei, lutei até o fim pra mim poder cuidar dos meus filhos. Então, eu acho assim: eu sofri muito na minha vida por causa dos meus filhos. A minha filha hoje, ela nem olha pra mim, ela não olha. Ela vai pela conversa dos tios dela. E ela não viu a trajetória de vida que eu tive assim, de nunca deixar faltar nada pra ela... Olha, quando eu vim morar pra cá, eu

---

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Idem.

trabalhava das oito da manhã às cinco e meia em um lugar e das seis a meia noite, eu trabalhava em outro lugar, pra poder ganhar o dinheiro...<sup>95</sup>

O motivo que ela alega é o fato da filha não aceitar que ela tivesse se separado do pai, com quem teve duas filhas. A filha também não aceitava que Ivonete também tivesse se casado novamente e tido outro filho que, na data da entrevista, era recém nascido.

Ivonete, quando saiu do Paraguai, não viera diretamente a Marechal Cândido Rondon. Por influência dos cunhados, o marido decidiu ir para Santa Catarina levando toda a família. Chegando lá, a estabilização na cidade não teria sido fácil, como haviam garantido os parentes. Assim, afirma terem passado por muitas dificuldades, que acabaram intensificando a crise do casamento. A separação teria se dado por ela já não mais aguentar a agressividade do marido:

Porque ele era uma pessoa assim... Ele sempre foi uma pessoa muito ruim comigo, sabe? Eu sofri muito na minha vida, na mão dele, eu sofri muito. Ele era muito de bater nas crianças, muito de... Ele era uma pessoa muito carrasco, uma pessoa assim muito machista”.<sup>96</sup>

Ivonete avalia que quando “fugiu” com o marido, era ainda jovem. Passou a namorá-lo com apenas 13 anos e aos 15 anos teria se juntado a ele, que já era adulto. Segundo declarou, logo após ter tido a primeira filha, o companheiro teria mudado e passado a agredir verbal e fisicamente, além de forçá-la a trabalhar mais do que podia na roça. Chegando à cidade, afirmou ter saído em busca de emprego e creche para suas filhas. O primeiro emprego que, pela primeira vez, lhe rendeu o seu próprio dinheiro, mexeu com seus sentimentos e posições na relação com o marido:

Eu nunca pegava dinheiro na mão. Ele nunca me dava, eu nunca ganhava uma roupa dele. Ele nunca me vinha comprar uma roupa ou então me dava um dinheiro pra comprar roupa. O dinheiro que nós fazia era dele. Ele pegava e ele fazia e desfazia. Vamos supor, ele comprava o que comer dentro de casa e pagava as contas que tinha que pagar e pronto. O dinheiro... Eu nunca via dinheiro. Eu nunca ganhava dinheiro ou ele entregava o dinheiro pra mim comprar alguma coisa.<sup>97</sup>

A situação narrada, na qual o homem é quem ficava com o dinheiro, parece ser uma prática compartilhada por outras mulheres. Nessa direção, o primeiro emprego foi para

---

<sup>95</sup> ZANCHETA, Ivonete Terezinha. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 07 de abril de 2009.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Idem.

Ivonete uma experiência renovadora. O significava, de alguma forma, romper com valores e práticas socialmente constituídas.

No caso de Ivonete, o primeiro emprego e o primeiro salário representaram material e simbolicamente também o ponto de partida para se desenlaçar do marido: “agora eu tenho o meu dinheiro”.<sup>98</sup> No Paraguai, segundo ela, não podia se separar do marido. A sua família estava por perto e não a apoiava, como até hoje não aceita a separação, pois:

Perto da minha família ele era uma coisa. E daí, ninguém acreditava quando eu falava que ele era ruim comigo. Ninguém acreditava porque, imagina, ele era uma pessoa assim, Deus o livre, uma excelente pessoa. Parecia que ele só faltava carregar a gente no colo, eu e as meninas. Mas em casa ele era aquele carrasco.<sup>99</sup>

Na cidade, o emprego e toda a nova rotina que passou a viver, como deixar os filhos numa creche, o próprio salário, entre outras conquistas e relações, possibilitaram a Ivonete planejar a vida dela e das filhas sem o esposo. A ausência disso era também um motivo, a partir do qual, antes não se separava. Longe da família tomou para si as filhas, confrontando com o marido e saindo de casa:

Ele pegou a cinta e deu uma cintada na menina e pegou a fivela assim na perninha dela. Aquilo ficou preto na perna dela. Aquilo ficou um hematoma, coisa mais feia. Daí aquilo foi a gota de água pra mim sair de casa. Eu falei pra ele: “olha o que você fez com a minha filha. Você não faz outra vez o que você fez hoje”. Eu comecei a brigar. Eu nunca brigava quando ele começava a brigar. Eu chorava, eu nunca respondia ele. Eu tinha medo dele. Eu sempre fui uma pessoa assim de segurar pra mim. Quando ele começava a brigar eu chorava. Eu nunca respondia ele, eu tinha medo dele.<sup>100</sup>

Imersa nessas relações cidadinas é como se ela tivesse ressignificado os laços que a prendiam a ele desde os 15 anos, quando resolveu “fugir” com o marido. É como se tivesse desmistificado o poder dele, estando disposta a recriar suas próprias referências e identificações sociais.

Ivonete relata que teria saído fugida dele, depois dela e a filha terem sido agredidas e, pela primeira vez, com muito gosto, de também tê-lo agredido. Assim, teria alugado uma quitinete e passado a viver sozinha com as meninas. Disse que no momento contava financeiramente apenas com o seu salário para manter a casa. O pai das crianças, revoltado pela separação, não contribuía com o sustento da família. Diante disso, procurou conhecer os

---

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> Idem.

seus direitos, enfrentando o marido judicialmente, para obrigá-lo a pagar pensão para as filhas.

Nesse processo Ivonete acabou encontrando um novo companheiro com quem teve mais um filho. O fato parece ter piorando a relação com a família, que já não aceitava a separação. Aliado a isso, o seu último companheiro a deixou, não assumindo a paternidade da criança. Ela, então, viera para Marechal Cândido Rondon em busca de ajuda familiar. Com o tempo, o seu ex-esposo vendeu a pequena propriedade que tinha no Paraguai e repassou a ela metade do valor. Com isso e, com a ajuda do irmão, que era pedreiro, conseguiu construir uma casa onde vive até hoje.

Nesse percurso afirma ter conseguido se reaproximar da família, passou a ter uma casa, um trabalho. No entanto, alega que lhe faltava ainda uma companhia.: “Eu vivi esse tempo todo sozinha, ia para um baile, me divertia. Mas sempre eu tinha comigo, ‘ah! meu Deus, um dia os meus filhos vão ficar grande e eu sempre sozinha. Será que eu nunca vou arrumar uma pessoa que vai gostar de mim de verdade’”.<sup>101</sup>

Interessante notar que Ivonete parece sempre ter buscado um companheiro que “desse valor pra gente, uma pessoa assim que me fizesse feliz”.<sup>102</sup> Ivonete, mesmo tendo “quebrado” algumas regras, como ter enfrentado o medo que tinha do primeiro esposo e a família que não aceitava a sua separação, parece continuar dependendo, em parte, de um companheiro para que possa ser feliz.

Ao vir para a cidade, as mulheres conquistaram diferentes lugares e posições, como a independência financeira. Contudo, isso não significa que elas tenham conseguido ou desejado se desarraigar totalmente das práticas e dos valores em que foram criadas. Aí a necessidade de essas conquistas serem relativizadas. Tais mulheres podem desprender-se total ou parcialmente das relações culturais do seu meio.

No momento da entrevista, Ivonete afirmou ter encontrado alguém, o companheiro que ela buscava para ser plenamente feliz. Ela avalia que nunca tinha sido feliz até então. O seu primeiro marido a agredia, o segundo desapareceu assim que soube de sua gravidez. No entanto, quando já havia desistido de ser “feliz”, encontrou seu atual companheiro com quem teve recentemente mais um filho. Esse filho é como um presente dela a ele, como recompensa, pelo carinho atenção e respeito que afirma ter recebido dele.

A entrevistada avalia que foi arriscado engravidar novamente, haja vista que ao confiar no companheiro anterior, acabou sozinha com mais um filho para criar. A família,

---

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> Idem.

desde então, passou a ignorá-la novamente. Esse seria também o motivo de sua filha ter saído de casa. A família, que vive parte no Paraguai e outra no Brasil, e a sua filha mais velha não estariam aceitando que ela tivesse um “terceiro” companheiro. O pior ainda era ter trazido-o para viver na casa que o seu primeiro esposo havia construído para ela e seus filhos residirem. Em relação a isso ela discorre:

Porque eu nunca fui feliz, com o meu ex-marido, eu nunca fui feliz. Então, no caso assim: eles acham que eu devia ter casado com ele e ter ficado até morrer de certo com ele e não ter me separado. Porque pra eles quando eu me separei, meu Deus, aquilo foi o fim do mundo. Onde já se viu eu ter me separado. Então, desde ali eles sempre me maltrataram assim... Como se eu fosse uma pessoa... uma ovelha negra mesmo assim.<sup>103</sup>

Essa é a construção da narrativa que Ivonete expõe. O seu maior desejo, naquele momento, era mostrar à família que não teve culpa por não ter encontrado alguém com quem pudesse ser feliz:

Ele sempre chega em casa e a primeira coisa que ele faz é me dá um beijo e na nenê. O meu ex-marido nunca fez isso na minha vida, nunca, nunca. Depois que eu me casei com ele [antigo marido] nós nunca... ele nunca chegou em casa feliz. E esse meu marido agora, meu Deus. Ele é maravilhoso pra mim e pras crianças. Dos meus quatro filhos... eu nunca... meu marido... nunca, um dos pais [anteriores] dos meus filhos, chegou e deu um beijo na minha barriga.<sup>104</sup>

Para dar sentido ao que ela acabava de narrar, pediu licença e pegou um retrato, cuja foto, produzida num laboratório fotográfico exposto na sala, retratava o seu atual companheiro beijando a sua barriga. Contudo, para a família, o fato de ela ter tido filhos com três homens diferentes parece ter deixado margens para acusá-la de ter rompido com os códigos e valores em que foi criada. Além disso, e seu desejo naquele momento era de que:

Olha! Eu gostaria que eles entendesse a minha vida. Eu gostaria de chegar e falar: “olha, eu gosto muito de vocês. Eu gostaria que vocês me entendessem. Que vocês me tratassem como irmã, mas não como”... Porque eles me tratam como se fosse uma, uma... O que eu posso dizer... Uma mulher à toa.<sup>105</sup>

O relato de Ivonete é importante por apresentar normas socio-familiares que norteiam o fazer-se das relações entre homens e mulheres. Os modos como essas mulheres driblam e experimentam no seu dia-a-dia os valores impregnados na sociedade em que vivem.

---

<sup>103</sup> Idem.

<sup>104</sup> Idem.

<sup>105</sup> Idem.

Valores estes, por vezes, que perpassam a suas trajetórias enquanto migrantes no Paraguai e além. Essas relações estão estabelecidas para além do movimento analisado. São parte de um conjunto maior de regras, referências e costumes, em que as mulheres têm lutado historicamente, cada uma a sua maneira, para revê-los.

Uma característica importante dos relatos em relação aos modos como esses homens e mulheres têm significado suas vivências cidadinas, é o fato de que as mulheres, em sua grande maioria, narram suas passagens pelo Paraguai como um percurso de sofrimento, em que os lugares de diversão e os bons momentos aparecem raramente como prática significativa de seus passados.

A construção de suas narrativas é dividida em duas partes: as experiências na área rural, no Paraguai, e as suas experiências cidadinas, em Marechal Cândido Rondon. As experiências anteriores são trazidas para dar legibilidade e valorização ao que afirmam estar vivendo agora. Em relação ao meio anterior, procuram destacar o quanto era difícil suas vidas por lá, o quanto era feio e atrasado continuar morando lá. Que não havia emprego. Sentem saudades apenas dos amigos e dos parentes deixados para trás. Já a cidade é narrada como se fosse um “sonho”, é linda, moderna, têm roupas, móveis e casas bonitas, repleta de possibilidades, desafios, aventuras.

Os homens, ao contrário, já apresentam sentimentos muito distintos das mulheres em relação às vivências cidadinas. Eles manifestam muito o desejo de retornarem ao Paraguai e a falta que sentem das pessoas e dos lugares de lá. As caçadas, as pescarias, os jogos de futebol, a sinuca, o baralho e a bocha são sempre lembrados como espaços de sociabilidades entre os homens naquele vilarejo paraguaio.

Valdecir apontou vários elementos que permitem discutir essa questão. A única razão para ele migrar teria sido viabilizar a escolarização dos filhos. No entanto, segundo sua esposa Tânia, o marido ia “levando” e adiando o momento disso se concretizar. A vinda efetivamente se deu quando a mãe de Valdecir estava muito doente e fraca para ficar se deslocando entre Marechal Cândido Rondon e Puerto Adela. A solução para o problema foi apontada por Tânia, que sugeriu ao esposo que a família fosse e levasse a sua mãe junto com eles. Isso resolveria o problema da mãe, que já não podia mais se deslocar com tanta facilidade. Ele teria se reunido com os irmãos, que apoiaram a sugestão de Tânia. Valdecir, então, pediu para que Tânia viesse providenciar uma casa até que todos finalmente passaram a viver na cidade.

As entrelinhas dessa narrativa, que só pude perceber a partir do momento em que entrelacei todas as narrativas. A necessidade de trazer a sogra para um espaço mais próximo de atendimento médico aliou-se, de algum modo, ao desejo de Tânia de trazer os filhos para

estudar na cidade. Com isso, passou a ter dois argumentos fortes para convencer o marido a migrar.

Esse fato descrito é importante na medida em que o projeto de migração da família parece ter sido mais desejado por Tânia do que por Valdecir. Para Tania, viver na cidade era materializar o sonho e já para Valdecir era uma necessidade, face às circunstâncias específicas vividas naquele momento, como a própria saúde da mãe e a escolarização dos filhos.

Isso parece refletir no modo como a esposa e o marido significam a cidade. Valdecir, durante todo o relato, buscava várias vezes retomar os valores deixados para trás para demonstrar o quanto a cidade era difícil para ele, o quanto ela o limitava, o quanto interferia nos modos como via o trabalho, a vizinhança, a organização familiar. Num desses momentos em que relembra das interações com os amigos, afirmou:

Há duas semanas eu fui pra lá [Puerto Adela]. Eu cheguei lá no Elton e fomos jogar 48, lá no Burro Branco [apelido de outro conhecido]. Quem tava lá, de um por um: “oh! Zanchetta, tudo bom?”. Parece que eles sentem uma saudade da gente. Tinha uns trinta lá. Era como uma família que quando se encontra é aquela alegria, todo mundo.<sup>106</sup>

O entrevistado sempre, que pode, vai ao encontro dos amigos e parentes que ainda vivem no vilarejo paraguaio. O modo como essas pessoas interagem, o cuidado com os vizinhos, a preocupação em conhecer cada família das redondezas são marcas afetivas que apontam como sendo muito próprias do meio em que vivia. Esses comportamentos parecem ter sido ainda mais valorados a partir do momento em que chegou à cidade e se deparou com modos diversos dos praticados por lá.

A ambiência citadina parece ser para ele, até os dias de hoje, um espaço necessário que com o tempo se acostumou a viver. É frente a esses modos de viver que os homens entrevistados significam a cidade: muitas vezes como espaço de privação e controle sobre suas vidas.

As mulheres também, ao migrarem, têm procurado as escolas como um espaço que as possibilite ascender socialmente. O que significa deixar de ser empregada doméstica ou trabalhar nos setores industriais para exercer cargos funcionais como vendedoras e secretárias. Contudo, seus testemunhos expressam que, quando buscam estudar, não estão apenas interessadas numa possível ascensão de trabalho que, através dos estudos, poderia ser viabilizado. Elas buscam conhecer as suas potencialidades e possibilidades de serem mais

---

<sup>106</sup> ZANCHETTA, Valdecir; ZANCHETTA, Tânia. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.



dentro das relações que buscam se inserir e, em contraponto, àquelas que viveram no meio rural paraguaio.

Entre essas mulheres estão aquelas que nunca estudaram, aquelas que fizeram até a 4ª série do ensino fundamental e aquelas que estudaram um pouco, em outra língua (o espanhol), no Paraguai. Essas mulheres têm procurado o Ceebja (Centro de Educação de Ensino Básico para Jovens e Adultos) para fazer o supletivo. O colégio, nesses casos, aplica uma prova de conhecimentos gerais, cujo nível de conteúdo exigido dos alunos é ler, escrever e realizar operações simples de matemática, como somar, diminuir, dividir e multiplicar. A partir do desempenho do aluno, a equipe vai eliminando etapas, como demonstra Eliane:

Eu estudei, mas aqui não valia nada os meus estudos. Tive que começar do 1º ano. Só que eu fiz o supletivo. Daí com dois anos e sete meses, eu completei o 2º grau. Eu fiz o supletivo todo. Eu fiz quatro meses da 1ª série a 4ª série, eu fiz um provão e passei. Daí eu comecei da 4ª a 8ª Série. Daí eu fiz mais um tempo. Aí passei e fui indo assim. Daí completei o 2º grau. Em dois anos e sete meses eu completei tudo.<sup>107</sup>

Desse processo, elas relataram que tiveram dificuldades para aprender os conteúdos, pela linguagem que tinham, pela idade que, segundo elas, já não “aprendia” como uma criança e por falta de tempo para estudar, devido às demais atividades que precisavam realizar na semana.

Às vezes elas não conseguiam acompanhar as disciplinas e acabavam reprovando ou iam muito mal nas avaliações. Mas, todas, ao mesmo tempo, procuraram ressaltar o quanto os professores entendiam as suas dificuldades por terem vindo do Paraguai. Esses professores as ajudaram e as incentivaram a não desistir dos estudos. Margarete, por exemplo, relata um desses momentos importantes para ela:

Uma vez, no banco de itens de Geografia [prova], ah! eu não sei, eu tava muito nervosa naquele dia [tava com medo de não passar], eu infelizmente fiquei com 50 pontos no banco de itens [tinha que ficar com 60]. E daí como a minha professora era muito boa: “não, a Margarete tem que ter uma nova chance, ela precisa de um novo banco de itens”. Daí veio junto com o banco de itens em Inglês. Falei: “mas eu vou conseguir. Mas quero ver se não vou conseguir”. Sentei lá no cantinho da carteira. Só prova e a caneta. E eu quero ver se eu não vou passar. Vou conseguir sim! Peguei, fiz a prova de Geografia. Daí, peguei a prova de Inglês e fiz. Daí a professora chegou na semana seguinte: “Margarete, eu tenho uma coisa pra te falar”. Me deu um abraço bem forte: “você saiu muito bem no banco de itens de Inglês”. Eu falei assim: “eu sabia que eu ia conseguir”. E daí veio a prova de Geografia

---

<sup>107</sup> PEREIRA, Eliane Marcia de Jesus. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 18 de fevereiro de 2009.

também, o mínimo era 60 e eu tirei 80. Oba! Aleluia! eu eliminei as duas matérias.<sup>108</sup>

Daquelas dificuldades enfrentadas para seguirem estudando, a mais dramática era o fato da maioria ter empregos, filhos pequenos e casas para cuidar, fazendo com que não houvesse tempo suficiente para estudar. É o caso relatado por Eliane, que trabalhava durante todo o dia, estudava à noite e deixava seu filho pequeno, que ainda amamentava, com o pai:

Foi complicado pra mim. Foi difícil, muito difícil, porque eu trabalhava. Eu saía de casa 7 horas da manhã. Ia pro trabalho, trabalhava o tempo inteiro, os peitos cheios pra dar mamã e não podia vim pra casa. Eu trabalhava até 5:15 da tarde, vinha pra casa, amamentava a criança, lavava roupa, limpava a casa, 7:30 eu tinha que tá na escola. Aí eu deixava o meu nenê com meu marido e ia pra aula. Saía 11 horas, chegava em casa às 11 e meia da noite e os dois tava dormindo no sofá: “ah mãe, você chegou?. Acorda papai, a mamãe chegou!”. Aí tá, ia pra cama, amamentava ele, fazia comida pro outro dia e ia dormir meia noite ou 1 hora da manhã, porque até fazer trabalho de escola, até dar uma ajeitadinha na casa ou passar uma roupa e deixar comida pronta pros dois no outro dia...<sup>109</sup>

Todo o esforço empreendido para manter a casa, cuidar do filho, trabalhar e ainda estudar teria sido compensando, pois, serviu como impulso para depois continuar estudando. Logo após concluir os estudos ela fez carteira de habilitação e outros cursos: “fiz curso de salgado, fiz curso de bolo, fiz curso de atendente, fiz curso de recepcionista”.<sup>110</sup> No momento da entrevista, inclusive, tinha em casa salgados e doces congelados para vender, de onde, segundo informou, retirava uma renda extra.

Margarete, assim como Eliane, também relata o esforço empreendido para conseguir concluir o ensino médio. Interessante observar que os estudos vitalizam as experiências que essas mulheres vivenciam como novas em suas inserções cidadinas:

Não tinha estudo e fui à luta. Graças a Deus! Final de julho do ano passado, eu me formei... [silêncio] Eu achei que eu não ia conseguir dar conta do recado, assim pra trabalhar o dia todo e estudar à noite, com criança. Foi difícil! Foi! Quatro anos de muita luta. Só que olha só, eu tive uma benção de Deus de ter uma vizinha. Eles tomavam conta... porque ela era professora aposentada. Quando eu vim pra cá [Vila Gaúcha], o meu marido tava desempregado. Ele fazia os biquinhos dele, só que não tinha aquele salário fixo todo mês. Ele só tinha o 1º grau. Ele fez junto comigo. Ela falou: “eu tomo conta das crianças”. Daí imagina, ela tomou conta das crianças. Às

<sup>108</sup> MALMANN, Margarete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

<sup>109</sup> PEREIRA, Eliane Marcia de Jesus. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 18 de fevereiro de 2009.

<sup>110</sup> Idem.

vezes eu chegava aqui em casa, ia lá, frio, frio, pegava as crianças. Às vezes, eu chegava chorando: “a prova de matemática tava tão difícil hoje, eu acho que não consegui as médias”. Daí ela sempre me dava aquele empurrãozinho: “não, você conseguiu sim, se você não conseguiu faz de novo”. E daí eu aprendi muito com esses vizinhos da frente. Eu devo muito a eles. Porque se não fosse eles eu não sei como ia ser. As babazinhas cobravam muito caro durante a noite pra cuidar.<sup>111</sup>

O modo como Margarete posicionou-se frente às dificuldades enfrentadas, seja na escola ou em quaisquer circunstâncias vividas, foi também o modo como as mulheres entrevistadas se colocaram. Elas narraram as adversidades como desafios que podem superar. Elas encontram saídas, como foi o caso da Margarete, em que a vizinha cuidou dos seus filhos para que pudesse estudar. É como se não houvesse limites para elas.

A vivência na cidade quase sempre foi narrada, principalmente pelas mulheres, de forma positiva. Os estudos são para elas um meio de conhecer mais, de ampliar suas visões de mundo, de se descobrirem como sujeitos. Nessa direção, as conquistas, por menor que tivessem sido, foram narradas sorrindo. Eliane, ao recordar todo o esforço empreendido para concluir os estudos, lembrou que:

Uma vez eu tirei o 1º lugar numa redação que eu fiz. [...] O tema era o incentivo de estudar, era isso, quem me motivou e coloquei tudo o que vinha na minha cabeça! As palavras que o meu marido falava: você vai e isso e aquilo, você vai conseguir e tal. Eu contei como foi que eu vim do Paraguai.<sup>112</sup>

O fato de ter tirado o 1º lugar na redação foi lembrado quando pedi a ela para que fizesse uma avaliação de sua vida. O 1º lugar na redação era uma metáfora que representava ela como sendo uma mulher vencedora. Essa era a imagem que Eliane parecia querer que eu levasse dela, assim como Margarete e Serenita. Cada uma, à sua maneira, durante o relato buscou mostrar o quanto são determinadas, corajosas, mulheres que não desistem e que vão à luta. O prêmio parecia compensar Eliane por toda a luta empreendida na busca por um lugar em que ela pudesse ser na cidade. É como se quisesse expressar/provar que também podia ser no meio citadino mais do que foi e/ou deixaram sê-la nas relações anteriores.

Interessante também observar que em nenhum processo narrado essas mulheres se colocaram na condição de vítimas. As dificuldades existiram, mas foram sempre momentos em que conseguiram superar. Eliane, nesse sentido avalia:

<sup>111</sup> MALMANN, Margarete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

<sup>112</sup> PEREIRA, Eliane Marcia de Jesus. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 18 de fevereiro de 2009.

Essa história é boa! [a dela]. Teve os pontos baixos... sabe assim, no fundo do poço, de você não ter saída, não ter nada. Mas aí você abre o teu olho assim, tem uma luz: você consegue, respira que você consegue! E segui em frente. Teve os momentos felizes, foi sofrida, mas é divertida. A gente tem uma história pra contar!<sup>113</sup>

O fato das mulheres terem se colocado em seus relatos como sendo vencedoras talvez esteja ligado, em parte, ao fato de também me verem, como sendo assim, na medida em que em suas avaliações “pude escapar”, via escolarização, das realidades que vivia. Como os testemunhos apontaram, não havia espaços de trabalho para as mulheres que, geralmente, casavam-se e seguiam seus esposos e a família na lida com a terra e o lar.

A maioria delas conheceu o processo em que saí de lá ainda adolescente, em busca de estudos. Na época, sem muito entender, ouvia minha mãe e também minha irmã, com quem fui morar depois, insistir em dizer que o estudo me levaria a outros caminhos. Talvez diferentes dos delas, como no caso de minha irmã, que foi mãe solteira. Ela precisou migrar para a cidade, trabalhou como doméstica e visava conquistar um espaço que lhe rendesse condições financeiras suficientes para trazer sua filha para estudar (esta que ficou com minha mãe no Paraguai enquanto seu desejo não se concretizava).

Com isso, quero dizer que, talvez, algumas dessas mulheres não me vejam como uma entrevistadora, mas como alguém que compartilhou de suas experiências, conseguiu estudar, como muitas delas desejam, e que, em suas avaliações, venceu as carências. Isso pode ter interferido no modo e na intensidade com que elas relataram suas “conquistas”. Mas, se esse for o caso, acredito que mesmo assim elas tenham reiterado a ideia de que, ao virem para a cidade, buscam se desenraizar de antigos costumes, construindo outras pertencas e sentidos para suas existências.

É preciso atenção no fato de que ao narrar a cidade como um mundo de possibilidades e aprendizados, essas mulheres não estavam demonstrando serem sujeitos passionais frente às desigualdades sociais na sociedade. Elas não vêem uma cidade idílica, elas vivenciam cotidianamente uma cidade configurada por diferenças, desigualdades, sejam elas econômicas, culturais ou políticas. Não se trata de negar a conflituosidade, mas de perceber que elas também vêem a cidade como lugares possíveis de ainda se viverem expectativas e, por que não dizer, sonhos e esperanças.

---

<sup>113</sup> Idem.

As tensões nem sempre foram relatadas abertamente. Ao contrário, o que são muitas vezes narradas são as estratégias que encontram dentro do que lhes é possível criar e resistir a essas tensões. Elas podem estar entranhadas num sorriso, num silêncio, num olhar, numa expressão, nas lágrimas, nas ocultações, nos exageros e nas ênfases que dão a determinados momentos. Inclusive, imaginando e reinventando uma cidade composta apenas por possibilidades e aprendizados. Como nos aponta Joan Scoott: “E sujeitos, são de fato, agentes. Eles não são indivíduos unificados, autônomos, exercendo a vontade livre, mas sim sujeitos cuja atuação é constituída através de situações e status que lhes é conferido”.<sup>114</sup>

Neste capítulo procurei desenvolver a ideia de que os deslocamentos provocam mudanças significativas nas relações familiares e de gênero que envolvem o sujeitos. A partir do diálogo com tais narrativas, principalmente com as mulheres, pude perceber a intensidade e a vibração com que elas migram e recriam expectativas em relação às suas experiências na cidade. Na busca pelo primeiro emprego, pelo primeiro salário, na reordenação dos papéis familiares, bem como, na luta e conquista pelos estudos. Todavia, é preciso dizer que tais processos não podem ser vistos separadamente das relações que constituem com os homens, seja quando viviam no Paraguai ou mesmo quando decidem viver na cidade.

---

<sup>114</sup> SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. IN: *Revista Projeto História*. São Paulo: nº 16, fevereiro de 1998.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho foi muito importante para meu desenvolvimento pessoal e profissional. Posso afirmar que já não sou mais a mesma desde 2007, quando decidi desenvolver algumas questões que o trabalho de conclusão de curso da graduação havia me apresentado. No mestrado pude enfrentar com mais afinco algumas dessas questões deixadas para trás desde a graduação. Outras, evidentemente, permaneceram em aberto, motivando-me a novos trabalhos. Inicialmente, pensava que este último seria um processo mais fácil, tendo em vista que já estava trabalhando com o tema e que tinha à mão a minha experiência enquanto “brasiguia”. Ledo engano.

Passado o tempo, a cada visita que fazia aqueles homens e mulheres deparava-me com situações que apontavam para o modo como eu os via historicamente. Entre essas situações, estava a questão da noção de retorno, com a qual dialogava. Isso era intrigante, na medida em que o termo não dava conta de expressar a dinâmica dos movimentos, tendo em vista que os sujeitos buscavam constituir suas pertencas no entre-fronteiras, estando “aqui” e “lá” ao mesmo tempo. Não havia um retorno fixo e, na maioria das vezes, nem um retorno ao lugar originário, à pátria natal.

A percepção de que os migrantes sempre desejam retornar às suas terras e/ou pátria natal, como é de costume nos estudos que envolvem a percepção dos movimentos migratórios, não se confirmava ao movimento brasiguiaio que eu estudava. Esses sentimentos chegavam, inclusive, a serem negociados por tais sujeitos, frente às dificuldades enfrentadas, ao longo dos seus percursos pelas fronteiras brasileiras e paraguaias.

A discussão com a perspectiva de Hommi Bhabha em relação aos sujeitos que se constituem em meio aos entre-lugares permitiu apreender dinâmicas vividas por homens e mulheres, sempre em suas sendas incertas e inconclusas, quanto aos seus modos de sentir, pertencer e identificar-se socialmente. Nessa mesma direção, quando José de Souza Martins trata dos diferentes usos e limites fronteiriços que os sujeitos experimentam em seus deslocamentos, pude apreender as precariedades e desigualdades vividas pelos migrantes, em suas lutas cotidianas pela sobrevivência social e material.

O espaço e o tempo da fronteira são marcados por essas trajetórias, que fazem dela uma paisagem híbrida, atravessada por todos os tipos de expectativas, frustrações, sonhos, esperanças e desilusões. Essa dinamicidade só pode ser percebida a partir da observação atenta ao cotidiano e ao diálogo com aqueles e aquelas que vivenciam historicamente essa “situação de fronteira”, marcada por relações de classes, gênero, nacionalidades e etnia.

As narrativas das mulheres também foram intrigantes para mim. Inicialmente, não tinha interesse em estudar as relações de gênero no movimento investigado. Mais do que isso, nunca havia notado o quanto as migrações podiam remexer com as estruturas familiares e que pudesse haver leituras diferentes, entre homens e mulheres, acerca de seus deslocamentos.

No entanto, a cada encontro com as mulheres e homens, estes insistiam em mostrar a importância dos espaços citadinos em suas vidas frente aos espaços que viviam no meio rural paraguaio. Não tive como escapar da análise dessas processualidades. Não havia antes trabalhado com tais questões e estas me convidavam a um difícil desafio que, provavelmente, nesse trabalho dei apenas alguns passos. Não somente no sentido profissional, mas também pessoal, na medida em que também remexiam com minhas próprias estruturas de identificação social e cultural nesse meio em que me fazia também como sujeito histórico.

Aconteceram fatos, como o de quando fui entrevistar Margarete, Eliane, Serenita e Tânia, quando desejava ouvi-las falar mal sobre as dificuldades que vivenciavam na cidade, sobre as possíveis explorações de empregadores, por elas terem vindo do Paraguai. No entanto, elas só falavam bem. Até as dificuldades eram colocadas como aprendizados. A cidade era um universo de possibilidades e desafios que estavam dispostas a vivenciar. Tais revelações eram diferentes do modo como os homens narravam suas inserções. As narrativas indicavam o quanto as relações de gênero também marcavam este movimento migratório no tempo, junto às relações de trabalho, sociabilidades e convivências sociais.

Mas importa também frisar, a partir da experiência que tive com mulheres e homens, que o próprio ato de migrar, de um país para outro, do campo para a cidade, é de muitos modos resistir e intervir, como sujeitos em lutas de pertencimento. Não encontrei “brasiguaios” vitimizados, como tantas vezes pude ler na bibliografia sobre o tema. Encontrei sujeitos que diante das precariedades vividas encontravam meios e estratégias, sejam elas legais ou ilegais, para sobreviverem, ainda que seja pelas margens da sociedade, numa cidade de fronteira onde estes marcam suas existências.

## HISTÓRICO DOS DEPOIMENTOS

### ENTREVISTADOS QUE VIVEM NO PARAGUAI:

**ALENIR MARIA PAULETTI:** emigrou do Estado do Paraná para o Paraguai na década de 1980 com o esposo e mais duas filhas pequenas. Atualmente trabalha na limpeza do Posto de Saúde e da Igreja Católica de Puerto Adela.

**CRECÊNCIO DE OLIVEIRA:** nascido em 1964, no Paraná, emigrou para o Paraguai junto com os pais, na década de 1970. É pequeno agricultor e também trabalha com a produção de leite. Vive com a esposa e mais quatro filhos no vilarejo de Sán Blás, próximo a Puerto Adela.

**JAIR DOS SANTOS LEAL:** é nascido no Paraguai, cuja família já vivia no país desde a década de 1970. É pequeno agricultor e trabalha como empreiteiro. Vive com a esposa e nove filhos pequenos, no vilarejo de Sán Roque.

**JAIRO DA SILVA:** é nascido em 1944, em Bom retiro, no Estado de Santa Catarina. O entrevistado é separado e tem 3 filhos, Atualmente é aposentado no Brasil e reside em Puerto Adela com seu irmão. Já vivenciou muitos deslocamentos transfronteiriços, entre eles, a participação do MST.

**JOÃO GONÇALVES FERNANDES:** nascido em 1959, em Salto do Lontra, no Paraná, emigrou para o Paraguai, na década de 1990. É pequeno agricultor e também trabalha nos serviços de empreita no vilarejo. Vive com a esposa e mais três filhos no vilarejo de Carapã. Também fez parte do MST por dois anos.

**JOSÉ COSMO DE OLIVEIRA:** nascido em 1968, em Nossa Senhora das Graças, no Paraná, emigrou para o Paraguai com os pais, na década de 1970. É posseiro de uma pequena propriedade e trabalha como empreiteiro. Vive com a esposa e mais dois filhos, no vilarejo de Carapã.

**JOSÉ LUIZ SOBREIRA:** nascido em 1971, em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, emigrou para o Paraguai, com a família na década de 1980. Vive como agregado, com a esposa e três filhos, no vilarejo de Puerto Adela.

**NILSON E NELI MORAES:** ele nasceu em 1961, no Estado do Paraná. Emigrou para o Paraguai na década de 1970, com a irmã e o cunhado. Ela nasceu em 1962 também no Paraná. Emigrou para o Paraguai na década de 1980. Juntos tiveram três filhos, são pequenos agricultores e lidam com a produção de leite, no vilarejo de Puerto Adela.

**NIVALDO KUNE:** emigrou para o Paraguai com a esposa e dois filhos na década de 1980. É pequeno agricultor e trabalha com a produção de leite, no vilarejo de Sán Blás.

**PEDRO E GEORGINA DIAS:** ele nasceu em 1958, em Dois Vizinhos, no Paraná. Ela nasceu em 1962, também em Dois Vizinhos. Emigraram para o Paraguai na década de 1980, com duas filhas. Mais tarde, tiveram mais duas meninas. São pequenos agricultores e trabalham com produção de leite, no vilarejo de Santa Luzia.



**ENTREVISTADOS QUE VIVEM NA CIDADE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**

ANTENOR RIBEIRO: ele nasceu em 1948, emigrou do Norte do Paraná para o Paraguai na década de 1980, aonde viveu 22 anos. Atualmente reside na cidade de Marechal Cândido Rondon e trabalha como cortador de grama, além de vender picolés e lidar com reciclagem.

EDMILSON HARTWING: nasceu em 1965 e faz parte da 2ª. geração de migrantes que seriam os filhos nascidos no país imigrado pelos pais. Atualmente vive na cidade, é casado, tem um filho e trabalha como pedreiro.

ELIANE MÁRCIA DE JESÚS PEREIRA: nasceu em 1978, migrou na década de 1980, aonde permaneceu até 1990. Atualmente reside na cidade, é casada, tem um filho e trabalha como empregada doméstica.

IVONETE ZANCHETTA: nasceu em 1973 e viveu no Paraguai de 1970 a 1990. Vive na cidade, com seus quatro filhos, já foi empregada doméstica, trabalhou num dos frigoríficos da cidade e atualmente é dona de casa.

MARGARETE MALLMAN: nasceu em 1975, emigrou para o Paraguai na década de 1980, onde permaneceu até 1990. Atualmente reside em Marechal Cândido Rondon, tem dois filhos, já trabalhou como empregada doméstica e recentemente passou atuar como cozinheira.

ROLIVETE LINK: nasceu em 1962 e logo passou a morar no Paraguai. Por lá permaneceu até a década de 2000 e constituiu uma família de três filhos. Atualmente é dona de casa.

SERENITA CAMARGO DE OLIVEIRA: nasceu em 1976 e migrou para o Paraguai na década de 1980. Lá permaneceu até a década de 1990. Atualmente reside na cidade, com seus dois filhos e trabalha como empregada doméstica. O seu esposo permanece no país imigrado e visita a família todos os finais de semana.

TANIA APARECIDA DE JESUS: nasceu em Formosa do Oeste em 1969, migrou para o Paraguai na década de 1970 aonde viveu até 1990. Depois disso passou a morar na cidade de Marechal Cândido Rondon, com o esposo e mais dois filhos. Atualmente trabalha como empregada doméstica.

VALDECIR ZANCHETTA: nasceu em 1975 e viveu no Paraguai entre a década de 1970 e 1980. Período em que passou a viver na cidade, com a esposa e dois filhos, trabalhando como pedreiro.

## FONTES

### **ORAIS:**

DIAS, Pedro. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela: 30 de Janeiro de 2007.

FARIAS, Antenor Ribeiro. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva e Robson Laverdi*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

GONÇALVES, João Fernandes. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Carapã: 24 de jan. de 2007.

HARTWING, Edmilson. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.

JESUS, Tania Aparecida. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 18 de fevereiro de 2009.

KUNE, Nivaldo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela, 03 de janeiro de 2007.

LEAL, Jair. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela, 31 de janeiro de 2007.

LINK, Rolivete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 25 de Julio 2009.

MALMANN, Margarete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2009.

MORAES, Nilson e MORAES, Noeli. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela: 18 de dez. de 2006.

OLIVEIRA, Crescêncio. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela, 2003.

OLIVEIRA, José Cosmo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela/PY: 27 de janeiro de 2007.

OLIVEIRA, Serenita Camargo. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2008.

PAULETTI, Alenir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva, Rafael Pagliarini e Robson Laverdi*. Puerto Adela: 09 de agosto de 2006.

PEREIRA, Eliane Marcia de Jesus. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 18 de fevereiro de 2009.

SILVA, Jairo da. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva, Robson Laverdi*. Puerto Adela: 09 de agosto de 2006.

SOBREIRA, Luiz José. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Puerto Adela: 24 de janeiro de 2007.

ZANCHETA, Ivonete. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 18 de fevereiro de 2009.

ZANCHETA, Valdecir. *Entrevista concedida a Danusa de Lourdes Guimarães da Silva*. Marechal Cândido Rondon, 2010.

## JORNALÍSTICAS

Agricultores abandonam propriedades às margens do lago por causa da insegurança. *Jornal O Presente*. Marechal Cândido Rondon, no. 157, de 25 de novembro de 1994.

Atendimento aos brasiguaios piora a já combalida saúde pública. *Jornal O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 16 de dezembro, p.1

Fumagali diz que descredenciamento foi apenas adiado. *Jornal O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 10 de agosto de 2010.

Hospital rondonense limita internamentos às AIHs. Pacientes podem ficar sem atendimento. *Jornal O presente*. Marechal Cândido Rondon, no. 144, 26 de agosto de 1994, p. 19.

## MAPA

*Municípios Lindeiros do Oeste do Paraná*. Disponível no site: [achetudoeregiao.com.br](http://achetudoeregiao.com.br), acessado em setembro de 2010.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. L. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. “*De Criciúma para o mundo*”: gênero, família e migração. Campos: IV Reunião de Antropologia do Mercosul, 2003.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 17, nº 33, 1997.
- BATISTA, L. C. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu, MALATIAN, Teresa. Migração Internacional na América Latina: o caso dos brasileiros. IN: *Políticas migratórias: fronteiras dos direitos humanos no século XXI*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BOSI, Ecléa. A Substância social da memória. In: *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. In: *Revista Pegada*, vol.8, no. 01.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1990.

- CHIAVENATO, Julio José. *Stroessner: Retrato de uma Ditadura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- COHEN, Néstor, MERA, Carolina. *Relaciones interculturales: experiencias y representación social de los migrantes*. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.
- COSTA, Cléria Botelho da. Eu e as fronteiras do outro. *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo, CEM, nº 19, maio-agosto de 1994.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, nº 2, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. *Revista Pegada*, vol. 8, n. 2, dezembro de 2007.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. *O Trabalho da Memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí*. São Paulo, Editora da Unicamp, 1999.
- GRADILONE, Eduardo. Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. *I Conferência sobre as comunidades brasileiras no exterior*. Rio de Janeiro, 17 e 18 de julho de 2008.
- GREGORY, Valdir. *Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização do Paraná do Oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970*. Niterói, UFF, Tese (Tese de Doutorado), 1997.
- GUPTA, Akhil, FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e políticas da diferença. *O espaço da diferença*. São Paulo: Papyrus, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, EDUFF, 1997.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- \_\_\_\_\_. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, 1996.
- J. L. *Brasiguaios: destino incerto*. São Paulo: Global, 1990.
- JAMES, Daniel. *Doña María: Historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da História Social. *Revista: Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, nº 22, 2001.
- LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005.
- LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e de inventar: (re) lembranças de migrantes*. São Paulo, Arte e Ciência, 1999.
- MACCARI, Neiva Salete. *Migração e memórias: a colonização do Oeste paranaense*. Curitiba, UFPR, Dissertação (Dissertação de Mestrado), 1999.

- MACIEL, Laura Antune, ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara Aun (org). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006.
- MARTES, Ana Cristina; FLEISCHER, Soraya (org). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e terra, 2005.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ª. ed. Contexto, 2007.
- NETO, Regina Beatriz Guimarães. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais*. Cuiabá: UFMT, 2006.
- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 10, 1993.
- PEREIRA, Jacira Helena do Valle. Processos identitários da Segunda Geração de Migrantes de Diferentes Etnias na fronteira Brasil-Praguai. IN: *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- \_\_\_\_\_. As fronteiras da memória. História, mito, rituais e símbolos. *História & Perspectivas*. Uberlândia, UFU/EDUFU, nº 25 e 26, jul/2001 a jun/2002.
- \_\_\_\_\_. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro, UFF/Relume-Dumará, vol. 1, nº 2, 1996.
- \_\_\_\_\_. Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Revista: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 14, 1997.
- \_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. *Revista Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 14, 1997
- ROCAYOLLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia EINAUDI*. Lisboa: casa das moedas, 1986.
- SALES, Teresa; BAENINGER, Rosana. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo, CEM, nº 36, janeiro-abril de 2000.
- SAMUEL, Raphael. Teatros da Memória. *Revista Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 14, 1997.
- SANTANA, Charles D'Almeida. *Fatura e Ventura Camponesas: Trabalho, Cotidiano e Migrações – Bahia – 1950-1980*. São Paulo, Annablume, 1998.
- \_\_\_\_\_, Linguagens Urbanas, memórias da cidade: vivências e imagens da Salvador de migrantes. Tese (Doutorado). São Paulo, PUC, 2001.
- SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_, O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia: Revista do migrante*. São Paulo, CEM, 2000.
- SCHREINER, Davi Félix. *Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. Toledo, Editora Toledo, 1997.

- SCOTT, Joan W. O individualismo radical de Madeleine Pelletier. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis, Mulheres, 2002.
- \_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo: n.º 16, 1998.
- SILVA, T., HALL, S., WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.
- SPRANDEL, M. A. *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Museu Nacional.
- \_\_\_\_\_. Brasileiros de Além Fronteira: Paraguai. In: *V Congresso de Antropologia Social – Anais eletrônico*, 1997, disponível no site: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/laplata/LP4/15.htm>, acessado em 2007.
- SONDA, Valdemir José. *A emigração brasileira para Naranjal – Alto Paraná Paraguai - (1973-1995) – Um estudo de caso*. Niterói, Dissertação (Mestrado), defendida em 2003.
- \_\_\_\_\_. *Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira*. Marechal Cândido Rondon/PR, Trabalho de Conclusão de Curso, defendida em 1996.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas/FAPESP n.º 44, vol. 22, 2002.
- WAGNER, C. *Brasiguaios: homens sem pátria*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- WEIL, Simone. *O enraizamento*. Bauru/SP, EDUSC, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.